

RELATÓRIO & CONTAS 2019

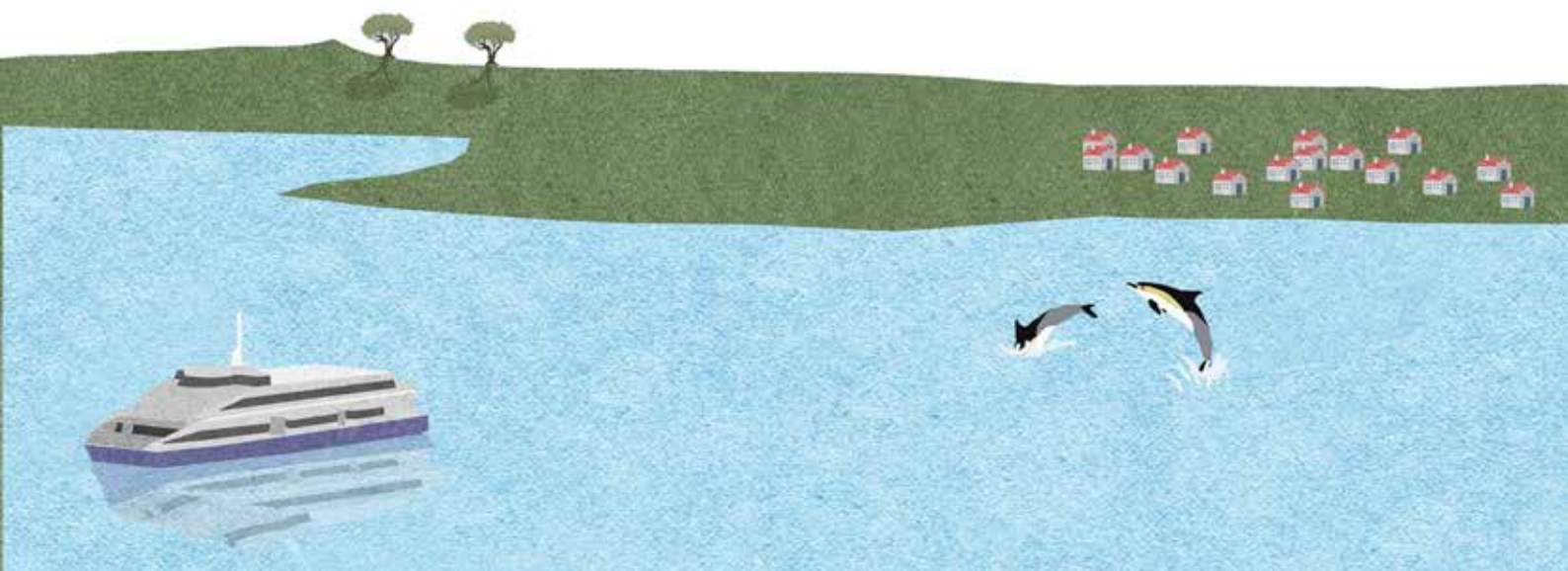


SIMARSUL

Grupo Águas de Portugal



RELATÓRIO & CONTAS 2019



ÍNDICE



Mensagem do Presidente	6
------------------------	---

A EMPRESA

Quem Somos	11
Missão, Visão e Valores	11
Descrição, atividade e presença	11
Cadeia de Valor	12
Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais	12
Carteira de Participações e Sucursais	14
Síntese de Indicadores	14
Reconhecimento / Prémios / Certificações	15
Destaques do Ano / Principais Acontecimentos	16

O NEGÓCIO

Linhas Estratégicas	23
Enquadramento	25
A Envolvente	25
O Setor	31
A Regulação	34
O Negócio	36
Introdução	36
Saneamento em Alta	36
Outros Negócios	37
Sustentabilidade	38
Enquadramento	38
Stakeholders / Partes Interessadas	39
Gestão do Risco	42
Atividade Operacional	46
Gestão do Capital Humano	56
Financeira	59
Investigação e Desenvolvimento / Inovação	65
Eventos Posteriores ao Fecho	68
Cumprimento das Orientações Legais	68
Relatório dos Administradores Não Executivos sobre o desempenho dos Administradores Executivos	85
Perspetivas Futuras	86
Considerações Finais	90
Proposta de Aplicação de Resultados	92
Anexo ao Relatório	93

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019

Contas Individuais	96
Notas às Demonstrações Financeiras	99





MENSAGEM

António Manuel Ventura *Presidente do Conselho de Administração*

É merecida uma palavra de profundo reconhecimento aos trabalhadores pela sua dedicação permanente e que, todos os dias, garantiram a continuidade e qualidade do serviço. A todos eles, cabe-me agradecer, em nome do Conselho de Administração, o excelente trabalho que foi desenvolvido, assim como o esforço e a compreensão com que aceitaram a responsabilidade e a capacidade com que assumiram e ultrapassaram as dificuldades e os desafios, como o comprovam diversas distinções atribuídas à SIMARSUL em 2019.

Decorridos dois anos do processo de consolidação do reinício da atividade da SIMARSUL após a reestruturação empresarial do Grupo Águas de Portugal, que reconfigurou o universo das empresas por via dos destaques e cisões de novos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento, foi chegada a hora da empresa proceder à sua reorganização orgânica para dar resposta às necessidades essenciais de operacionalidade, tendo em vista a procura de uma estrutura flexível capaz de fazer face às exigências e desafios futuros.

A empresa consolidou, assim, os seus processos organizativos, encontrando-se organizada para o cumprimento da missão e objetivos que lhe foram atribuídos pelos acionistas, atendendo ao enquadramento legal, regulatório, tarifário e operacional em que desenvolve a sua atuação, numa estratégia de proximidade

com as suas partes interessadas e promovendo um clima de permanente cooperação com os municípios utilizadores.

No decorrer da sua atividade, a empresa continuou a contar com uma empenhada equipa de trabalhadores que diariamente e nas suas mais diversas funções contribuíram, apesar dos desafios e vicissitudes sentidas, com o seu profissionalismo e esforço, para a importante missão da empresa e para a qualidade do serviço público prestado, com criação de valor.

O Grupo AdP procedeu, no ano em análise, à renegociação das taxas de juro dos empréstimos BEL, permitindo às empresas do grupo, nomeadamente à SIMARSUL, uma significativa redução com os valores das prestações a suportar nos próximos anos, diminuindo desta forma os gastos financeiros da empresa.

O ano de 2019 ficou marcado pela realização de cerca de 0,5 milhões de euros de investimento, para o qual contribuíram investimentos no âmbito da reabilitação em diversas infraestruturas e, principalmente, a conclusão das empreitadas da ETAR de Canha e do seu Sistema Elevatório e de Drenagem associado, representando o último subsistema de saneamento completo (ETAR e sistema de drenagem e elevatório) a realizar pela SIMARSUL no município do Montijo.

Este ano ficou ainda marcado pelo início de um contrato de prestação de serviços de outsourcing, que irá permitir durante a sua vigência melhorar a resiliência das infraestruturas do sistema.

Complementarmente à estratégia de melhoria contínua da ecoeficiência e sustentabilidade do seu desempenho operacional, a empresa manteve-se focada na gestão estratégica da sua eficiência energética, promovendo-a e colaborando com a AdP Energias no âmbito do Plano de Eficiência Energético (PEPE), tendo sido atribuída à SIMARSUL o prémio anual pelo grau de execução deste plano.

Dando continuidade ao trabalho que tem vindo a ser efetuado pela empresa, e pelos seus parceiros, na infraestruturização de saneamento na região, garantindo desta forma uma adequada cobertura e tratamento dos efluentes produzidos, de forma próxima com as partes interessadas e em estreita colaboração com os municípios e as indústrias locais, foi assegurada a procura das melhores soluções para problemas comuns, em prol da proteção do ambiente, e que visam promover a erradicação de afluentes indevidas que condicionam a exploração das infraestruturas, o cumprimento dos valores de descarga e acarretam uma sobrecarga de custos de exploração, causando no limite, potenciais impactos ambientais e sociais.

É disso exemplo o protocolo celebrado para erradicar afluentes indevidas e controlar caudais de águas residuais provenientes de indústrias vitivinícolas, na ETAR de Águas de Moura, assim como a ligação em alta, dos efluentes do Parque Empresarial da Baía do Tejo, no Barreiro, à ETAR do Barreiro/Moita, que contribuirá para tratar anualmente cerca de 450 mil m³ estimados de águas residuais, evitando a sua afluência sem tratamento ao estuário do rio Tejo.

No âmbito dos recursos humanos da empresa merece especial relevo o impacto da entrada em vigor do Acordo Coletivo de Trabalho no Grupo AdP que, para além de benefícios aos trabalhadores, disponibilizou um conjunto de novas regras à empresa e ainda a autorização obtida para a contratação de seis dos dez trabalhadores previstos para completar o quadro da SIMARSUL, permitindo desta forma, conseguir recuperar parte da força de trabalho prevista na Direção de Operação e no Departamento de Manutenção.

Realizado o balanço do ano, e pese embora os obstáculos e desafios, podemos afirmar que o ano de 2019 foi francamente positivo. Estamos conscientes dos desafios e dificuldades com que ainda nos deparamos, designadamente no que respeita, para além do continuado contributo da empresa para a conservação e melhoria da condição do estuário do Tejo e das massas de água da região, a renovação de um vasto parque de equipamentos capazes de responder às necessidades da reutilização de água residual tratada e da neutralidade carbónica, e assim potenciar o incremento da qualidade de serviço em todas as áreas e assegurar o desempenho futuro da nossa Missão.

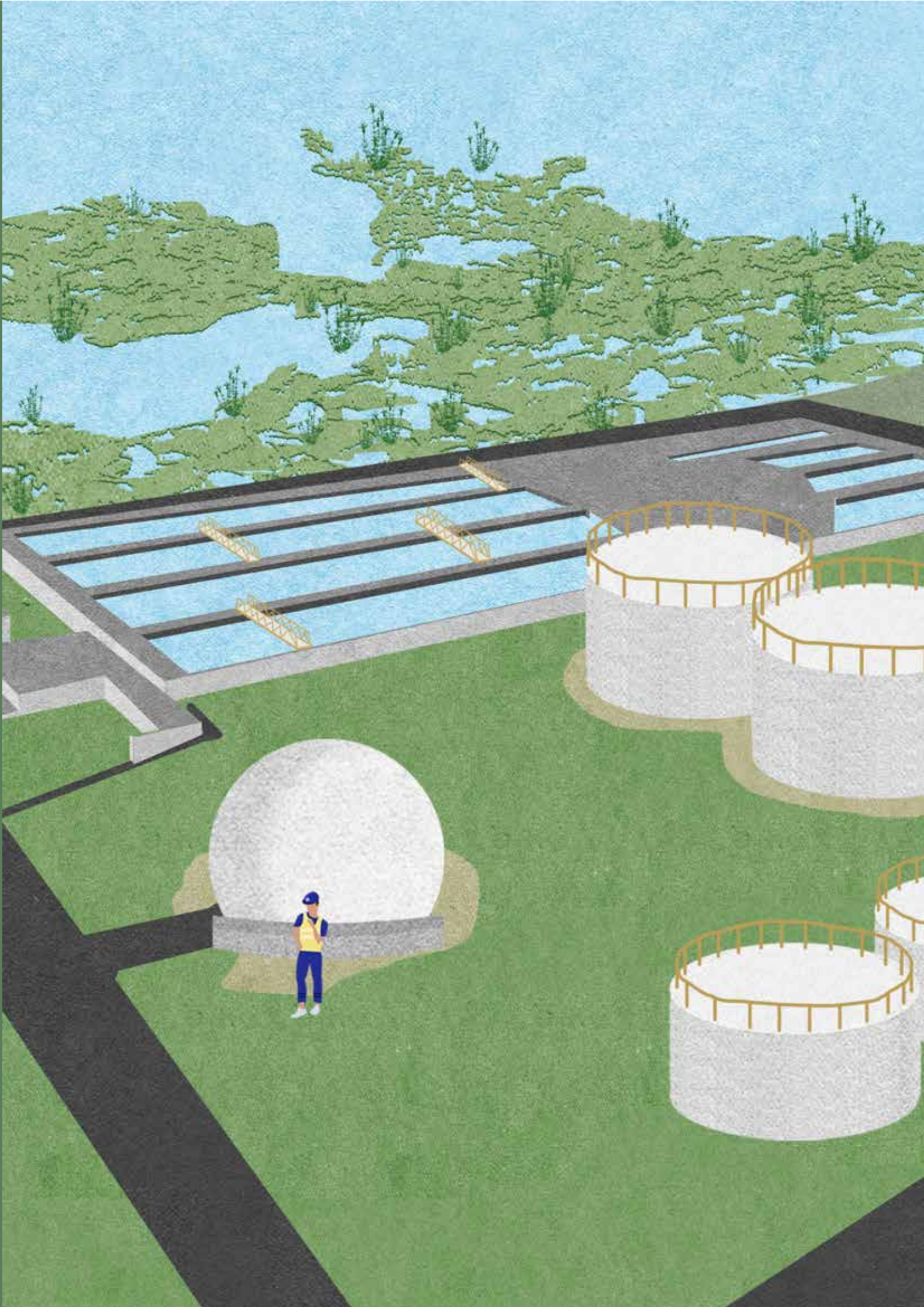
É merecida uma palavra de profundo reconhecimento aos trabalhadores pela sua dedicação permanente e que, todos os dias, garantiram a continuidade e qualidade do serviço. A todos eles, cabe-me agradecer, em nome do Conselho de Administração, o excelente trabalho que foi desenvolvido, assim como o esforço e a compreensão com que aceitaram a responsabilidade e a capacidade com que assumiram e ultrapassaram as dificuldades e os desafios, como o comprovam diversas distinções atribuídas à SIMARSUL em 2019.

Neste âmbito não podemos deixar de reconhecer os resultados meritórios do trabalho contínuo dos trabalhadores, que permitiu galardoar a empresa com a entrega dos prémios “*Rostos do Ano na área do Ambiente*” atribuído pela imprensa regional, o “*Selo de qualidade para o uso eficiente da água*” atribuído pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), o “*Selo Verde*” pelas boas práticas e desempenho ambiental da empresa, atribuído pelo Município de Setúbal em parceria com a Agência de Energia e Ambiente da Arrábida), assim como o “*Prémio AdP 100% Inovação – na categoria Ideias*”.

É também devido um reconhecimento especial à permanente cooperação dos municípios acionistas que continuaram a acompanhar de perto a atividade da sociedade, procurando assegurar os interesses da empresa e as necessidades dos seus trabalhadores, de forma articulada com todos os intervenientes, para que a SIMARSUL pudesse continuar a prestar um serviço público de qualidade na comunidade onde se insere.

Por fim, é também merecedor um agradecimento aos Órgãos Sociais, designadamente à Mesa da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal, ao Revisor Oficial de Contas (ROC), aos Acionistas, à Entidade Reguladora do Setor e à Tutela Governamental pela colaboração e apoio permanentes, que constituiu um incentivo constante e determinante para o bom desempenho e prossecução dos nossos objetivos e desafios.

A EMPRESA



A EMPRESA

Um dos principais acontecimentos em 2019 foi a entrada em vigor do Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado no Grupo AdP com os sindicatos representativos de trabalhadores das empresas do Grupo afetos às centrais Sindicais CGTP e UGT, e o cumprimento de um conjunto de novas regras nele constante, para além de benefícios aos trabalhadores.

Ainda no âmbito dos Recursos Humanos, a necessidade de uma estrutura flexível capaz de fazer face às exigências e desafios decorrente de uma permanente adequação às necessidades essenciais de operacionalidade da empresa motivou a sua reorganização orgânica, passados dois anos do processo de consolidação do reinício da atividade da SIMARSUL.



QUEM SOMOS

Missão, Visão e Valores

A SIMARSUL tem por missão gerir e explorar o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

Complementarmente, a SIMARSUL pretende ser empresa de referência no setor da água da região onde se insere, em termos de qualidade do serviço prestado, competência, eficiência, sustentabilidade e criação de valor.

Os valores fundamentais da sociedade assentam na sustentabilidade dos recursos naturais e na preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida, no equilíbrio e melhoria da qualidade ambiental, na equidade no acesso aos serviços básicos e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Descrição, atividade e presença

A SIMARSUL foi criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo-lhe sido atribuída pelo Estado Português, a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusividade e por um período de 30 anos.

Estima-se em cerca de 602 mil habitantes a população atualmente residente nos 7 municípios que estão a ser servidos por este sistema de saneamento de águas residuais (Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal e Sesimbra) e em Azeitão, pertencente ao município de Setúbal e servida do cliente Águas do Sado.

O município de Setúbal integrar-se-á como pleno utilizador a partir do dia seguinte à data da extinção do contrato de concessão celebrado pelo município em 24 de novembro de 1997, pelo prazo de 25 anos, ou a partir da data em que, por modificação, rescisão ou resgate do mesmo contrato, seja possível ao município exercer integralmente os direitos e cumprir as obrigações decorrentes da qualidade de utilizador do sistema, devendo, em qualquer caso, essa integração verificar-se no máximo até 1 de janeiro de 2023.

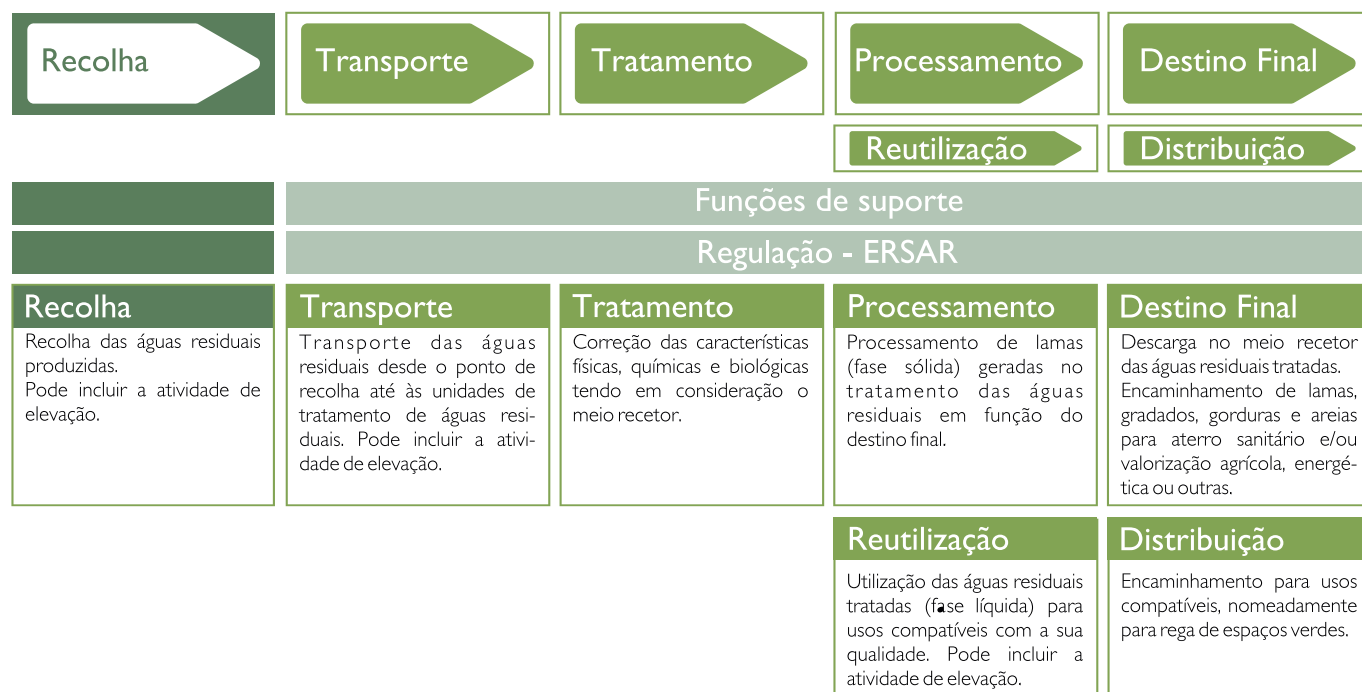


O sistema pode ser alargado a outros municípios por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público, devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

Cadeia de Valor

Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, individualizada para a atividade de saneamento em alta, bem como a especificação das atividades de operação.

Operação - Saneamento



Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

Estrutura Acionista

A SIMARSUL é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com um valor de capital social de 25 000 000,00 de euros, integralmente realizado.

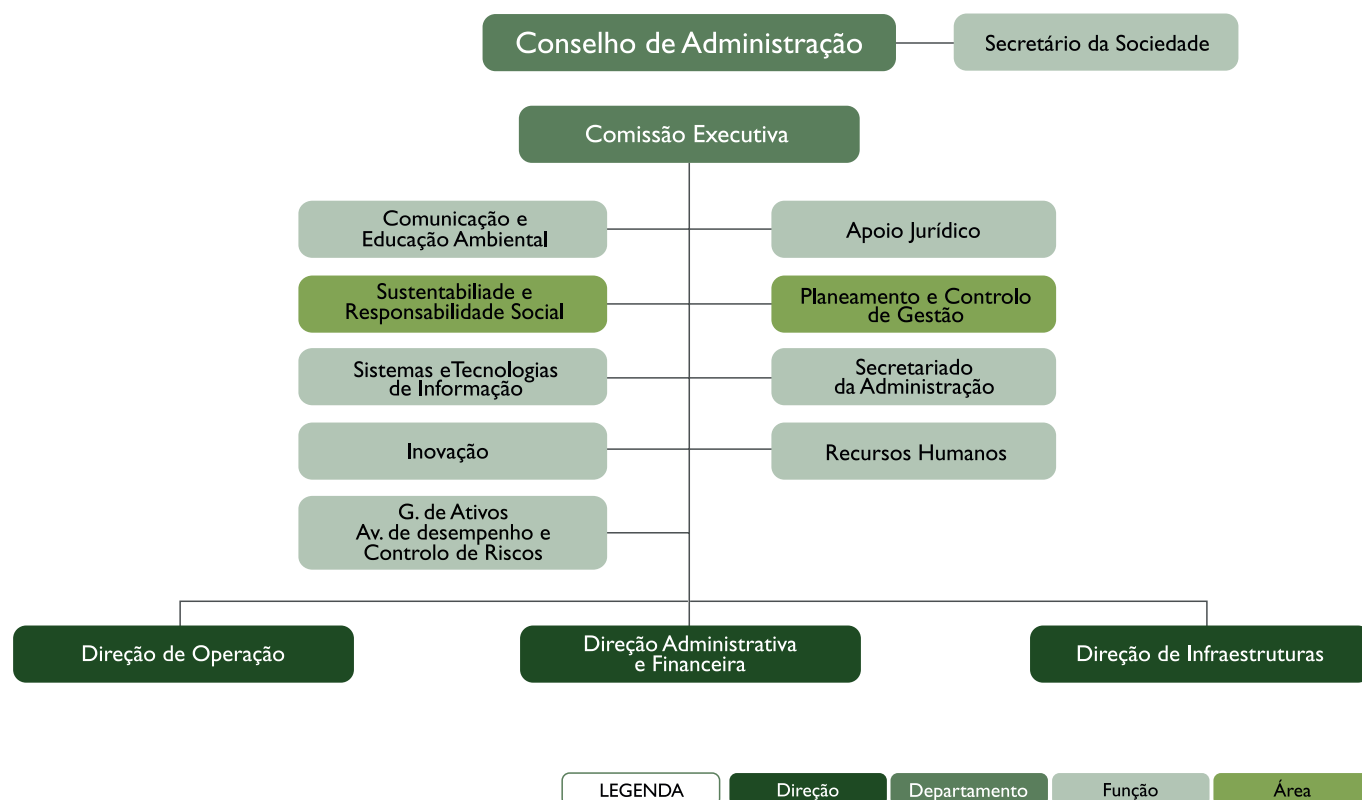
A empresa tem como acionistas a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP SGPS), que detém 51% do capital social e os Municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, que detêm os restantes 49%, com a seguinte estrutura acionista:

Acionistas	Nº de Ações Subscritas da Categoria A	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	12 750 000	12 750 000	51,00%
Alcochete	375 455	375 455	1,50%
Barreiro	2 274 305	2 274 305	9,10%
Moita	893 590	893 590	3,57%
Montijo	1 127 290	1 127 290	4,51%
Palmela	1 156 040	1 156 040	4,62%
Seixal	2 819 950	2 819 950	11,28%
Sesimbra	529 585	529 585	2,12%
Setúbal	3 073 785	3 073 785	12,30%
Total	25 000 000	25 000 000	100,00%

Estrutura Organizacional

Os órgãos sociais da SIMARSUL, para o triénio 2017/2019, foram eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, realizada a 13 de abril de 2017.

Desde 1 de julho de 2019 a empresa apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente | Frederico Fernandes Pereira

Vice-presidente | Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretário | Ana Cristina Rebelo Pereira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Executivo | António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura

Vogal Executivo | Isidro Durão Heitor

Vogal Executivo | João Afonso Almeida da Silva Luz

Vogal Não Executivo | Arménio Figueiredo

Vogal Não Executivo | Paula Alexandra Ferrão Pereira

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo | Sandra Chambel

CONSELHO FISCAL

Presidente | Maria do Carmo Mendes

Vogal Efetivo | João Carlos Alves Faim

Vogal Efetivo | Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho
Vogal Suplente | Patrícia Isabel Sousa Caldinha

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

ROC | PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda | João Rui Fernandes Ramos | Jorge Manuel Santos Costa
Suplente | Carlos José Figueiredo Rodrigues

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente | Carla da Conceição Afonso Correia
Vogal Efetivo | Paulo Jorge Pinto da Silva
Vogal Efetivo | Joaquim Carlos Coelho Tavares

Carteira de Participações e Sucursais

No final do exercício de 2019, a SIMARSUL detinha uma participação social no montante de 5.000 euros na S.Energia - Agência Regional de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita e Montijo, correspondendo a 0,86% do Fundo Patrimonial desta associação (578.287 euros). A S.Energia é uma associação privada sem fins lucrativos, criada em maio 2007. De acordo com o definido no ponto 4, do artigo 6.º dos respetivos Estatutos, “Cada Associado Fundador ou Ordinário tem direito a um voto por cada fração de Mil Euros de participação no Património Associativo Nominal”, o que no caso da SIMARSUL corresponde a 5.

Em 2019 a SIMARSUL não dispunha de qualquer sucursal.

Síntese de Indicadores

Indicadores Financeiros

		2019	2018	2017
Capital Social	milhões EUR	25,00	25,00	25,00
Capital Próprio	milhões EUR	65,87	64,62	62,72
Ativo Líquido Total	milhões EUR	240,09	242,28	246,85
Passivo Total	milhões EUR	174,22	177,65	184,14
Volume de Negócios	milhões EUR	15,14	14,95	13,84
CMVMC	milhões EUR	0,24	0,19	0,20
Fornecimentos e Serviços Externos ⁽¹⁾	milhões EUR	5,12	5,37	5,66
Gastos Operacionais / Volume de Negócios	n.º	0,86	0,81	0,78
Investimento (Ativos Tangíveis)	milhões EUR	0,00	0,00	0,00
Investimento (Ativos Intangíveis)	milhões EUR	0,50	1,28	0,59
Endividamento Bancário	milhões EUR	79,63	82,96	86,08
EBITDA (ajustado) ⁽²⁾	milhões EUR	6,48	6,39	4,82
Margem EBITDA (ajustada)	%	42,80%	42,75%	34,85%
Endividamento líquido / EBITDA (ajustado)	n.º	10,51	11,06	15,78
Resultado Líquido do Exercício	milhões EUR	1,25	1,91	2,60
ROCE	%	0,69%	1,02%	0,75%
Número de Trabalhadores	n.º	99	93	93
Dívida de Clientes Total	milhões EUR	5,54	6,24	9,34
Dívida de Clientes Total (Vencida)	milhões EUR	3,27	4,82	5,68
Prazo Médio de Pagamentos	dias	55	58	66
Prazo Médio de Recebimentos	dias	81	87	138

⁽¹⁾ O valor dos FSE em 2019 reflete a aplicação da IFRS 16

⁽²⁾ O EBITDA ajustado resulta do EBITDA expurgado dos subsídios ao investimento e das provisões e ajustamentos.

Indicadores de Atividade

		2019	2018	2017
Volume de efluente recolhido	milhões m3	27,346	28,081	26,928
Volume de efluente tratado	milhões m3	24,735	25,280	24,203
Volume de efluente faturado	milhões m3	27,340	28,067	26,926
População residente abrangida	milhões habitantes	0,60	0,61	0,61
População residente servida	milhões habitantes	0,42	0,43	0,43
Municípios Abrangidos	n.º	8	8	8

Reconhecimento / Prémios / Certificações

No domínio da proteção do ambiente concluiu-se o trabalho realizado em parceria com a Agência de Energia e Ambiente da Arrábida (ENA), no âmbito da candidatura que foi submetida à atribuição do prémio “Selo Verde - Certificado de Qualidade Ambiental do Município de Setúbal”, na categoria de Empresa que adota boas práticas ambientais, sustentáveis nas várias vertentes, e que, de forma integrada, apresenta um desempenho ecológico de excelência ou que promove ações de melhoria substancial de desempenho ambiental. Este galardão foi atribuído à SIMARSUL em cerimónia realizada no Parque do Bonfim em Setúbal, no dia 5 de junho de 2019.

O Selo Verde é um certificado ambiental gratuito e voluntário atribuído pela Câmara Municipal de Setúbal em parceria com a ENA e que tem por objetivo a promoção e reconhecimento das boas práticas ambientais, implementadas nos diversos setores da sociedade. Trata-se de uma iniciativa inserida na estratégia para o Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município, na sequência da sua adesão ao Pacto de Autarcas.

Resultado do trabalho diário e dos investimentos realizados em tratamento de águas residuais ao longo de mais de uma década na Península de Setúbal, a SIMARSUL recebeu a distinção da imprensa regional “Rosto do Ano 2018 na área do AMBIENTE - Barreiro”, pela obra realizada no concelho do Barreiro, com vista à ligação de toda a rede de saneamento ao subsistema Barreiro/Moita.

O prémio foi atribuído à SIMARSUL numa sessão pública realizada no dia 6 de julho, no Fórum Barreiro, pelo Jornal Rostos, do distrito de Setúbal e pela imprensa regional, que promove anualmente os prémios “Rostos do Ano” para distinguir entidades da região em diferentes categorias.

No âmbito da realização das X Jornadas de Engenharia do Grupo AdP - Águas de Portugal que teve lugar em Lisboa, no dia 22 de outubro, e que foram dedicadas a uma década a perspetivar o futuro, o “Prémio AdP 100% Inovação” na categoria Ideias foi atribuído à SIMARSUL.

O “Prémio 100% Inovação” tem por objetivo valorizar as iniciativas inovadoras no Grupo AdP, numa perspetiva de sustentabilidade, eficiência e melhoria contínua. A ideia inovadora da SIMARSUL “SIMbiose Industrial - de resíduo a mais valia” foi a ideia premiada no âmbito do “Prémio AdP 100% Inovação”, na categoria ideias.

A ideia apresentada pela SIMARSUL assenta numa abordagem inovadora, na resolução do problema do tratamento e gestão das lamas desidratadas produzidas em ETAR. A solução idealizada consiste na implementação de um sistema de afinação de lamas desidratadas que combina um sistema tradicional de tratamento por secagem solar com um aproveitamento do calor proveniente do efluente industrial.

Ainda no decorrer das referidas Jornadas, a SIMARSUL foi também galardoada pela AdP Energias com o Prémio PEPE, relativo ao período 2018/2019, e que avaliou a dinâmica de implementação das medidas preconizadas no Plano de Eficiência Energética (PEPE), dando assim relevo ao trabalho que, no âmbito da eficiência energética e produção própria de energia, vem sendo desenvolvido pela empresa.

De destacar ainda, a atribuição à SIMARSUL do “Selo de qualidade para o uso eficiente da água” pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), no âmbito da 14.ª Expo Conferência da Água, realizada no dia 10 de dezembro.

Os prémios e selos dos serviços de águas e resíduos são uma iniciativa da ERSAR, organizada em parceria do jornal Água&Ambiente, e tem como objetivo identificar, distinguir e divulgar casos portugueses de referência relativos à prestação dos serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos e assim contribuir para a melhoria dos setores.

Por fim, no âmbito da certificação, a empresa garantiu em 2019 a manutenção da certificação do Sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho pelas Normas NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 para as novas versões de 2015 e OHSAS 18001, após a auditoria realizada pela entidade certificadora Associação Portuguesa de Certificação (APCER).

A SIMARSUL, ciente da importância da eficiência energética e ambiental da sua atividade e do respetivo impacto destas na viabilidade e no equilíbrio económico e financeiro da empresa, assegurou a prossecução de trabalhos que visam adicionar ao sistema de gestão as normas de Energia (NP EN ISO 50001) e de Gestão de Ativos (NP EN ISO 55001), numa lógica de criação de valor económico pela melhoria do desempenho energético assim como pelo cabal conhecimento dos equipamentos e infraestruturas, pelo valor social pela consolidação das preocupações com a segurança e saúde dos trabalhadores e com as suas condições de trabalho aos diferentes níveis.

DESTAQUES DO ANO

Principais Acontecimentos

Um dos principais acontecimentos em 2019 foi a entrada em vigor do Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado no Grupo AdP com os sindicatos representativos de trabalhadores das empresas do Grupo afetos às centrais Sindicais CGTP e UGT, e o cumprimento de um conjunto de novas regras nele constante, para além de benefícios aos trabalhadores.

Ainda no âmbito dos Recursos Humanos, a necessidade de uma estrutura flexível capaz de fazer face às exigências e desafios decorrente de uma permanente adequação às necessidades essenciais de operacionalidade da empresa motivou a sua reorganização orgânica, passados dois anos do processo de consolidação do reinício da atividade da SIMARSUL. A par da reorganização foram, mediante a autorização por défice de trabalhadores, contratados trabalhadores para substituição por reformas, transferências internas e saídas por iniciativas próprias.

Merece especial destaque a celebração do Protocolo entre o Município de Palmela, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a SIMARSUL e a Casa Ermelinda Freitas, tendo em vista contribuir para melhorar a qualidade da água do estuário do Sado, mediante a adoção de um conjunto de medidas que permitirão aumentar a eficiência do tratamento da ETAR de Águas de Moura. Este protocolo decorreu de um conjunto de atividades desenvolvidas que visam a erradicação de afluências indevidas, dando continuidade ao trabalho iniciado com o Município de Palmela para o controlo de caudais de águas residuais provenientes de indústrias vitivinícolas, na ETAR de Águas de Moura.

De salientar também a sessão de trabalho e visita às instalações realizada na ETAR da Quinta do Conde com a APA/ARH Tejo e Oeste sobre alterações às Licenças de Descarga, no âmbito das reuniões havidas e para melhor enquadrar a atividade da SIMARSUL na península de Setúbal bem como o seu contributo na proteção dos recursos hídricos da região. Nesta sessão participaram técnicos e dirigentes de toda a área geográfica da ARH bem como da Águas do Tejo Atlântico e da SIMARSUL, resultando desta sessão um Grupo de Trabalho com representação dos seus intervenientes, tendo por objetivo melhorar o conhecimento do estado das massas de água, avaliar o impacto das descargas das ETAR na qualidade de água dos meios recetores, assim como os impactos das alterações preconizadas nas licenças de descarga nas infraestruturas e no processo de tratamento bem como a avaliação do custo eficácia destas alterações e os prazos necessários para, caso necessário, as adaptações ao exigido.

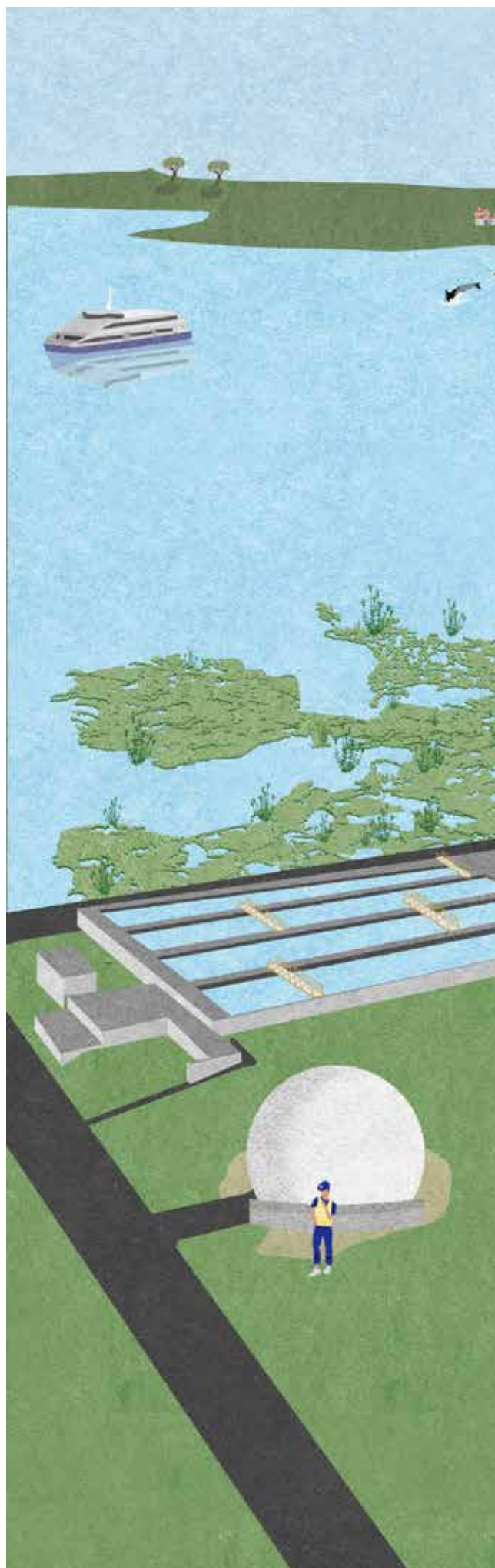
A empresa manteve-se focada na gestão estratégica da sua eficiência energética, promovendo-a e colaborando com a AdP Energias no âmbito do PEPE, tendo sido atribuída à SIMARSUL o prémio anual pelo grau de execução deste plano.

Resultado do trabalho contínuo e dos investimentos realizados, ao longo de mais de uma década, em tratamento de águas residuais na Península de Setúbal, a SIMARSUL recebeu, numa sessão pública no Fórum Barreiro, a distinção da imprensa regional *“Rosto do Ano 2018, na área do Ambiente”* pela obra realizada no Barreiro, com vista à ligação de toda a rede de saneamento ao subsistema do Barreiro/Moita.

No âmbito das empreitadas, destaca-se a conclusão das empreitadas de construção da ETAR de Canha e da execução do respetivo Sistema Elevatório e de Drenagem, no Montijo, representando o último subsistema de saneamento completo (ETAR e sistema de drenagem e elevatório) a realizar pela SIMARSUL neste município. Estes investimentos estão inseridos num projeto cofinanciado pelo Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), Portugal 2020, com o apoio da União Europeia, no âmbito do Fundo de Coesão. Foram também concluídas as empreitadas de Impermeabilização e Pintura do Edifício de Exploração da ETAR de Sesimbra e de Beneficiação no Emissário de Pegões-Gare associada à caixa de pluviais.

O investimento executado pela empresa, em 2019, foi de cerca de 0,50 milhões de euros.

Em simultâneo, foi ainda possível alcançar um bom desempenho financeiro ao nível da redução da dívida vencida e da realização e cumprimento de acordos de pagamentos com os utilizadores municipais.



O lançamento de diversos procedimentos de empreitada e de contratação de serviços, e também algum do trabalho desenvolvido pelas áreas de operação e manutenção para a melhoria do funcionamento das instalações e para a manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, são factos relevantes ocorridos em 2019.

Tendo em conta os recursos humanos disponíveis e a impossibilidade de contratar os meios necessários, por imposição da LOE de 2019 no que se refere ao Setor Empresarial do Estado, tomaram-se medidas adicionais de contratação de uma prestação de serviços para assegurar os trabalhos de manutenção preventiva relativos a algumas das infraestruturas geridas pela empresa.

De destacar também, no âmbito das ligações de clientes diretos ao sistema multimunicipal, e após a conclusão da obra física, a ligação em alta, numa fase experimental, dos efluentes do Parque Empresarial da Baía do Tejo, no Barreiro, à ETAR do Barreiro/Moita, situação que contribuirá para tratar anualmente cerca de 450 mil m³ máximos estimados de águas residuais, evitando a sua afluência sem tratamento ao estuário do rio Tejo.

No âmbito da investigação, desenvolvimento e inovação, destacou-se, entre outros, a continuidade de colaboração da SIMARSUL nos programas de cooperação transnacional 4KET4Reuse-Interreg SUDOE e o Projeto CEMOWAS2, cuja investigação incide no desenvolvimento de tecnologias inovadoras para eliminação de contaminantes emergentes em efluente de ETAR, tendo em vista a reutilização de água residual tratada para combate à problemática de escassez de água na zona Sudoeste da Europa e o desafio às competências das autoridades locais no que se refere aos serviços de gestão de resíduos orgânicos e dos produtos resultantes dos processos de tratamento de águas residuais: lamas e efluentes, objetivando um novo modelo de gestão com um novo paradigma em que “o desperdício se converte num recurso”.

A SIMARSUL, juntamente com outras empresas do Grupo AdP, participaram do projeto internacional Global Database of Microbes in Anaerobic Digesters, com o objetivo de construção de uma base de dados global de microrganismos, cujo estudo permitirá comparar microrganismos presentes nos Digestores Anaeróbios de ETAR de diferentes pontos do mundo, com o objetivo de potenciar o desempenho desta etapa crítica para a eficiência energética das instalações, sendo expectável que os resultados sejam divulgados no decurso de 2020.

De salientar, ainda, ao nível da investigação e desenvolvimento a participação no projeto europeu integrado no programa INTERREG SUDOE 2019 dedicado à temática dos microplásticos, denominado “Proteção ambiental dos recursos hídricos da zona SUDOE: Aplicação da inovação para eliminar microplásticos - µPlastFree”, aguardando-se o resultado da candidatura.

Ainda na vertente da inovação, a SIMARSUL viu reconhecida a capacidade dos seus trabalhadores tendo a ideia “*SIMbiose Industrial - de resíduo a mais valia*” sido distinguida com o Prémio AdP 100% Inovação na categoria ideias. A distinção foi atribuída pelo facto do projeto proposto procurar a inovação da gestão de lamas através da colaboração entre empresas de diferentes setores, possibilitando a troca de materiais e a partilha de energia residual, que por sua vez permite gerar vantagens competitivas para ambos os intervenientes por via da utilização benéfica de algumas características de afluentes industriais tratados nas ETAR.

De referir, também, a conclusão do Projeto de Telegestão, no âmbito do processo de reconfiguração e uniformização das suas plataformas tecnológicas, por forma a responder às necessidades da atividade de exploração, de gestão de ativos e gestão da energia de todo o sistema de recolha, transporte, tratamento e rejeição final de águas residuais sob a sua concessão, permitindo dar seguimento à abertura do respetivo concurso para a implementação da telegestão.

Ainda no domínio da proteção do ambiente, consumou-se o trabalho em parceria com a Agência de Energia e Ambiente da Arrábida (ENA), para a atribuição à SIMARSUL do Certificado de Qualidade Ambiental do Município de Setúbal – Selo Verde, certificado este atribuído às empresas que comprovaram a implementação de boas práticas ambientais na sua atividade. Este galardão foi atribuído em cerimónia realizada em Setúbal no Parque do Bonfim, no dia Mundial do Ambiente.

Complementarmente, o serviço prestado pela SIMARSUL de saneamento de águas residuais urbanas foi, também, distinguido pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) com o “Selo de qualidade para o uso eficiente da água”.

No âmbito da promoção de uma contínua aproximação à comunidade, reforçando o papel ativo no envolvimento da população para as questões ambientais e sociais, e tendo em vista a inclusão social, através do desenvolvimento de projetos com parceiros da região, destaca-se também o desenvolvimento dos trabalhos com parceiros regionais para a implementação do novo projeto na área da manutenção dos espaços verdes, prevendo-se em breve a sua divulgação no decorrer de 2020.

Em termos de responsabilidade social, merece também ênfase a participação dos trabalhadores nas campanhas implementadas “Papel por Alimento” a favor do Banco Alimentar da península de Setúbal e na “Maternidade Solidária” a favor do Centro Hospitalar do Barreiro/Montijo, em coordenação com a Baía Tejo do Seixal.

Enquadrada na sua estratégia de educação ambiental e cívica para a sustentabilidade foi iniciado, no fim do ano, o desenvolvimento conceptual da nova campanha “*Lixo no esgoto, Não*” para, em articulação com as partes interessadas, sensibilizar a comunidade para a correção das afluências indevidas, tanto domésticas como industriais, que prejudicam o processo de tratamento e a conservação das infraestruturas.

Em fim de ano, a empresa reforçou o seu compromisso com os princípios de boa governação ao subescrever a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder à Call to Action das Nações Unidas, com o objetivo de promover junto do setor empresarial, governos e sociedade civil o combate à corrupção, a integridade, a ética e a transparência junto dos seus stakeholders e da sociedade em geral.



O NEGÓCIO



A EMPRESA

O ano de 2020 ficará marcado pela prossecução de estratégias de gestão de eficiência energética e pelos trabalhos para a futura certificação da empresa na norma de Energia e na norma de Gestão de Ativos. Deverá começar a ser desenvolvido, também, o trabalho para a transição para a nova norma de gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (ISO 45001) a par da manutenção da certificação da SIMARSUL pelas normas de Gestão da Qualidade, Ambiente e da Segurança e Saúde no Trabalho.



Linhas Estratégicas

A SIMARSUL é uma empresa do setor empresarial do Estado, que integra o Grupo AdP.

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas.

As orientações da tutela setorial ao Grupo AdP são aplicáveis, com as devidas adaptações, às empresas que o integram, como é o caso da SIMARSUL.

Neste sentido, na Assembleia Geral realizada em 2 de agosto de 2017, foram aprovadas as Orientações Estratégicas para o mandato 2017–2019 que a seguir se apresentam.

Deveres e Responsabilidades da Administração

O Conselho de Administração da SIMARSUL, no desenvolvimento das suas atividades e tarefas tem em conta o estabelecido na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que estabelece para os gestores públicos, em especial os que exercem funções executivas, as seguintes obrigações:

- a) Cumprir os objetivos da empresa definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração devem ainda promover a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento da empresa e, consequentemente, do setor e do Grupo AdP. Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da SIMARSUL estão sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade e ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de conduta e ética, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Orientações Estratégicas Gerais

As orientações estratégicas gerais definidas pelos acionistas da SIMARSUL determinaram que o Conselho de Administração deverá assegurar que a empresa, sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- b) Seja socialmente responsável, contemplando na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal das trabalhadoras e dos trabalhadores, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;

-
- d) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
 - e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
 - f) Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
 - g) Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
 - h) Implemente políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
 - i) Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes, suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Orientações Estratégicas Específicas

Foram ainda definidas as seguintes Orientações Estratégicas Específicas que determinam que o Conselho de Administração da SIMARSUL deverá assegurar que a empresa, após o importante esforço de investimento em infraestruturas e o conjunto de alterações mais recentes, em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e o recentrar da sua atuação, designadamente:

- 1. Aprofundar a colaboração com os municípios, através da:
 - 1.1. Promoção de parcerias integrando, quando adequado, sistemas municipais, privilegiando a melhoria da gestão do ciclo integral da água;
 - 1.2. Identificação de alternativas de colaboração que permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;
 - 1.3. Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento.
- 2. Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - 2.1. Na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais;
 - 2.2. Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais;
 - 2.3. Na constituição e participação em centros de competências, funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais.
- 3. Assegurar a elevada eficiência, a partir do reforço da natureza empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor, através da:
 - 3.1. Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação, numa base comparável e consistente;
 - 3.2. Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
 - 3.3. Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
 - 3.4. Realização e implementação de um plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001.
- 4. Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e desafios de mudança presentes, designadamente de natureza estrutural e cultural.
- 5. Assegurar a gestão das infraestruturas, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação, resposta às alterações climáticas e segurança, através da:

- 5.1. Definição da política de gestão de infraestruturas;
- 5.2. Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção;
- 5.3. Consolidação do conhecimento das infraestruturas;
- 5.4. Consolidação e disseminação dos sistemas de informação e avaliação de desempenho das infraestruturas;
- 5.5. Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
- 5.6. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
6. Assegurar um efetivo envolvimento da empresa na implementação de medidas de proteção ambiental multissetoriais, nomeadamente as necessárias para a resolução dos problemas dos efluentes agropecuários e agroindustriais.
7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais.

Enquadramento

A Envolve

Contexto Macroeconómico ¹

Global

O crescimento mundial em 2019 está estimado em aproximadamente 2,4% (ligeiramente inferior ao ano 2018 – 3%), em resultado do crescimento verificado na Europa e na Ásia. As projeções de crescimento para 2020 e 2021 situam-se em 2,5% e 2,6%, respetivamente, as quais refletem um ligeiro aumento na taxa de crescimento das economias avançadas e das economias emergentes. A incerteza sobre o impacto do Brexit e da evolução do comércio internacional, nomeadamente por resultado da negociação dos acordos internacionais em curso pelos Estados Unidos, condicionam as perspetivas.

Zona Euro

Após um fraco crescimento no segundo e terceiro trimestres de 2019, o crescimento real do PIB deverá permanecer moderado no curto prazo. Os indicadores económicos declinaram, refletindo principalmente a fraqueza contínua no comércio global em ambiente de incertezas globais contínuas (relacionadas com o aumento do protecionismo, a desaceleração na China e o Brexit). No entanto, os indicadores mais recentes sobre a indústria mostram alguma estabilização, enquanto o sentimento no setor da construção e a confiança do consumidor demonstraram mais resiliência e a situação do mercado de trabalho permanece favorável. A moderação do crescimento real do PIB, de 1,2% em 2019 para 1,4% em 2022, é explicada sobretudo pela crescente escassez da oferta de mão-de-obra em alguns países e por condições financeiras um pouco menos favoráveis ao longo do horizonte de projeção. A inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) ascendeu a 1,2% e deverá aumentar gradualmente até 1,6% em 2022.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2019 são os seguintes:

	Estimativa 2019	Ano 2018
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,0%	2,1%
Taxa crescimento Consumo Privado	2,3%	2,3%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	0,3%	1,2%
Taxa de desemprego	6,3%	7%
Taxa de juro OT 10 Anos	0,76%	1,84%
Municípios Abrangidos	8	8

¹ Fonte: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE

Segundo as projeções do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração. As projeções para o crescimento do PIB em Portugal (1,7% em 2020, 1,6% em 2021 e 1,6% em 2022) encontram-se globalmente alinhadas com as publicadas para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE).

Após um crescimento significativamente superior ao da atividade em 2017 e 2018, o comércio internacional deverá apresentar no horizonte de projeção uma evolução mais próxima do PIB mundial, implicando uma relativa estabilidade do crescimento da procura externa dirigida a Portugal em 2019-2021. As restantes variáveis de enquadramento externo também deverão apresentar uma evolução relativamente favorável em 2020-2022, não obstante o expectável início do processo de normalização suave da política monetária na área do euro.

As projeções assentam num cenário de desaceleração do consumo privado da formação bruta de capital fixo, num contexto de aumento do rendimento disponível, da melhoria progressiva das condições de trabalho e de condições favoráveis ao financiamento. Durante o período em análise, o Banco de Portugal antecipa um crescimento da taxa de inflação até 1,4% entre 2020 e 2022.

No que respeita às taxas de juro, o Banco Central Europeu prevê a manutenção de taxas diretoras negativas até 2022 e a manutenção da média ponderada das taxas de rendibilidade nominais das obrigações de dívida pública a dez anos, em 0,4%, em 2019; 0,3%, em 2020; 0,4% em 2021; e 0,6% em 2022. O Banco de Portugal prevê a estabilidade da taxa de juro implícita da dívida portuguesa, ligeiramente abaixo dos 3%.

Península de Setúbal

Conforme resulta do PED - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal 2014-2020, a Península de Setúbal detém, no contexto nacional e da Área Metropolitana de Lisboa, uma base territorial de elevado potencial de desenvolvimento através dos seus recursos naturais, do sistema urbano de povoamento, de espaços e instalações industriais, de áreas de lazer e turismo e de redes de transporte.

A estes fatores acrescem condicionantes e recursos territoriais para a atratividade e competitividade da região, merecendo destaque os valores naturais muito significativos a nível metropolitano, nacional e mesmo internacional, ao integrar um conjunto importante de áreas de relevância ecológica (Reservas Naturais do Estuário do Tejo e do Sado, Parque Natural da Arrábida, Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, Estuários do Sado e do Tejo, Arrábida/Espichel, Fernão Ferro/ Lagoa de Albufeira).

Merecem também destaque para a competitividade da região, os investimentos realizados no passado e respetivos resultados obtidos ao nível do saneamento, da despoluição e da preservação do ambiente, o rápido crescimento populacional, os recursos humanos qualificados e a sua forte integração com o mercado de trabalho metropolitano, a população ativa fortemente terciarizada mas vulnerável a situações de desemprego, a integração na região mais desenvolvida do país, o mercado de trabalho fortemente integrado a nível metropolitano e o potencial de inovação em crescimento, pelo facto da Península de Setúbal estar inserida na região mais inovadora de Portugal, considerada “*innovation leader*” segundo o *Regional Innovation Scoreboard 2012*, da Comissão Europeia (a Península de Setúbal é uma das regiões NUTS III mais bem posicionadas em vários indicadores das dinâmicas de inovação).

A estes fatores juntam-se algumas condicionantes tais como uma economia incompleta, de base industrial e residencial, o insuficiente desenvolvimento do terciário superior, uma plataforma industrial exportadora assente em grandes empresas de frágil vinculação territorial, o emprego em regressão maioritariamente da responsabilidade das grandes empresas, um desempenho económico abaixo das potencialidades e condicionado por variáveis de insuficiência no planeamento, de cooperação estratégica e estratégias coletivas dos seus agentes que permitam a adoção de uma estratégia regional que reforce a autonomia da ação e influência na Região de Lisboa, junto ao poder central e de Bruxelas, já que, o atual enquadramento comunitário da Península de Setúbal é de 72% da média do PIB per capita, mas integrada em região de “Competitividade e Emprego”, penalizando assim os apoios ao seu desenvolvimento por via de Fundos Estruturais.

Os agentes de desenvolvimento regional, reunidos em torno do Plano Estratégico para a região, identificam como oportunidades para o desenvolvimento deste território, o necessário reforço da concertação estratégica dos seus atores, a promoção de estruturas de gestão de atividades em rede de cariz regional, a definição de uma estratégia territorial própria para a negociação no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa e prioridades nacionais para a aplicação dos fundos estruturais, no período 2014-2020, como estímulo importante para novos instrumentos de ação, focados em parcerias estratégicas e em intervenções integradas, contribuindo para o desenvolvimento territorial e a capacitação dos atores regionais.

Perspetivas para 2018-2020

De acordo com as projeções do Banco de Portugal, o processo de expansão da economia portuguesa deverá manter-se nos próximos anos. Após um aumento de 2,6% em 2017, a atividade económica continuará a apresentar um perfil de crescimento ao longo do horizonte de projeção, embora a um ritmo progressivamente menor (2,3%, 1,9% e 1,7%, respetivamente em 2018, 2019 e 2020). No final do horizonte de projeção, o PIB deverá situar-se cerca de 4% acima do nível registado antes da crise financeira internacional. As taxas de crescimento projetadas são superiores à média das estimativas do crescimento potencial da economia portuguesa e deverão traduzir-se num hiato do produto positivo nos próximos anos. O crescimento do PIB em Portugal será muito próximo da média da zona euro ao longo do horizonte de projeção. Em termos do PIB per capita, a convergência real face à zona euro deverá continuar nos próximos anos de forma ligeira, em parte refletindo a redução da população em Portugal. Como tal, esta evolução será insuficiente para compensar a divergência real acumulada até 2013.

As projeções assentam num cenário de aceleração do consumo privado e desaceleração da formação bruta em capital fixo, num contexto de aumento do rendimento disponível, da melhoria progressiva das condições de trabalho e de condições favoráveis ao financiamento.

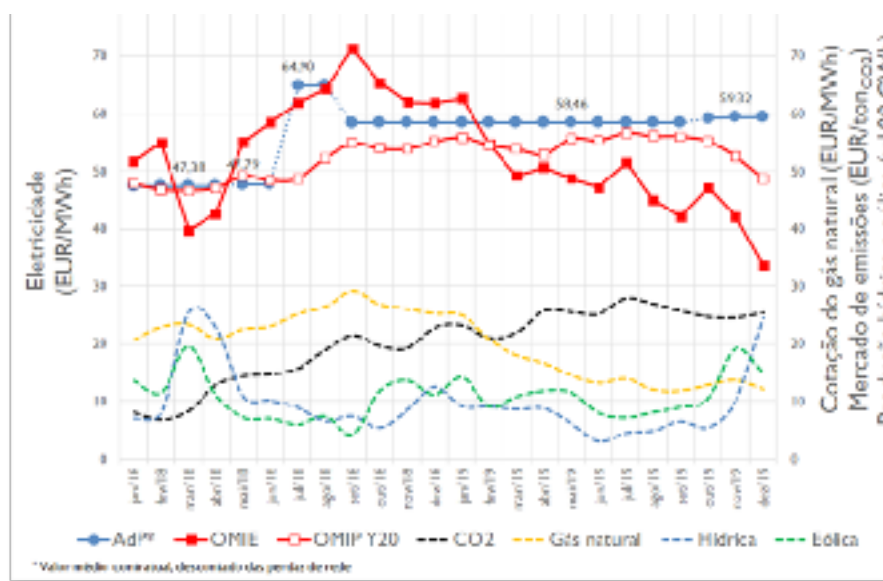
Durante o período em análise, o Banco de Portugal antecipa uma estabilização da taxa de inflação em 1,5% entre 2018 e 2020. No que respeita às taxas de juro, o Banco Central Europeu prevê a manutenção de taxas diretoras negativas até 2019 e o aumento da média ponderada das taxas de rendibilidade nominais das obrigações de dívida pública a 10 anos, para 1,1% em 2018, 1,4% em 2019 e 1,7% em 2020. O Banco de Portugal prevê a estabilidade da taxa de juro implícita da dívida portuguesa em 3%.

O Preço e o Consumo de Energia Elétrica

No ano de 2019 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE), atingiu 47,87 €/MWh (foi de 57,45 €/MWh em 2018). Esta descida face a 2018 resulta de vários fatores combinados, de onde se destacam o efeito da descida continuada do preço do gás natural e da descida das cotações do mercado de emissões de CO₂, ambas com principal incidência a partir da segunda metade do ano.

Recorda-se que o valor médio registado em 2018 correspondia ao valor mais elevado desde 2008, e que aquela subida resultou do efeito combinado do aumento das cotações do petróleo e do mercado de emissões de CO₂ que, face a 2017 apresentaram um aumento de 30% e 149%, respetivamente.

A produção renovável, componente endógena que influencia a cotação da eletricidade, foi em 2019 cerca de 8% inferior à verificada em 2018, apenas teve impacto nos mercados nos últimos dois meses do ano, onde a produção média mensal foi 76% superior à média de 2019.



Esta redução da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhada nos mercados europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França:

Variação da cotação média da eletricidade	2019 / 2018
Portugal	-17%
Alemanha	-15%
França	-21%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2020, teve um ritmo inverso, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado de futuros)	2019 / 2018
Portugal	+9%
Alemanha	+14%
França	+11%

No ano de 2019, o consumo nacional foi de 50.345 GWh, inferior em 0,2% face a 2018. O consumo foi satisfeito em 49% com produção de origem renovável, ligeiramente inferior aos 52% verificados em 2018. A produção térmica, entre 2018 e 2019, apresentou um crescimento de 15% no gás natural e de 3% na cogeração, enquanto a produção com base em carvão reduziu-se em 54%. O saldo com o exterior foi importador em 7% do consumo, ao contrário do verificado em 2018 que teve um saldo exportador de 5%.

Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2019 foi 1,3°C superior a 2018, o que terá ajudado a reduzir as necessidades de consumo por aquecimento, enquanto o índice de produtividade hidroelétrica baixou de 1,05 em 2018 para 0,81 em 2019, com impacto na produção hídrica que se reduziu em 25% entre os dois anos.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso as empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante a fixação das Tarifas de Acesso a Redes (TAR) pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes, são incluídos os custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do deficit tarifário e as convergências tarifárias regionais.

Sem embargo, em 2019 manteve-se a dinâmica de descida das TAR - 2018 foi o 1.º ano dos últimos 5 em que se verificou uma redução das TAR - correspondente a -12,0% face a 2018, quando aplicados à estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP.

Contudo, importa referir que esta redução não se irá manter em 2020, uma vez que as TAR voltaram a ser fixadas com um incremento médio de +1,2% para todos os níveis de tensão, quantificando-se num crescimento médio de +1,5% face a 2019, quando aplicados à estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP (sendo as TAR cerca de metade do preço da energia final, o seu efeito será de aproximadamente +0,7% no crescimento médio do custo global).

Em termos de custos de energia para as empresas do Grupo AdP, o valor médio global em 2019 foi cerca de 102,86 €/MWh (foi de 105,36 €/MWh em 2018), correspondendo a uma redução média de -2,4% face a 2018, representando o custo de aquisição de energia 61% (versus 55% em 2018). Os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 62,55 e 58,27 €/MWh, para 2019 e 2018, respetivamente (+7,3%).

Refira-se que os valores apresentados têm por base valores reais de consumo até novembro - alta tensão (AT), média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN) -, com extrapolação até ao final de 2019.

Os custos totais da energia elétrica em 2019, para além de refletirem a descida das TAR incluem também a redução excecional da potência contratada que, conseguida em 2018, teve aplicação plena no decurso do exercício de 2019.

Para o ano de 2020 (contratado até 31 de dezembro de 2020, com exceção da BTN que foi contratada até 31 de dezembro de 2021), o valor médio deverá situar-se em torno dos 103,60 €/MWh (*versus* 102,86 €/MWh em 2019), o que representa um aumento de +0,7% face ao ano anterior, influenciado pela subida das TAR fixadas para 2020.

O valor médio de aquisição de energia nos mercados de 62,30 €/MWh, que comparando com o valor de 62,55 €/MWh em 2019, representa um decréscimo médio de -0,4%.

Os valores estimados para 2020 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP, pelo que eventuais alterações no perfil terão efeito no preço médio da energia, por empresa e no Grupo.

Registo ainda para os consumos de energia. De acordo com os dados recolhidos, ainda preliminares, o consumo de energia em 2019 deverá aumentar em 1,6% face ao verificado em 2018 (728,7 GWh), que associado ao ligeiro aumento da atividade no abastecimento de água e no saneamento de águas residuais registados nas empresas do Grupo AdP (+0,5%), deverá induzir um ligeiro ajustamento do consumo específico face ao registado em 2018 (0,6580 kWh/m³).

Destaque para a produção própria de energia, seja para injeção na rede elétrica seja para autoconsumo. Os dados preliminares de 2019 permitem perspetivar uma produção de mais de 33 GWh/ano (+8,6%), em linha com o aumento de produção registada em 2018 (30,4 GWh/ano). Em termos de autossuficiência energética, o Grupo AdP atingiu cerca de 4,5% do seu consumo total de energia. Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 15.644 toneladas, representando uma redução de -4,4% face a 2018.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2019, os 127 veículos 100% elétricos que integram a frota de serviço do Grupo AdP (com 1.430 viaturas) percorreram mais de 2 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 173 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 582,7 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de 57,5% (-85,1 tep), e o consumo elétrico foi de 293 MWh. Importa referir que, em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada foi de 326 toneladas, representando uma redução de -70,3%.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que se espera vir a acontecer gradualmente ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

Tal como verificado anteriormente, continua a não ser possível prever a variação do preço da energia elétrica para os próximos anos – o mercado de aquisição de energia para os próximos anos tem vindo a apresentar uma descida importante em função da produção registada a partir da energia eólica – mantendo-se as incertezas e as fortes dependências dos preços em função da variação da economia mundial e das origens de produção no setor.

Acrescem os efeitos que as alterações legislativas, nacionais e comunitárias, terão sobre o preço final da energia elétrica e sobre as quais não se torna possível perspetivar o seu efeito direto.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e o condicionam, e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável passará necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.

Em 2019, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, I de julho de 2019, foi aprovado o Roteiro para Neutralidade Carbónica (RCM 2050), que estabelece como objetivo a redução de emissões de GEE para Portugal entre 85 % e 90 % até 2050, face a 2005, e a compensação das restantes emissões através do uso do solo e florestas, a alcançar através de uma trajetória de redução de emissões entre 45 % e 55 % até 2030, e entre 65 % e 75 % até 2040, em relação a 2005.

Aquela RCM estabelece, ainda, um conjunto de vetores de descarbonização e linhas de atuação para uma sociedade neutra em carbono, dos quais se destacam:

- a) Descarbonizar a produção de eletricidade, eliminando a produção de eletricidade a partir do carvão até 2030 e prosseguindo com a total descarbonização do sistema electroprodutor até 2050, apostando nos recursos endógenos renováveis;
- b) Concretizar a transição energética, aumentando muito significativamente a eficiência energética em todos os setores da economia, apostando na incorporação de fontes de energia renováveis endógenas nos consumos finais de energia, promovendo a eletrificação e ajustando o papel do gás natural no sistema energético nacional;
- c) Descentralizar e democratizar a produção de energia de forma progressiva e dando relevo ao papel do consumidor enquanto parte ativa do sistema energético;
- e) Descarbonizar a mobilidade, privilegiando o sistema de mobilidade em transporte coletivo, através do seu reforço e da descarbonização das frotas, apoiando soluções inovadoras e inteligentes de mobilidade multimodal, ativa, partilhada e sustentável, bem como a mobilidade elétrica e outras tecnologias de zero emissões;
- f) Promover a transição energética na indústria, a incorporação de processos de produção de baixo carbono e as simbioses industriais, promovendo a inovação e a competitividade;
- i) Alterar o paradigma de utilização dos recursos na produção e no consumo, abandonando o modelo económico linear e transitando para um modelo económico circular e de baixo carbono;
- m) Tornar a fiscalidade um instrumento da transição para a neutralidade, prosseguindo com a eliminação dos subsídios prejudiciais ao ambiente, reforçando a aplicação da taxa de carbono e promovendo uma maior tributação sobre o uso dos recursos, reciclando as receitas para a descarbonização e transição justa;
- n) Redirecionar os fluxos financeiros para a promoção da neutralidade carbónica, fomentando designadamente o desenvolvimento de um quadro favorável ao financiamento sustentável e um maior envolvimento do sistema financeiro, bem como a respetiva monitorização;
- r) Promover uma transição justa e coesa, que valorize o território, crie riqueza, promova o emprego e contribua para elevar os padrões de qualidade de vida em Portugal.

Nesse sentido merece destaque o projeto relativo ao desenvolvimento de Estudo de Implementação de Neutralidade Energética do Grupo AdP (e, por consequência, a neutralidade carbónica), com base em deliberação da Comissão Executiva da AdP SGPS, que tem como princípios:

- A neutralidade energética a considerar não deve ser apenas a energia elétrica consumida nas instalações operacionais, mas toda a energia elétrica consumida em todas as instalações (operacionais e não operacionais, quer seja ativos regulados ou não regulados), no país e no estrangeiro, bem como a energia elétrica consumida nas atividades da responsabilidade das empresas do Grupo fora de Portugal;
- Os objetivos não passam apenas pela produção própria de energia elétrica, tendo, igualmente e em primeiro lugar, a ambição de redução do consumo de energia, aproveitando a oportunidade para promover a utilização de soluções mais eficientes aproveitando o ciclo de renovação de ativos que se aproxima em muitas infraestruturas;
- As fontes de produção devem ser baseadas num *mix*, considerando essencialmente sistemas baseados em solar fotovoltaica, solar térmica, eólica, hídrica e cogeração a biogás, procurando maximizar produção;
- Deve-se maximizar o escoamento de produção para autoconsumo (evitando ao máximo a utilização da rede), privilegiando soluções de autossustentabilidade energética;
- Devem ser previstas soluções de *storage* de energia, retirando partido de infraestruturas existentes do Grupo AdP, alterando a filosofia de exploração das mesmas, tal como sucede com os atuais reservatórios dos sistemas de abastecimento;
- Devem ser dimensionadas e orçamentadas as intervenções, por empresa e em agregado, determinadas a TIR, o VAL e demais

parâmetros pertinentes, bem como o cronograma provisional, considerando, como prioritários, os projetos com TIR mais elevada e com maior nível de autoconsumo;

- Devem ser calculados os valores de redução de emissões de CO₂ que este projeto proporciona, bem como o valor, em euros, dessa redução para Portugal;
- Deve ser aproveitada a oportunidade para aprofundar matérias como a coesão territorial, uma vez que o Grupo AdP tem, desde sempre, essa estratégia no seu ADN, como é também uma das suas missões.

Este importante projeto de desenvolvimento, que teve início em janeiro de 2020, constituirá uma ferramenta relevante para o Grupo AdP e para Portugal, que através de uma importante redução dos consumos energéticos e de um aumento da produção própria de energia, contribuirá decisivamente para que o grupo atinja em 2030 a meta de redução de 50% das emissões de GEE medidas em 2010 com que se comprometeu com as Nações Unidas, por via da *United Nations Global Compact* - subscrito a 6 de novembro de 2019 -, e o país alcance os objetivos ambiciosos de neutralidade carbónica em 2050 constantes do Roteiro para a Neutralidade Carbónica.

O Setor

A Nível Mundial ²

A água tangencia todos os aspetos do desenvolvimento e está ligada à maioria dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Contudo, uma série de desafios — lacunas no acesso a água e saneamento, a rápida urbanização e o crescimento populacional, a poluição, os impactos climáticos e padrões de crescimento que fazem uso mais intensivo da água — tornam a insegurança hídrica numa das maiores ameaças ao progresso económico, ao alívio da pobreza e ao desenvolvimento sustentável.

Para que exista segurança hídrica à escala mundial, é necessário melhorar a gestão dos recursos, facilitar o acesso universal a água e saneamento, e otimizar o uso dos recursos hídricos na agricultura. Urge criar resiliência através de sistemas que possam resistir melhor aos extremos climáticos e, ao mesmo tempo, abordar a fragilidade existente em países com escassez de água.

A falta de acesso a (melhores) serviços de abastecimento e saneamento impõe grandes custos à sociedade, designadamente nas regiões mais pobres. Mesmo nas regiões em desenvolvimento e desenvolvidas, onde existe acessibilidade, os serviços são caracterizados por má gestão, financiamento desadequado e baixos níveis de investimento. Pouquíssimas empresas no setor a nível mundial cobrem o nível de custos operacionais necessário e apenas algumas conseguem fazer face ao serviço da dívida contraída.

Apesar do reconhecimento da importância da água para o desenvolvimento, segundo o Banco Mundial, um grande número de países indicaram não ter financiamento suficiente para atingir as metas nacionais estabelecidas relativamente ao acesso a água potável. As incertezas provocadas pela política económica e pelas alterações climáticas exponenciam os desafios que se colocam nesta matéria. Ajudar os países a alcançar maior inclusão e sustentabilidade no setor da água, pressupõe investimentos nas instituições que promoverão a construção e/ou a melhoria das infraestruturas existentes, apostando na acessibilidade universal ao serviço e na gestão eficiente dos recursos.

Com o objetivo de assegurar o financiamento de investimentos determinantes para alcançar a meta da segurança hídrica mundial, têm sido promovidas várias iniciativas e estabelecidas parcerias a nível global:

- *World Bank Water Global Practise*, que constitui o novo Plano Estratégico lançado pelo Banco Mundial em 2019 na prossecução da meta do ODS6 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável no setor da Água) baseado na: i) sustentabilidade dos recursos hídricos, ii) acessibilidade e iii) resiliência dos sistemas;
- *Global Water Security & Sanitation Partnership (GWSP)*, através da qual se criou um fundo financeiro constituído por diversos doadores;
- *2030 Water Resources Group (2030 WRG)* destinado a apoiar as reformas governamentais mais urgentes com o objetivo de assegurar a gestão sustentável dos recursos hídricos a longo prazo, bem como o crescimento económico dos respetivos países.

² Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>

O Abastecimento e o Saneamento em Portugal ³

A crescente disponibilidade dos serviços de abastecimento de água e de saneamento das águas residuais urbanas em todo o território nacional, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis constitui um importante fator de desenvolvimento do país do ponto de vista da saúde pública, qualidade e segurança para a vida das famílias portuguesas, bem como da sustentabilidade ambiental.

O setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Nos últimos anos tem-se verificado uma evolução significativa no setor e a maior parte da população portuguesa tem acesso um bom serviço de água e saneamento.

Panorama Nacional

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
9,6 milhões de habitantes servidos	8,6 milhões de habitantes servidos com drenagem
96% de alojamentos servidos	85% de alojamentos servidos
192 litros: consumo médio diário de água por habitante	8,5 milhões de habitante servidos com tratamento
Tarifa média ponderada: 0,4985€/m3	84% de alojamentos servidos com tratamento
Indicador água Segura em Portugal Continental (alta): 99,70%	1,7 milhões de m3 de águas residuais tratadas diariamente
	Tarifa média ponderada: 0,5296€/m

Dados RASARP 2018 - ERSAR

Constituindo o instrumento estratégico para o setor no sentido de promover junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional, e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor; continua em execução o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014–2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face. Em novembro de 2019 realizou-se a sexta reunião da Comissão Permanente da Seca, onde foi avaliado o ponto de situação meteorológico, hidrológico e regadio público, bem como das medidas que têm vindo a ser implementadas à evolução da seca. Foi acordada a constituição de dois grupos de trabalho para elaboração das bases do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo e Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, integrando os organismos da administração e os setores mais representativos em cada região.

O Grupo ADP

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.º 16/2017 de 1 de fevereiro e 34/2017 de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

³ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais.

Detido maioritariamente pelo Estado, o Grupo constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo AdP atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização.

Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

Destaque para a gestão da energia, constituindo uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. Promovendo ainda uma redução de encargos associados.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no PEPE – Plano de Eficiência e de Produção de Energia, efetivou-se a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida no Grupo.

Quanto à gestão dos aproveitamentos hidráulicos, foi criado um grupo de trabalho para a gestão de barragens, que visa desenvolver um modelo sustentável de integração da gestão destes ativos (atualmente geridos pela APA, Agência Portuguesa do Ambiente) nas atividades das diversas empresas subsidiárias, que culminou com a publicação do Decreto-Lei n.º 160/2019 de 24 de outubro que procede à escolha das entidades gestoras e aprova as condições e os termos especiais dos contratos de concessão de atribuição da gestão de infraestruturas hidráulicas.

O Grupo AdP trabalha ainda em estreita colaboração com os municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu *know how* no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações, destacando-se em julho de 2019 a assinatura do contrato de pareceria entre o Estado Português e os Municípios Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira. A Águas do Alto Minho iniciou a sua atividade operacional em 1 de janeiro de 2020.

Através do Despacho 63212/2019, de 10 de julho, dos Ministros do Ambiente e da Transição Energética e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, a AdP Energias foi designada como a entidade concessionária da exploração e gestão do novo sistema integrado de tratamento e valorização dos efluentes agropecuários e agroindustriais que terá como responsabilidade a realização dos estudos técnicos e económico-financeiros necessários à criação de um novo serviço público destinado ao tratamento e à valorização destes efluentes.

Dando continuidade às políticas de eficiência ambiental, foi publicado o Decreto-Lei 119/2019 de 21 de agosto que define a estratégia e os objetivos nacionais quanto à água para reutilização. Durante o ano de 2020 o Grupo AdP levará a cabo um conjunto de iniciativas no sentido de dar cumprimento à estratégia definida em matéria de reutilização.

O Grupo AdP, através da AdP SGPS, é membro do *User Board do CLIM2POWER*, projeto de investigação que estabelece uma ponte entre o conhecimento científico complexo baseado em modelos, traduzindo dados climáticos em informação de suporte à gestão operacional de centrais de geração de energia.

O desenvolvimento de capacidades e competências do Grupo AdP no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

A Águas de Portugal (AdP) reafirma o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono com a subscrição do compromisso “*Business Ambition for 1.5°C*” da *United Nations Global Compact*, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta.

Destaque ainda para o facto da Águas de Portugal estar, pela primeira vez, representada no board da *Water Europe*, plataforma europeia dedicada à promoção e divulgação de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação no setor da água.

A Regulação

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestam serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, que podem incluir para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais. Este setor é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

As entidades gestoras que compõem o Grupo AdP atuam de acordo com vários modelos de gestão (concessão e delegação) e nos segmentos “alta” (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM) e parceria Estado-Autarquias) e “baixa” (EPAL e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor da água.

As entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente no que diz respeito à regulação ambiental.

Regulação Económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, parceria e gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos e à remuneração contratual.

A intervenção da ERSAR em matéria económica junto destas entidades gestoras encontra-se delimitada, consoante se trate de uma entidade de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA), para quem a ERSAR fixa as tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicável, e para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), para quem a ERSAR verifica a conformidade com as tarifas contratuais e verifica a conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Nos SMM, para além da fixação de tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicável, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprova o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas do exercício.

O Grupo AdP manteve em 2019 a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Durante o ano de 2019, o Grupo AdP continuou a manter a sua participação no âmbito das consultas públicas promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira.

Destaca-se, a este propósito a participação na consulta pública relativa à proposta de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas (RTA) e respetivo Documento Complementar n.º I, em março de 2019, cujo procedimento se iniciou em 14 de dezembro de 2018 pela ERSAR.

Este importante regulamento constituirá uma ferramenta muito relevante para o setor das águas, em matéria de regulação económica e na sustentabilidade económica e financeira das entidades gestoras, bem como em matéria de equidade tarifária e eficiência de preços.

Em 2019, continuou-se a desenvolver trabalhos de revisão dos diplomas-base dos sistemas de titularidade estatal (Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto) e dos sistemas de titularidade municipal (Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto), trabalhos estes que continuam em curso. Instrumentos muito relevantes no quadro de definição dos regulamentos tarifário e de qualidade de serviço.

Sistema Multimunicipal

A entidade gestora SIMARSUL, pertencente ao universo do Grupo AdP, que é um sistema multimunicipal, exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, a atividade de saneamento de águas residuais em “alta”.

As tarifas em “alta” praticadas pela SIMARSUL são fixadas pela ERSAR, sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a SIMARSUL as tarifas encontram-se estabelecidas para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

Durante o ano de 2019, a tarifa aplicada na faturação pela SIMARSUL, foi objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR em 2018.

O contrato de concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às Obrigações do Tesouro (OT) a dez anos acrescida de uma margem de 3 %, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2019, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 0,75%.

O diploma constituinte da criação do SMM, Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG, tendo sido determinado um período máximo de geração adicional de DRG até 10 anos e um período máximo de reintegração destes ativos (ou passivos) até 25 anos. De acordo com esta metodologia em 2041, o saldo atual dos DRG registado nas contas da SIMARSUL estará recuperado.

Durante o ano de 2019, a ERSAR procedeu à análise e aprovação do DRG da SIMARSUL. Tendo por base o DRG bruto, determinados pela ERSAR, em março de 2019, não se verificaram encargos não aceites por aquela entidade reguladora.

Em 31 de dezembro de 2019 estavam registados, nas contas da SIMARSUL, cerca de 64,2 milhões de euros de DRG de natureza deficitária, decorrente da atividade do SMM.

Regulação da Qualidade do Serviço

A SIMARSUL está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação anual tendo por base indicadores em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em novembro de 2019, foi divulgado o volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pela entidade gestora, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2018.

O Negócio

Introdução

A SIMARSUL é uma empresa multimunicipal e é responsável pela gestão e exploração do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em regime de exclusivo e por um prazo de 30 anos.

O sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal compreende a exploração e a gestão da recolha, do tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente.

A SIMARSUL rege-se pelo Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março de 2017, e pelos seus Estatutos, anexos a esse diploma.

Saneamento em Alta

Estima-se em cerca de 602 mil habitantes a população atualmente residente nos 7 municípios que estão a ser servidos por este sistema de saneamento de águas residuais (Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal e Sesimbra) e em Azeitão, pertencente ao município de Setúbal e servida através do cliente Águas do Sado.

A exploração e a gestão do sistema incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessárias para o desenvolvimento da sua atividade.



Na imagem seguinte são apresentados os grandes números associados à dimensão da Empresa, no horizonte da concessão, no que respeita a infraestruturas, produtos e subprodutos resultantes da sua atividade de exploração:



A atividade da concessão atribuída à SIMARSUL pelo Estado Português compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais (designados por efluentes urbanos) e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda:

- A conceção, construção, instalação, aquisição ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao contrato de concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, tratamento e rejeição dos efluentes domésticos e urbanos, canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, bem como o respetivo tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, instalação e extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos e urbanos, canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, bem como o respetivo tratamento e rejeição;
- A conservação, reparação, renovação, manutenção, adaptação e melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos referidos anteriormente, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público, de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários legalmente em vigor;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos são descarregados;
- Oportunidades de expansão da atividade.

Outros Negócios

De entre as atividades desenvolvidas classificadas como outros negócios, destacam-se a recolha e tratamento de efluentes a clientes particulares e industriais.

Sustentabilidade

Enquadramento

É com um compromisso para com as gerações atuais e futuras que o Grupo AdP desenvolve a sua atividade de interface entre a sociedade e o ambiente contribuindo para a resolução de questões que melhoram a qualidade de vida das populações.

As atividades de abastecimento de água e de tratamento e valorização de águas residuais são fundamentais para o desenvolvimento económico, social e ambiental.

Sustentando a sua atuação num compromisso de promoção da melhoria do capital natural e humano em benefício das populações atuais e das gerações futuras, o Grupo AdP integra a Sustentabilidade nos alicerces da sua estratégia de gestão e como potenciadora da criação de valor para todas as partes interessadas.

Continuámos a dar passos largos no combate às alterações climáticas, apostámos na inovação e na economia circular, e continuámos empenhados nas políticas sociais sempre alinhados com o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A destacar este ano o forte contributo do Grupo AdP na ajuda humanitária a Moçambique no âmbito das calamidades provocadas pelos Ciclones IDAI e Kenneth. Respondemos na primeira hora com a missão de apoiar as autoridades Moçambicanas no restabelecimento do fornecimento de água potável às populações das zonas afetadas. Também numa iniciativa conjunta com a EDP, SIC Esperança e Grupo Lusíadas e com o apoio de todos os colaboradores do Grupo enviámos 5000 mochilas Esperança com bens essenciais que permitiu apoiar cerca de 25000 Moçambicanos. No final do ano reunimos ainda 1 000 mochilas com material escolar.

A SIMARSUL, enquanto empresa pertencente ao universo AdP, desenvolve uma gestão sustentável dos recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado a melhores tarifas para a comunidade, e antecipando os novos desafios, em especial os decorrentes das alterações climáticas.

A nossa atuação face aos compromissos assumidos e metas encontram-se plasmados no relatório de sustentabilidade (consolidado) do Grupo AdP.

Estratégia de Sustentabilidade 2017/2020

A estratégia de sustentabilidade da SIMARSUL e das empresas do Grupo AdP tem por base a premissa de que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas e trabalhadoras/es, com a comunidade e com as demais partes interessadas. No plano operacional, identificaram-se os principais desafios e definiram-se os principais compromissos do Grupo AdP em matéria de sustentabilidade.

Simbiose com Ambiente

Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- ✓ Conservar e valorizar as massas de água
- ✓ Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- ✓ Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- ✓ Apostar na Investigação e Desenvolvimento

Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- ✓ Garantir a ecoeficiência do Grupo

Simbiose com os Acionistas e Clientes

Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- ✓ Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- ✓ Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

Compromissos:

- ✓ Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- ✓ Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- ✓ Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

Simbiose com os Colaboradores

Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo

Compromissos:

- ✓ Investir no desenvolvimento dos colaboradores
- ✓ Garantir a igualdade de oportunidades
- ✓ Garantir a segurança e saúde no trabalho
- ✓ Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- ✓ Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

Simbiose com a Comunidade

Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- ✓ Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- ✓ Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- ✓ Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico
- ✓ Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento

Stakeholders / Partes Interessadas

Por *stakeholder* entende-se uma pessoa ou grupo que podem afetar e/ou são afetados pelos resultados estratégicos obtidos e que têm reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho da empresa.

A SIMARSUL está consciente das suas responsabilidades enquanto empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

A envolvimento dos *stakeholders* na atividade da empresa passa por um exercício de partilha e transparência da empresa na sua relação com a sociedade e, em particular, com as entidades que têm impacto ou são impactadas por ela.

São vários os grupos de partes interessadas com quem a empresa se relaciona de diversas formas. A figura seguinte ilustra esses grupos de partes interessadas.



A empresa pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos *stakeholders* acima descritos, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsável pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

Para tal, são desenvolvidos esforços e estabelecidas competências que garantem o fluxo de comunicação constante com todas as entidades interessadas, disponibilizando toda a informação necessária e observando todas as disposições formais, legais e regulamentares aplicáveis. Só assim, se torna possível dar resposta às solicitações de informação que lhe são dirigidas.

A responsabilidade da empresa neste âmbito é acrescida e particularmente sensível pelo facto de prestar serviços de carácter público, constituindo o seu *core business* uma contribuição decisiva para o desenvolvimento sustentável da região.

A comunicação com as partes interessadas desenvolve-se através de múltiplos canais, diretos e indiretos, sendo o Relatório de Sustentabilidade consolidado do Grupo AdP um dos documentos principais de materialização desta política de transparência.

O relatório anual de sustentabilidade do Grupo segue as diretrizes do GRI – *Global Report Initiative* e os referenciais da ERSAR, e integra o balanço consolidado da atividade da *holding* e das empresas detidas direta ou indiretamente pela AdP SGPS, evidenciando as estratégias adotadas, o grau de cumprimento das metas fixadas e o relato das boas práticas das empresas.

Em 2019 foram várias as ações e iniciativas levadas a cabo no âmbito da sua relação com os principais *stakeholders* da empresa, designadamente:

Educação Ambiental

No âmbito da Educação Ambiental prosseguiu-se com o desenvolvimento de parcerias com os municípios da área de influência da SIMARSUL e com outros *stakeholders*, destacando-se as ações conjuntas de comemoração dos principais dias temáticos. Sob o lema “Na ETAR, como na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma” e o “Valor da Água”, realizaram-se jogos lúdico-pedagógicos e ações de sensibilização ambiental das quais se destacam, entre outras, as ações em praias e férias jovens no âmbito da campanha “Amar o Mar”, sessões realizadas na comunidade escolar e ações em eventos públicos.

De destacar, também, as visitas às Estações de Tratamento de Águas Residuais realizadas por públicos diversos, no âmbito escolar, técnico, institucional, social, assim como decorrente do Programa Nacional “Ciência Viva no Verão em Rede”.

Estas ações tiveram como principal objetivo a sensibilização para o uso eficiente da água e a divulgação do papel da empresa na gestão do ciclo urbano da água e a sua importância para a preservação dos recursos hídricos, dos ecossistemas, da biodiversidade e do meio ambiente da região.

Salienta-se, ainda, a continuidade da iniciativa pioneira da empresa e no Grupo AdP, relativa à realização da campanha de “Bioblitz” para a Península de Setúbal, em parceria com a *Biodiversity4all* (uma associação portuguesa, membro fundadora da *European Citizen Science*). As atividades da campanha são compostas por ações lúdicas tendo em vista desafiar pessoas de todas as idades a tornarem-se cidadãos-cientistas e a sensibilizar para a proteção da biodiversidade e o conhecimento das espécies que as rodeiam, em cada município da área de intervenção da SIMARSUL, através da inventariação da fauna e flora com a presença de cientistas e o tratamento dos registos de observações de espécies, na maior plataforma online e pública em Portugal para o efeito.

Corporativamente, no âmbito do Grupo AdP, a empresa aderiu e participou nas campanhas nacionais de poupança e sensibilização para o valor da água, merecendo especial destaque as sessões escolares de eficiência hídrica realizadas pela SIMARSUL e o lançamento da aplicação do jogo *online* com o *quiz* do valor da água “Aquaquiz” junto da comunidade escolar e da população da região.

Regionalmente prosseguiu-se com a campanha digital “A Sanita não é um caixote de lixo” e foram utilizados os canais de redes sociais para veicular conteúdos de sensibilização ambiental, quer em dias temáticos como através de campanhas ao longo do ano.

Nesta matéria merece, ainda, especial destaque o desenvolvimento da conceção de uma nova campanha regional “Lixo no Esgoto, Não” no âmbito da educação cívica sobre as afluências indevidas e a valorização da água residual tratada, destinada a todos os intervenientes da comunidade.

Apoios de Natureza Científica, Tecnológica e Sociocultural

Em 2019 a SIMARSUL também assegurou a colaboração e apoio a atividades e eventos de natureza ambiental, científica, tecnológica e sócio cultural, onde assegurou a respetiva divulgação da atividade da empresa, da sua missão e dos benefícios associados para o meio ambiente da região, assim como uma mensagem de educação cívica para a sustentabilidade, destacando-se, entre outros:

- Os Jogos do Futuro da Região de Setúbal, que constituem uma iniciativa multimunicipal na área do desporto escolar;
- O Festival Outfest na sua componente educativa “Cidade SOM” da Associação Cultural OUT.RA, em parceria com o Município do Barreiro, associada à sensibilização ambiental e social através da documentação e retrato sonoro (cuja realização já contou desde 2017 com a participação da ETAR do Barreiro/Moita), em escolas secundárias do Barreiro;
- A “Travessia da Baía” de Sesimbra e a “Mini travessia SIMARSUL” em parceria com o município e inseridas nas celebrações da empresa do Dia Nacional da Água para promover hábitos saudáveis e sensibilizar a comunidade para o contributo da SIMARSUL no âmbito do tratamento de águas residuais na Península de Setúbal, na preservação dos ecossistemas e na melhoria da qualidade da água balnear da região, através da divulgação de materiais e atividades de educação ambiental que apelam para o uso eficiente do recurso água e para o papel da SIMARSUL na sua preservação e reutilização.

Iniciativas de Responsabilidade Social

No âmbito do envolvimento em ações de solidariedade social, destacou-se a iniciativa interna de recolha de papel no âmbito da campanha “Papel por Alimentos” para o Banco Alimentar da península de Setúbal, a recolha de bens de puericultura para a campanha regional da Baía Tejo para apoio à Maternidade Solidária do Centro Hospitalar do Barreiro/Montijo e a recolha de material escolar destinado ao projeto corporativo “Mochilas de Esperança” para as crianças moçambicanas.

Ao nível da empresa foram atribuídos bilhetes para o Circo de Natal e cabazes solidários a instituições de solidariedade social com jovens e famílias carenciadas na região.

Tendo em vista promover o equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional foi oferecido um “Cabaz de Nascimento” com produtos diversos para bebé, a todas as crianças nascidas em 2019. Complementarmente, foram disponibilizados campos de férias aos filhos dos trabalhadores interessados, para participação durante uma semana com estadia incluída, em parceria com os campos de férias protocolados com a EPAL, promovendo o contacto e intercâmbio relacional entre as crianças e trabalhadores das empresas do Grupo, assim como o contacto com outra realidade geográfica.

De salientar também a atribuição de bilhetes para o Circo de Natal aos trabalhadores com filhos, promovendo o convívio, a motivação, o clima social e intergeracional.

Foram realizadas reuniões com os trabalhadores e chefias para informar e envolver todos os interessados dos assuntos de gestão corrente e recursos humanos da empresa. Complementarmente, ocorreram atividades e formações para os trabalhadores, assim como a divulgação de parcerias realizadas com empresas para usufruto de benefícios dos trabalhadores e seus familiares.

Neste ponto, merece especial destaque a prossecução da campanha interna “Vestir a Camisola à Vida Saudável”, uma iniciativa para incentivo à prática desportiva e promoção de estilo de vida saudáveis, promovida com a participação dos trabalhadores, através da realização de parcerias e divulgação de eventos desportivos na região.

A SIMARSUL prosseguiu com a participação na campanha nacional de sensibilização para o valor e a poupança da água “Água com um Pingo de Consciência”, assim como de iniciativas complementares, tendo em vista sensibilizar para a utilização racional deste recurso assim como para a importância da valorização da água residual tratada num potencial cenário agravado de seca nacional.

Foi renovada a participação no projeto social do Grupo AdP “Plataforma para envio dos Cartões Eletrónicos de Natal 2019” que permite atribuir, anualmente, Bolsas de Estudos para os filhos dos trabalhadores das empresas do Grupo AdP.

A empresa prosseguiu com a estratégia de acompanhamento e orientação de diversos estágios profissionais e curriculares, em estreita colaboração com as instituições de ensino.

Foram realizadas ações de acolhimento a prestadores de serviço, com a intenção de induzir boas práticas de Responsabilidade Social, assim como a atualização da documentação no âmbito da aquisição de serviços, no sentido de consciencializar e obter o seu comprometimento formal para com os princípios da Responsabilidade Social.

Reforçando a sua estratégia de aproximação contínua à comunidade onde se insere, e de reforço do seu papel ativo no envolvimento da população para as questões ambientais e sociais, tendo em vista a inclusão social, a empresa deu continuidade aos trabalhos em curso com parceiros da região para a implementação de um novo projeto na área da manutenção dos espaços verdes e cuja implementação se espera para breve.

No domínio da proteção ambiental e das compras ecológicas e tendo por objetivo sensibilizar e contribuir para a erradicação de plásticos de utilização única na empresa, foram, a par de outras medidas implementadas e legalmente previstas, produzidos e distribuídos aos trabalhadores canecas de porcelana e copos térmicos em inox personalizados, assim como sacos RPET feitos de plástico reciclado.

Deveres Especiais de Prestação de Informação

A SIMARSUL cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, sempre assente no princípio da transparência e assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders.

Gestão do Risco

*“Controlo Interno é um processo efetuado pelo Conselho de Administração, gestão e outro pessoal de uma entidade, **projetado para fornecer garantia razoável** em relação ao alcance de objetivos relacionados a operações, relatórios e conformidade.” COSO 2013.*

A SIMARSUL e, em particular, o seu Conselho de Administração dedicam atenção a temáticas como o controlo interno, a gestão dos riscos, a fraude, a transparência da informação e fiabilidade do relato financeiro.

Sendo estas preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a SIMARSUL se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, a AdP SGSP aprovou no decurso de 2019 **o projeto de definição e implementação de um Sistema de Controlo Interno (SCI) transversal ao Grupo**. Para tal, de entre os vários modelos de controlo interno existentes, selecionou o CUBO do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), como o modelo a implementar, por considerar ser o mais adaptável à estrutura das empresas por ser flexível para toda a entidade e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir representados em três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



Ambiente de Controlo

- Estabelece o carácter da organização, influenciando a perceção de controlo do seu pessoal;
- É a base de todos os outros componentes de controlo interno, providenciando disciplina e estrutura dos restantes elementos do SCl.

Avaliação dos Riscos

- Riscos de fontes externas e internas;
- Condição prévia: definição de objetivos ligados a níveis diferentes da entidade e internamente consistentes;
- Identificação e análise dos riscos relevantes para o alcance dos objetivos;
- Base para a gestão dos riscos.

Atividades de Controlo

- Políticas e procedimentos que ajudam a assegurar: i) as respostas aos riscos, visando o alcance dos objetivos da entidade; ii) o cumprimento das diretivas da entidade;
- Ocorrem por toda a organização, a todos os níveis e em todas as funções;
- Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos.

Informação e comunicação

- Informação relevante identificada, capturada e comunicada com qualidade, para garantir o tratamento e a troca de dados relevantes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa;
- Os sistemas de informação são fonte de informação que concorre para a gestão e controlo do negócio.

Monitorização de Atividades

- Avaliação da qualidade de desempenho do SCl ao longo do tempo;
- Assegurar a adequação e eficácia do SCl de forma contínua;
- Garantir a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias, visando a melhoria contínua.

No desenvolvimento do projeto, com base nas orientações estratégicas e as contas significativas, a AdP SGPS identificou os 35 processos considerados como críticos no grupo AdP e priorizou 13 processos para os quais, foi efetuado o respetivo mapeamento, a identificação dos eventos de risco e riscos associados e dos controlos implementados para a sua mitigação, em duas empresas piloto. Paralelamente foram desenvolvidos, encontrando-se em fase de conclusão, o relatório de definição das métricas a utilizar na avaliação anual do SCl, bem como o Manual de Controlo Interno do Grupo, no qual se incluem as Matrizes de Controlos e Riscos dos processos mapeados.

No seguimento encontra-se prevista a implementação da metodologia de controlo interno aprovada na SIMARSUL, bem como a implementação do Manual de Controlo Interno, o qual compreenderá o necessário ajustado à realidade dos riscos e controlos estabelecidos na empresa. Será promovida sensibilização e formação sobre a matéria, e dada continuidade ao mapeamento dos restantes processos identificados como críticos.

Finalizada a implementação do modelo, as métricas de avaliação estabelecidas, conjugadas com as auditorias de controlo interno efetuadas anualmente, permitirão a obtenção de informação que possibilitará aferir se as cinco componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da SIMARSUL e concluir se o SCl é eficaz.

As alterações acima indicadas obrigarão ainda à revisão e ajuste do modelo de gestão de risco em vigor no Grupo AdP e na SIMARSUL, permitindo ao seu Conselho de Administração um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à atividade e que resultam da sua operação diária.

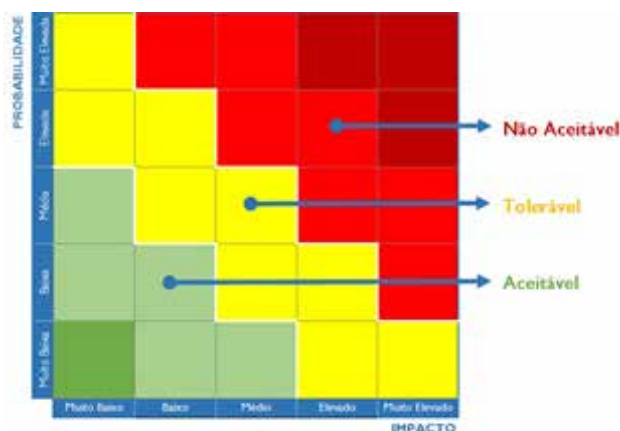
A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCl encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O modelo de gestão do risco empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:

Classes	Governança	Estratégia & Planeamento	Operacional/Infraestrutura	Conformidade	Reporte
Categorias	Governança Corporativa	Responsabilidade Social e Sustentabilidade	Ativos	Conformidade	Reporte
	Ética	Fatores Externos	Gestão Financeira		
		Estratégia	Recursos Humanos		
		Planeamento	Tecnologias de Informação		
			Legal		
			Desenvolvimento de Produtos e Serviços		
			Marketing, Vendas e Comunicação		
			Supply Chain		

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCl instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é a Direção da AdP SGPS que tem por missão, a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade, para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela SIMARSUL, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela SIMARSUL e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver; a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

Tendo a criação da empresa ocorrido no decurso de 2017 e considerando que a realização de uma adequada avaliação do risco pressupõe a existência de maturidade na implementação dos processos de negócio, um adequado nível de conhecimento destes, dos

riscos associados e dos controlos implementados, conjugado com a implementação do modelo de Controlo Interno no Grupo AdP, foi definido não proceder à avaliação do risco em 2019.

Atividade Operacional

Direção Administrativa e Financeira

No ano de 2019 foi aplicada aos utilizadores municipais a tarifa prevista no Contrato de Concessão devidamente atualizada e ratificada pelo regulador para o ano de 2019 para a SIMARSUL, no valor de 0,5648 euros/m³.

A faturação aos clientes ao longo do ano de 2019 ultrapassou os 15,14 milhões de euros e os recebimentos totalizaram cerca de 16,8 milhões de euros.

A dívida total dos utilizadores do sistema pode decompor-se da seguinte forma:

	2019	2018	2017
Dívida Não Vencida	2,27	1,42	3,66
Faturação	2,27	1,42	2,02
Acordos de Pagamento	-	-	1,64
Empresas Subsidiárias	-	-	-
Dívida Vencida	3,27	4,82	5,68
Injunções	2,50	3,61	3,94
Faturação	0,34	0,13	0,82
Juros	0,00	0,43	0,44
Especialização de Juros	0,42	0,66	0,47
	5,54	6,24	9,34

Em termos de dívida verificou-se, durante o ano de 2019, um esforço da SIMARSUL e dos Municípios, no sentido da sua regularização, o que se traduziu num decréscimo de 0,70 milhões de euros relativamente à dívida de 2018.

No final de 2019, cerca de 2,50 milhões de euros do valor total em dívida encontra-se em processos de injunção, relativos ao Município de Alcochete, correspondente a cerca de 76% do total da dívida vencida e a cerca de 45% do total da dívida de clientes. Assim a tarifa média da atividade de saneamento de águas residuais foi de 0,5536 euros/m³.

Na **Direção Administrativa e Financeira (DAF)**, para além do natural envolvimento no suporte à Administração e às diversas áreas da empresa, de relevar as seguintes ações:

- Preparação da empresa para a adoção da norma contabilística IFRS 16;
- Melhoria de utilização dos módulos SAP CO (*Controlling*), PM (Gestão de Frota) e MM (Compras e Logística);
- Implementação e entrada em funcionamento do módulo SAP Viagens;
- Colaboração no projeto de implementação da faturação eletrónica interempresas do Grupo AdP e com os fornecedores operacionais e de investimento da SIMARSUL;
- Participação no Grupo de Trabalho com vista a implementação das taxonomias;
- Implementação do Manual de Compras definido para o Grupo AdP com reforço da Área de Compras e Logística.

Direção de Infraestruturas

O Investimento de 2019 da SIMARSUL ascendeu a 0,50 milhões de euros, quase a totalidade na atividade de saneamento.

Investimento 2019	
Saneamento	0,49
Estrutura	0,01
TOTAL	0,50

Para o valor de investimento executado em 2019 contribuíram principalmente a conclusão da:

- Empreitada de Execução do Sistema de Drenagem e Elevatório do Subsistema de Canha, e;
- Empreitada de Conceção-Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Canha.

Bem como a realização de diversos investimentos no âmbito da reabilitação/substituição em diversas infraestruturas da SIMARSUL. No final de 2019 estava em curso um montante de investimento de cerca de 0,29 milhões de euros.

O investimento associado à construção do subsistema de Canha, que ficou concluído em 2019, está inserido num projeto cofinanciado pelo Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), Portugal 2020, com o apoio da União Europeia, no âmbito do Fundo de Coesão.

A candidatura relativa ao subsistema de Canha, que englobou a Empreitada de Conceção-Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Canha e a Empreitada de Execução do Sistema de Drenagem e Elevatório do Subsistema de Canha (POSEUR-03-2012-FC-000479), representou um valor total de investimento de 1,16 milhões de euros e prevê um montante máximo elegível de 0,87 milhões de euros, correspondente a uma contribuição do Fundo de Coesão de 0,74 milhões de euros, com uma taxa de comparticipação de 85%.

Para a concretização dos objetivos definidos e para os resultados alcançados foi determinante o envolvimento empenhado dos trabalhadores das diversas áreas e setores da Empresa, sendo de reconhecer a competência e a capacidade de entreaajuda demonstradas, numa abordagem multidisciplinar, decorrente da natureza das ações desenvolvidas, pese embora as dificuldades ocorridas durante o exercício.

Assim, nas diferentes áreas funcionais e de suporte da Empresa, durante o exercício de 2019 e para além do já exposto, também merece relevo:

A reorganização da estrutura funcional da **Direção de Infraestruturas (DINF)** que teve como objetivo a criação no Departamento de Engenharia de uma área alavancada nos Estudos e Projetos, permitindo uma maior harmonização do ciclo de vida do ativo, o planeamento e acompanhamento do desenvolvimento dos investimentos e a uniformização e consolidação da gestão da informação associada às infraestruturas, às ligações ao Sistema, às afluentes indevidas e erradicação de descargas e à atualização da informação no Sistema de Informação geográfica (SIG) da SIMARSUL e à sua manutenção.

No Departamento de Manutenção e no sentido de se assegurar a recuperação do passivo registado e do nível requerido para a manutenção preventiva e corretiva dos ativos, motivado pela ausência de meios indispensáveis, designadamente humanos e previstos no quadro de pessoal do EVEF, bem como de se prevenirem situações que ponham em causa a segurança, a continuidade e a qualidade do serviço, foram admitidos dois técnicos para a nova Área “Manutenção Interna”.

Em simultâneo, prosseguiu-se na contratação de prestações de serviços especializados e de aquisição de bens e, como medida adicional e devida à situação verificada, procedeu-se a contratação do outsourcing da manutenção corretiva e preventiva das infraestruturas dos Subsistemas de Barreiro/Moita, Cucena, Fernão Ferro, Quinta da Bomba, Seixal, Lagoa/Meco e Sesimbra, que totalizam 6 ETAR e 49 EE (atualmente, o Sistema é constituído por 21 ETAR e 100 EE). A manutenção das restantes infraestruturas está a cargo da referida nova área “Manutenção Interna”.

Departamento de Engenharia

Destacam-se as seguintes atividades relevantes desenvolvidas durante o ano, no **Departamento de Engenharia**:

- Adjudicação de procedimento por ajuste direto para contratação de “Prestação de Serviços de Apoio a processos de expropriações e servidões na Península de Setúbal”, em janeiro de 2019;
- Adjudicação de procedimento por ajuste direto para contratação de “Fornecimento e montagem de caleiras pluviais no Edifício de pré-tratamento da ETAR da Quinta do Conde”, em março de 2019;
- Consignação da Empreitada de Pavimentações e Reabilitações na Área de Concessão da SIMARSUL, em março de 2019;
- Conclusão da “Empreitada de Execução do **Sistema de Drenagem e Elevatório do Subsistema de Canha**”, em março de 2019;
- Conclusão da “Empreitada de Beneficiação no **Emissário de Pegões-Gare** associada à caixa de pluviais”, em julho de 2019;
- Conclusão da “**Beneficiação dos sistemas de desodorização** através da instalação de sistemas de *by-pass* em torres de desodorização de ETAR” (integrado no PEPE -Plano de Eficiência e de Produção de Energia da SIMARSUL), em agosto de 2019;
- Adjudicação de procedimento por concurso público para contratação de “Aquisição de Serviços para a **Elaboração de Estudos e Projetos de Saneamento**”, em setembro de 2019;
- Aprovação do **Projeto de Execução de Remodelação do Emissário de Corroios**, infraestrutura do Subsistemas da Quinta da Bomba, no Seixal, em fevereiro de 2019 e abertura de procedimento de contratação da empreitada de execução da sua reabilitação, em setembro de 2019, após obtenção dos licenciamentos necessários;
- Abertura de procedimento por concurso público para contratação de “Aquisição de Serviços para Elaboração de Topografia e Levantamento Cadastral”, em setembro de 2019;
- Aprovação do Projeto de Execução e abertura de procedimento por concurso público para contratação de empreitada de execução da **Etapas de Gradagem da ETAR da Lagoinha**, em setembro de 2019, após obtenção das autorizações necessárias;
- Abertura de procedimento por ajuste direto para contratação de “Estudo Técnico-Científico do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Lagoa/Meco – Avaliação de odores”, em outubro de 2019;
- Adjudicação de procedimento por concurso público para contratação de “**Empreitada de Execução do Intercetor de Alfirim Norte** (Subsistema de Lagoa/Meco)”, em outubro de 2019;
- Abertura de novo procedimento por consulta prévia para contratação de “Empreitada de Beneficiação dos Balneários do Edifício da ETAR da Quinta do Conde”, em outubro de 2019, em virtude do anterior procedimento ter ficado deserto;
- Adjudicação de procedimento por ajuste direto para contratação de “Projeto de Reabilitação no Âmbito do Período de Garantias da Empreitada de Conceção-Construção da ETAR Barreiro/Moita e do Sistema de Drenagem e Elevatório do subsistema Barreiro/Moita - Lote I”, em outubro de 2019;
- Aprovação do “Projeto de Execução de **Reabilitação da EE Santa Marta de Corroios**-Subsistema Quinta da Bomba”, em outubro de 2019;
- Abertura de procedimento por concurso público para contratação de “Aquisição de Serviços de Manutenção Evolutiva e Curativa da Solução G/Interaqua e Carregamento do Sistema de Informação Geográfica (SIG) da SIMARSUL”, em novembro de 2019;
- Conclusão da “Empreitada de Conceção-Construção da **ETAR de Canha**”, em novembro de 2019;
- Conclusão da “Empreitada de Impermeabilização e Pintura do Edifício de Exploração da ETAR de Sesimbra”, em dezembro de 2019;
- Aprovação da abertura de procedimento por concurso público para contratação da “Empreitada de **Execução da Ligação Grávica do Sistema de Cárcamo Lobo** à Estação Elevatória do Lavradio (Subsistema Barreiro/Moita)”, em dezembro de 2019;
- Aprovação do **Projeto de Execução da Telegestão da SIMARSUL**, em dezembro de 2019;
- Desenvolvimento do plano de atuação com o objetivo de redução de afluências indevidas no Sistema (tipo, identificação dos locais, impacto, métodos de identificação de causas e diagnóstico, planeamento e implementação) e no âmbito da gestão dos ativos da empresa. Os tipos de afluências indevidas considerados no âmbito daquele plano de atuação foram a água de maré, as águas pluviais, as águas residuais industriais e outras descargas;
- Prossecução do apoio técnico na análise de viabilidade de ligações novas ao Sistema da SIMARSUL por parte de clientes municipais ou particulares, em articulação com a Direção de Operação;

- Continuação da Instrução e submissão às entidades competentes dos vários Processos de Licenciamento com vista à obtenção da necessária autorização de início de trabalhos no terreno ou de funcionamento de equipamentos;
- Continuação da monitorização, cumprimento e avaliação do plano de investimentos previsto e da promoção da implementação de melhorias, com o objetivo de promover a fiabilidade dos ativos e a segurança e tendo em consideração os benefícios das intervenções, a vida útil e a sua priorização, bem como inerentes gastos e as disponibilidades da empresa;
- Prosseguimento do acompanhamento do período de garantias das empreitadas e vistorias às infraestruturas no âmbito dos processos de libertação parciais de caução e receções definitivas, incluindo a identificação dos problemas existentes e respetivas reparações ao abrigo das mesmas. Neste âmbito destacam-se as reparações ao abrigo das garantias da “Empreitada de Conceção-Construção de ETAR do Seixal”, para efeitos de receção definitiva, com início em novembro de 2019;

A gestão de energia constitui uma das prioridades estratégicas da SIMARSUL, e continuou em destaque em 2019, apresentando-se aqui os principais desenvolvimentos desta estratégia que procura a melhoria da eficiência e do desempenho energético das operações de saneamento de águas residuais, garantindo a sua ecoeficiência e sustentabilidade.

A SIMARSUL continuou a trabalhar no seu Plano de Eficiência e Produção de Energia (PEPE), que integra um conjunto de metas e objetivos para o período 2017-2020, em alinhamento com o Grupo AdP, e que assenta na eficiência energética e na produção própria de energia, através da cogeração do biogás produzido nos processos de digestão anaeróbia das lamas nas ETAR.

Para acompanhar estas temáticas e o desenvolvimento do plano de gestão de energia, foi constituído um Comité de Energia do Grupo, onde a SIMARSUL participa, que tem como pressupostos a maximização do aproveitamento energético dos ativos e recursos endógenos e a racionalização dos consumos.

O PEPE assenta em sete eixos de atuação que vão desde a parte operacional, a ações e medidas que permitem o incremento da produção de energia a partir de fontes endógenas ou renováveis, tais como o aumento da produção de biogás e de energia elétrica, passando pela mobilidade, formação e comunicação.

A SIMARSUL inscreveu três técnicos no “Programa Avançado de Energias Renováveis no Setor das Águas”, promovido pela Academia das Águas Livres – EPAL, o qual irá decorrer entre novembro de 2019 e junho de 2020, e que tem como objetivo proporcionar, de forma agregada e coerente, competências técnicas e de gestão no domínio das diversas energias renováveis, designadamente fotovoltaica, solar térmica, eólica, hídrica e biogás, a quadros licenciados, de um modo orientado para as especificidades do setor e preparando os participantes para as oportunidades da transição energética e da descarbonização do mesmo.

No decurso de 2019 a SIMARSUL recebeu a verba associada ao pedido de pagamento instruído da candidatura efetuada ao Fundo de Eficiência Energética (FEE), Aviso 19, referente à instalação de variadores de velocidade nos ventiladores da desodorização na ETAR do Seixal. Foram ainda instruídas 5 candidaturas ao Fundo de Eficiência Energética (FEE), Aviso 22, nas vertentes de otimização energética de sistemas de ventilação e desodorização nas ETAR do Barreiro/Moita, Seixal, Afonsoeiro, Lagoinha e Quinta do Conde.

Esta intervenção ao nível das desodorizações permitiu uma redução de consumo anual de energia de cerca de 530 mil kWh/ano o que equivale a uma poupança de 58.529 euros/ano, quando feita a comparação com o cenário de referência da candidatura, conseguindo-se uma redução de 115,7 tep/ano.

No âmbito do projeto de mobilidade elétrica do Grupo AdP, em 2018, a SIMARSUL adquiriu 8 viaturas elétricas (3 de passageiros e 5 de mercadorias) e igual número de postos de carregamento, o que permitiu que a SIMARSUL atingisse 25% de viaturas operacionais 100% elétricas, com 0% de emissões de Gases com Efeitos de Estufa.

Este projeto tem permitido reduzir as emissões poluentes, para além de disseminar informação e conhecimento junto dos cidadãos sensibilizando-os e capacitando-os para a adoção de práticas mais sustentáveis, com especial enfoque na redução de consumos e nas escolhas e opções ambientalmente equilibradas.

No âmbito deste projeto de mobilidade elétrica foram desenvolvidas as seguintes ações durante o ano de 2019:

- A implementação da certificação energética da frota automóvel da SIMARSUL, em desenvolvimento com o apoio e colaboração da ADENE-Agência para a Energia, que detém em exclusivo, o Sistema de Etiquetagem Energética de Frotas (SEEF), que

permitirá obter ainda mais poupanças económicas, diretas e indiretas, com reflexo na emissão de gases com efeito de estufa, principalmente por via da redução dos consumos de combustível de origem fóssil;

- A implementação de um sistema de monitorização e georreferenciação de veículos elétricos e dos postos de carregamento que constituem a rede mobie.adp, contratualizado com o CEIIA – Centro de Excelência da Indústria automóvel, como medida de boa gestão energética.

No âmbito da Gestão de Energia, continuou a ser promovida a interação com as agências de energia locais, nomeadamente a S.Energia – Agência Regional de Energia para os Concelhos do Barreiro, Moita e Montijo e a AMESEIXAL - Agência Municipal de Energia do Seixal, onde a SIMARSUL integra as respetivas Assembleias Gerais.

Por último, salientar que a SIMARSUL foi galardoada com o Prémio PEPE, relativo ao período 2018/2019, o qual foi entregue no decurso das X Jornadas de Engenharia da AdP, realizadas em outubro, e que avaliou a dinâmica de implementação das medidas preconizadas no PEPE, dando assim relevo ao trabalho que, no âmbito da eficiência energética e produção própria de energia, vem sendo desenvolvido pela SIMARSUL, S.A.

Departamento de Manutenção

Para além das atividades de gestão que garantem o funcionamento das infraestruturas, destacam-se as seguintes atividades relevantes desenvolvidas durante o ano, no **Departamento de Manutenção**:

- Realização de 985 ações corretivas e de melhoria e de 1518 ações de manutenção preventiva;
- Adjudicação de procedimento por concurso público para contratação de “Manutenção dos Espaços Verdes das infraestruturas da SIMARSUL”, em fevereiro de 2019;
- Adjudicação de procedimento por concurso público para contratação de “**Manutenção Corretiva e Preventiva de Infraestruturas dos Subistemas de Barreiro/-Moita, Cucena, Fernão Ferro, Quinta da Bomba, Seixal, Lagoa/Meco e Sesimbra**”, em abril de 2019;
- Adjudicação de procedimento por consulta prévia para contratação de “Fornecimento de acessórios de manutenção industrial”, em abril de 2019;
- Adjudicação de procedimento por concurso público para contratação de “Aquisição de bens e serviços para manutenção dos sistemas de desinfecção ultravioleta das infraestruturas da SIMARSUL”, em julho de 2019;
- Adjudicação de procedimento por consulta prévia para contratação de “Fornecimento de peças para bombas de parafuso excêntrico da ETAR Barreiro/Moita e ETAR Seixal”, em julho de 2019;
- Abertura de procedimento por concurso público para contratação de “Aquisição de peças para sobrepessores de ar de processo das infraestruturas da SIMARSUL”, em setembro de 2019;
- Adjudicação de procedimento por consulta prévia para contratação de “Aquisição de bens e serviços de manutenção preventiva da boia instrumentada da margem sul do Tejo”, em setembro de 2019;
- Abertura de procedimento por concurso público para contratação de “Manutenção de serralharias das infraestruturas da SIMARSUL”, em outubro de 2019;
- Adjudicação de procedimento por consulta prévia para contratação de “Reabilitação e fornecimento de grupos eletrobomba”, em outubro de 2019;
- Adjudicação de procedimento por consulta prévia para contratação de “Fornecimento de peças para bombas de parafuso excêntrico da ETAR Afonsoeiro, ETAR Alcochete, ETAR Cucena, ETAR Fernão Ferro, ETAR Lagoinha, ETAR Montado, ETAR Pinhal Novo, ETAR Poceirão, ETAR Seixalinho, ETAR Sesimbra e ETAR ZI Autoeuropa”, em outubro de 2019;
- Abertura de procedimento por concurso público para contratação de “Reabilitação dos tamisadores instalados nas etapas de pré-tratamento das ETAR ZI Autoeuropa, Lagoinha, Aires e Quinta do Conde e das EE Breyner e Guarda Fiscal”, em novembro de 2019;
- Adjudicação de procedimento por consulta prévia para contratação de “Reabilitações em postos de transformação da SIMARSUL”, em novembro de 2019;
- Adjudicação de procedimento por consulta prévia para contratação de “Manutenção dos arejadores tipo tornado instalados nas lagoas da ETAR Afonsoeiro, Alcochete, Pinhal Novo e Seixalinho”, em dezembro de 2019.

Direção de Operação

No final do ano a empresa encontrava-se a gerir 21 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), 100 Estações Elevatórias (EE), 237,9 km de emissários e 107,8 km de Condutas Elevatórias no âmbito da operação dos diversos subsistemas do seu sistema multimunicipal.

O volume de efluente recolhido em 2019 foi de 27.346.183 m³, o que corresponde a uma média diária de 74.921 m³. Deste, foi tratado em instalações diretamente operadas pela SIMARSUL 24.734.772 m³, tendo o remanescente sido tratado na ETAR da Quinta da Bomba, operada por convenção entre os SMAS de Almada e a SIMARSUL, pelos serviços municipais.

O volume faturado aos clientes foi de 27.340.308 m³.

No âmbito do acompanhamento da qualidade dos efluentes, a SIMARSUL dispõe do Laboratório Interno de Processo que, em 2019, realizou 20.211 determinações analíticas, incluindo ensaios com vista à identificação microscópica de biomassa existente em vários reatores biológicos das instalações da empresa.

A população servida com tratamento satisfatório atingiu os 555.886 habitantes equivalentes, correspondendo a 99,3% do total.

Na **Direção de Operação (DOP)**, para além da atividade de gestão operacional que garante o adequado funcionamento das infraestruturas que constituem o sistema multimunicipal anteriormente referido, de entre as atividades desenvolvidas no decorrer do ano 2019, destacam-se as seguintes:

- Gestão das Equipas de Operação, tendo como objetivo otimizar a gestão dos recursos humanos disponíveis, em conformidade com as exigências de funcionamento das infraestruturas;
- Participação nos processos de recrutamento de Técnicos Operacionais de saneamento;
- Formação dos novos técnicos operativos que integraram a direção;
- Reorganização dos Responsáveis dos Centros Operacionais;
- Início do funcionamento da ETAR de Canha e consequente desativação da ETAR de Canha 1 e da Fossa Séptica de Canha 2;
- Implementação de soluções operacionais para promoção da melhoria contínua do serviço prestado em termos de exploração das infraestruturas, em estreita articulação com a Direção de Infraestruturas;
- Medição e monitorização no terreno de diversos parâmetros e condições para apoio à elaboração de estudos realizados pela Direção de Infraestruturas;
- Realização de ações de manutenção preventiva, no âmbito da Operação, previstas nos planos de manutenção, em articulação com a Direção de Infraestruturas;
- Desenvolvimento de medidas de gestão do processo de tratamento, tendo em vista a otimização dos consumos de energia, água e dos reagentes químicos de processo;
- Estudo da viabilidade da alteração das etapas de desinfecção com recurso à utilização de Hipoclorito de Sódio, com o objetivo de garantir a fiabilidade dos resultados analíticos e a redução dos custos de exploração;
- Estudo da viabilidade de utilização de outros reagentes nas etapas de desinfecção nomeadamente o Dióxido de Cloro e o Ácido Peracético;
- Estudo do efeito da adição de cloreto férrico na linha líquida da ETAR do Barreiro/Moita para redução de H₂S no biogás produzido com intrusão salina;
- Estudo da redução da salinidade das águas residuais urbanas, promovendo o aumento de eficiência dos sistemas de tratamento do Seixal e Barreiro/Moita;
- Identificação e caracterização das aflúências indevidas verificadas no sistema e articulação com os diversos municípios envolvidos;
- Gestão de clientes diretos e respetivo acompanhamento das condições contratuais – atualização das tarifas, valores de caução, qualidade dos efluentes descarregados, análise do autocontrolo exigido na autorização de descarga;
- Acompanhamento e orientação de Estágios profissionais e curriculares, em estreita colaboração com as instituições de ensino;

-
- Acompanhamento das visitas de estudo efetuadas às diversas infraestruturas de tratamento em exploração;
 - Gestão dos processos de licenciamento das descargas de águas residuais junto das entidades licenciadoras;
 - Realização por parte do Laboratório interno de 20.211 ensaios analíticos, incluindo ensaios físicos, químicos e biológicos, no que se refere ao controlo da qualidade dos processos de tratamento da água residual, bem como do produto final, resíduos e subprodutos;
 - Participação do Laboratório Interno no Ensaio de Comparação Interlaboratorial, promovido pela RELACRE, tendo-se verificado um desempenho satisfatório de 93% dos parâmetros determinados, no universo de 55 participantes a nível nacional, assim como prossecução da colaboração com diversas instituições de ensino, tendo recebido três estágios, com duração de 700 horas cada um;
 - Alteração de procedimentos do sistema de qualidade do Laboratório Interno, permitindo uma diminuição no consumo de papel em cerca de 60%, assim como toneres e, consequentemente, da produção de resíduos daí decorrentes;
 - Colaboração em projetos de I&D, internos e externos à empresa, em estreita colaboração com as instituições de ensino;
 - Resolução de reclamações apresentadas no âmbito da exploração das infraestruturas;
 - Participação na elaboração das Matrizes de Avaliação de Consumos Energéticos identificação de oportunidades no que diz respeito à redução de consumos e/ou custos (tarifário) de energia;
 - Gestão dos pedidos de ligação de utilizadores diretos – análise da viabilidade da ligação, cálculo das tarifas a aplicar e instrução do processo junto do Concedente;
 - Gestão dos pedidos dos utilizadores municipais de ligação física ao sistema;
 - Avaliação da conformidade legal da qualidade do efluente tratado;
 - Registo, compilação e cálculo dos valores de caudal real a faturar aos Clientes Municipais e Clientes Diretos;
 - Participação no Processo Orçamental – Plano de atividades, Estimativa de Fecho 2018 e Orçamento 2019 por Centro Operacional e Ordem Interna; Volumes e Proveitos por Centro Operacional e Cliente;
 - Elaboração do Plano Anual de Compras da Direção;
 - Atualização do histórico de volumes, consumos e produções do Modelo Técnico (Modelação de Procura e Otimização de Custos Operacionais);
 - Elaboração de contributos para a proposta do diploma legal relativo ao regime de produção de água para reutilização (ApR);
 - Participação no Plano de Ação para a Reutilização nas ETAR do Grupo AdP, onde se materializa a caracterização e balanço da situação atual no Grupo AdP;
 - Acompanhamento do projeto de água para reutilização no município do Barreiro, cujo objetivo é a rega de espaços verdes públicos e a lavagem de viaturas de recolha de resíduos sólidos urbanos, em articulação com a Direção de Infraestruturas;
 - Participação no Plano de Ação de Gestão de Lamas de ETAR 2020-2023 do Grupo AdP, onde se definem medidas a promover em todas as empresas do grupo AdP para alcançar a redução da produção de lamas;
 - Dinamização da participação no “Prémio AdP 100% Inovação”, promovido pelo Grupo AdP, cujo projeto “SIMbiose Industrial – de resíduo a mais valia”, foi vencedor na categoria Ideias;
 - Acompanhamento das ações inspetivas realizadas pela ARH, Tejo e Oeste, IGAMAOT e GRN Ambiente;
 - Acompanhamento do processo de aquisição centralizada de energia (MT, BTN e BTN) e do processo de aquisição centralizada de reagentes, realizados pela AdP;
 - Celebração do contrato da Prestação serviços de limpeza, desobstrução, inspeção CCTV e reparação pontual de roturas em coletores e limpeza de estações de tratamento de águas residuais (ETAR) e de estações elevatórias (EE) do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em fevereiro de 2019;
 - Adjudicação do Concurso Público Internacional para a Prestação de serviços de recolha, transporte e encaminhamento a destino final de resíduos da SIMARSUL, em março de 2019;
 - Adjudicação da Consulta Prévia para a Prestação de Serviços de Controlo de Roedores nas Infraestruturas da SIMARSUL, em maio de 2019;
 - Lançamento do Concurso Público para a Aquisição de Polímeros para as Estações de Tratamento de Águas Residuais da SIMARSUL, em dezembro de 2019.

Órgãos de Suporte

A **Área de Planeamento e Controlo de Gestão (PCG)** assegurou, em 2019, os reportes da SIMARSUL para as diversas entidades externas a que a empresa está obrigada a prestar informação, bem como os reportes para a AdP SGPS.

Foi igualmente responsável pela preparação de todas as interações realizadas com o Concedente e com a Entidade Reguladora, no âmbito do exercício orçamental de 2019, tendo sido igualmente responsável, em colaboração com a DAF, pela recolha, compilação e análise da informação de base ao exercício orçamental de 2020, bem como pela preparação do modelo económico da empresa, utilizado na elaboração do PAO (Plano de Atividades e Orçamento) de 2020 e no Relatório de fundamentação de projeções e cumprimento de métricas ERSAR para 2020.

No decorrer do ano esta área foi igualmente alvo de reestruturação, tendo passado de função de suporte para área e sido reforçada ao nível dos seus quadros, aumentando, desta forma, a sua capacidade de resposta às inúmeras solicitações que se vinham a acumular, quer da parte da Administração da empresa, quer das restantes áreas.

Desta forma, a área de PCG alargou também a sua área de intervenção na empresa, assegurando adicionalmente um controlo mais eficaz da qualidade e consistência da informação produzida e disponibilizada a entidades terceiras, bem como ao nível da qualidade e uniformização da mesma ao nível dos sistemas aplicativos de suporte, nomeadamente ao nível do acompanhamento e parametrização da criação dos elementos analíticos, como Ordens Internas, PEP e Fichas de Imobilizado.

Em 2019, o PCG assumiu a seu cargo, apoiado pela CEA e pela DAF, a compilação de informação e a elaboração dos Relatórios e Contas e dos Relatórios de Governo Societário da SIMARSUL.

Igualmente em 2019, foi assegurada a continuação da centralização da informação relativa a indicadores de desempenho da empresa, na sua vertente financeira, operacional ou de sustentabilidade, assegurando o seu reporte atempado, com particular incidência nos Indicadores dos Objetivos de Gestão, nos Indicadores da Qualidade do Serviço da ERSAR e nos Indicadores de Sustentabilidade.

Garantiu ainda, no decorrer de 2019, a atempada elaboração da informação de gestão a remeter mensalmente ao Conselho de Administração da SIMARSUL, para acompanhamento da atividade da empresa.

Fizeram também parte das funções do PCG no decorrer do ano, a atualização das tarifas a aplicar aos clientes municipais e diretos, conforme previsto no Contrato de Concessão e respetivo envio para aprovação por parte da Entidade Reguladora, o mesmo tendo acontecido com o cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos e cumprimento das métricas de eficiência operacional definidas para a SIMARSUL.

Faz parte integrante da responsabilidade do PCG o acompanhamento próximo do projeto de implementação das medidas necessárias à adequação da empresa com o cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados, bem como o acompanhamento e monitorização do cumprimento do contrato de prestação de serviços relativo ao *Data Protection Officer* da empresa.

No ano de 2019 o PCG colaborou ainda com diversas áreas da empresa, nomeadamente ao nível de uniformização e validação de procedimentos a implementar e implementados, numa vertente de controlo interno, bem com no acompanhamento de novos projetos.

Na Área do **Sustentabilidade e Responsabilidade Empresarial (SRS)**, para além das atividades correntes da área do sistema de responsabilidade empresarial, foram particularmente relevantes, entre outros:

- O trabalho relativo à manutenção de equipamentos de deteção e combate a incêndio, manutenção de equipamentos de trabalho em altura e profundidade, aquisição de sinalética de segurança e emergência, aquisição de meios de contenção de derrames, aquisição de Equipamento de Proteção Coletiva (EPC) e Equipamento de Proteção Individual (EPI), aquisição de material de 1.º Socorros e elaboração, verificação de equipamentos de trabalho de acordo com o DL n.º 50/2005, de 16 de março;
- A formação dos trabalhadores, designadamente em Segurança e Saúde no Trabalho, constitui uma prioridade para a SIMARSUL pelo que foram ministradas formações sobre “Espaços Confinados e Trabalhos em Altura”, envolvendo trabalhadores das áreas de operação e de manutenção. A preocupação com a formação dos trabalhadores e, consequentemente, com a redução dos

índices de sinistralidade laboral, traduziu-se, ainda, nas ações de formação realizadas a todos os trabalhadores de empresas prestadoras de serviços a trabalhar nas instalações da SIMARSUL.

Relativamente à preocupação com a eficiência e produção de energia, a SIMARSUL, através da sua equipa de energia, constituída após a participação de um conjunto de trabalhadores no curso de formação avançada “Auditores de Energia e Usos Significativos de Energia”, promovido pela AdP Energias e pela AAL – Academia de Águas Livres com o objetivo de serem conseguidas reduções significativas no consumo de energia elétrica nas diversas atividades da empresa, definiu as bases de trabalho para a futura certificação da empresa na norma NP EN ISO 50001. Ainda com este objetivo, a SIMARSUL continuou o trabalho definido na candidatura efetuada ao Fundo de Eficiência Energética com as quick wins das medidas constantes das matrizes do Sistema de Gestão de Energia, as quais se encontram em implementação em seis ETAR, medidas estas que estão na base do Plano de Eficiência e Produção de Energia (PEPE) ao nível do Grupo AdP.

Ainda no domínio da proteção do ambiente, e em articulação com o CEA, consumou-se o trabalho em parceria com a Agência de Energia e Ambiente da Arrábida (ENA) para a atribuição à SIMARSUL do Certificado de Qualidade Ambiental do Município de Setúbal – Selo Verde, atribuído às empresas que comprovem a implementação de boas práticas ambientais na sua atividade. Este galardão foi atribuído em cerimónia realizada no Parque do Bonfim em Setúbal, no dia 5 de junho de 2019.

A certificação do Sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho da SIMARSUL de acordo com os requisitos das normas NP EN ISO9001, NP EN ISO14001 para as novas versões de 2015 e OHSAS18001 manteve-se, após a auditoria realizada pela entidade certificadora Associação Portuguesa de Certificação (APCER).

No âmbito da Assessoria Jurídica (JUR), e no decurso do período em análise, quando solicitado, foi garantido o apoio jurídico à administração da empresa, bem como às diversas direções e áreas.

Da atividade da Assessoria Jurídica, é possível destacar:

- Na sequência de um auto de contraordenação, levantado em 20 de março de 2014, a SIMARSUL foi notificada da decisão da APA que a condenou no pagamento de uma coima de 30.000,00 euros e nas custas de 52,50 euros, relativa à Estação Elevatória do Talaminho, em que vinha acusada de duas contraordenações muito graves: rejeição de águas degradadas diretamente para o sistema de disposição de águas residuais, para a água ou para o solo, sem qualquer tipo de mecanismos que assegurem a depuração destas e a utilização dos recursos hídricos sem o respetivo título. Não se conformando com a decisão, a SIMARSUL impugnou judicialmente a mesma em 20 de dezembro de 2018, tendo sido proferida sentença pelo Juízo Criminal do Seixal em 23 de abril de 2019, que revogou a decisão da APA e absolveu a SIMARSUL das duas contraordenações de que vinha acusada;
- Publicação em 27 de agosto de 2019 do despacho n.º 7587/2019 para declaração de utilidade pública dos terrenos das servidões a constituir para a execução do sistema de drenagem do subsistema de Lagoa/Meco - Intercetor de Alfarim Norte;
- Publicação em 15 de outubro do despacho n.º 9314/2019 para declaração de utilidade pública dos terrenos das servidões a constituir para a execução do sistema de drenagem do subsistema de Afonsoeiro - Emissário da Atalaia;
- Notificação de uma providência cautelar, interposta pela Aquino Construções, S.A., com vista a ser decretada a suspensão de eficácia do ato administrativo que determinou o acionamento da garantia bancária no valor de € 4.287,00, emitida em 30 de janeiro de 2009, destinada a cumprir o bom e integral cumprimento das obrigações que a Aquino Construções, S.A. assumiu no contrato de empreitada de obras públicas que celebrou com a SIMARSUL em 12 de março de 2009. Em 27 de dezembro de 2019 a SIMARSUL contestou a providência cautelar;
- Obtenção de acordos para constituição de servidões administrativas, relativamente a terrenos onde estão implantadas infraestruturas da SIMARSUL.

A **Comunicação e Educação Ambiental (CEA)** assegurou a articulação com as direções e áreas da empresa, no decorrer das atividades transversais de comunicação e educação ambiental.

O CEA assegurou o lançamento e a continuação de campanhas, a coordenação de diversas iniciativas e ações, prosseguindo a divulgação e a informação institucional dos objetivos, áreas de atividade e missão da empresa, bem como a prossecução de políticas e ações de sensibilização, educação ambiental e estratégia de sustentabilidade, tendo em vista a promoção da atividade, visão e valores da SIMARSUL junto dos seus públicos externo e interno, em linha com a identidade corporativa do Grupo AdP e em proximidade com os municípios e stakeholders da empresa.

Considerando a consolidação contínua da imagem da empresa no tecido regional, o CEA assegurou e participou da organização de diversas atividades e gestão dos suportes comunicacionais nas áreas da comunicação institucional e empresarial, e na área da comunicação interna, tendo nesta vertente uma especial atenção para o envolvimento e a participação dos trabalhadores em atividades, eventos e iniciativas sociais.

Destaca-se em 2019, no âmbito da atividade desenvolvida pelo CEA, o relato do desempenho das atividades realizadas e que constam do capítulo da Sustentabilidade do presente Relatório.

O ano de 2019 foi marcado pela criação da função de suporte de Gestão de Ativos, Avaliação de Desempenho e Controlo de Riscos a qual visa dar suporte à gestão de curto, médio e longo prazo dos Ativos que integram o Parque Operacional abrangido pela Concessão.

Uma vez caracterizado o ponto de situação da empresa nesta matéria, nessa data, foi definido o âmbito e objetivos desta função, devidamente compatibilizados com os objetivos globais da empresa.

No âmbito da vertente de Gestão de Ativos, foi dada prioridade à conclusão dos trabalhos de compilação de inventário operacional da empresa, já em curso até então pela Direção de Infraestruturas.

Deste modo, foi integralmente mapeado o Parque Operacional da empresa numa estrutura de localização composta por um conjunto de níveis hierárquicos, do Ativo à empresa no seu todo, para carregamento dos Ativos que o integram.

Ao espelhar a realidade física e operacional, e uma vez implementada transversalmente para enquadramento da informação produzida por cada área que compõe a orgânica da empresa (nas vertentes técnica, financeira, operacional, etc.), esta estrutura potenciará a otimização e integração de informação diversa, sem recurso a pós-processamento, gerando outputs vários que se consideram fundamentais à otimização da gestão da empresa no seu todo, e em particular à eficiente Gestão dos Ativos Operacionais que a compõem.

Para preparação do carregamento dos Ativos na estrutura atrás mencionada foi compilada a informação proveniente dos dois inventários parciais já realizados no passado, que abrangiam a totalidade das infraestruturas de elevação e tratamento, assim como foi efetuado de raiz o inventário das infraestruturas lineares. Adicionalmente, e aproveitando a realização desta última atividade, foi assegurada, em coordenação com a Área de Cadastro, a catalogação e codificação dos pontos de fronteira da rede de drenagem.

No âmbito da Avaliação de Desempenho foi desencadeado o processo de avaliação ao nível da infraestrutura. Para tal, foi delineado um escalonamento de visitas ordinárias para avaliação de desempenho baseado num ciclo de cinco anos por forma a assegurar que uma infraestrutura é avaliada pelo menos uma vez por quinquénio.

Para arranque deste processo, e com base num conjunto concreto de critérios de desempenho, foram identificadas cinco infraestruturas críticas (ETAR Afonsoeiro, ETAR Barreiro/Moita, ETAR Seixal, EE Breyner e EE Mundet), as quais foram objeto de uma avaliação nas vertentes de segurança, desempenho e condição. Esta avaliação foi assegurada com recursos internos e da AdP Serviços. Na vertente de Controlo de Risco, numa fase ainda inicial do que se entende ser o âmbito desta atividade e fazendo face à ainda inexistência de rotinas ordinárias de avaliação de desempenho, foi promovido um levantamento de necessidades operacionais por via de consulta direta das áreas da empresa com intervenção direta na gestão do parque operacional abrangido pela Concessão.

Cada ponto deste levantamento foi classificado ao nível de técnico, financeiro e de grau de prioridade, resultando uma base de trabalho que se pretende que venha a servir de suporte ao planeamento de atividades a curto/médio para as diferentes áreas da empresa, estando para tal a ser desenvolvido um procedimento que assegure a sua permanente atualização.

A função de **Recurso Humanos (RH)** centrou-se no planeamento associado ao correto processamento de vencimentos, no cumprimento das regras constantes do Acordo Coletivo Trabalho (ACT) que entrou em vigor dia 1 de janeiro de 2019, na continuidade da formação profissional dos trabalhadores da empresa e no cumprimento das determinações legais na medicina do trabalho.

Neste período, os recursos humanos procuraram prestar apoio à integração das pessoas na empresa, através de um adequado fluxo de comunicação oral e escrita.

Por fim, os Recursos Humanos asseguraram o cumprimento das obrigações legais decorrentes do pagamento dos salários dos órgãos estatutários e dos trabalhadores da empresa, designadamente os relativos à Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, ADSE, IRS, quotizações sindicais, fundo de compensação do trabalho e penhoras sobre os vencimentos.

Ademais, prosseguiu o cumprimento pontual e integral dos deveres de informação da empresa para com a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público e com o Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Segurança Social.

Desta atividade, importa destacar:

- A realização do processo de avaliação de desempenho, correspondente ao trabalho realizado no ano anterior, com a consequente progressão salarial dos trabalhadores abrangidos nos termos e critérios definidos no ACT;
- A contratação de oito técnicos operativos (por despacho de autorização de défice de trabalhadores, por substituições e por reformas);
- A contratação de duas técnicas de laboratório (devido a uma saída por reforma de invalidez e a outra por substituição);
- A contratação de um técnico para a DINP (para substituir um trabalhador que saiu por sua iniciativa);
- A contratação de um técnico oficial de contas para a DAF e de uma secretária para apoio ao Conselho de Administração com despacho de autorização;
- A reclassificação de dois técnicos superiores face às funções desempenhadas;
- A reclassificação de um técnico operativo (DOP) para técnico (DINF);
- A Renovação dos contratos de comissão de serviço de Diretores, Coordenadores de Departamento e Responsáveis de Área para o ano de 2020;
- Aquisição de serviços de manutenção dos sistemas de controlo de assiduidade e aquisição de cartões de acesso à empresa ACTUASYS – Sistemas Eletrónicos, Lda;
- Elaboração da proposta de reorganização orgânica da SIMARSUL, com efeitos a partir de 1 de julho de 2019.

Os **Sistemas de Tecnologia de Informação (STI)** asseguraram intervenções de melhoria no que diz respeito ao Sistema de Picagens de Ponto, com apoio na instalação de novos equipamentos, na ETAR da Quinta do Conde, na ETAR de Sesimbra, na ETAR do Seixalinho, na ETAR do Afonsoeiro e na Sede, assim como a colocação de Check Point e Routers 4G, para acesso dos operadores ao Portal da Empresa.

Foram substituídos equipamentos informáticos, nomeadamente PC, portáteis e monitores, dando sequência à renovação do Parque Informático da empresa.

Gestão do Capital Humano

A SIMARSUL partilha as políticas do Grupo AdP na gestão de recursos humanos, alinhadas com os seus objetivos estratégicos e em cumprimento das orientações da tutela e da moldura legal vigente aplicável ao SEE.

- Os princípios orientadores da gestão dos recursos humanos da SIMARSUL são:
- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens;
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação;
- Promoção e valorização profissional;
- Respeito pela vida pessoal e familiar;
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta;
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da empresa em vigor.

Caracterização dos Recursos Humanos

O universo de 99 efetivos ao serviço da empresa, a 31 de dezembro de 2019, caracteriza-se da seguinte forma, excluindo os Órgãos Sociais:

Dos 99 trabalhadores, 74 são do sexo masculino (75%) e 25 do sexo feminino (25%).

	2019	2018	2017
Homens	74	69	71
Com funções de chefia (*)	9	9	8
Sem funções de chefia	65	60	63
Mulheres	25	24	22
Com funções de chefia (*)	11	12	11
Sem funções de chefia	14	12	11
	99	93	93

(*) Cargos de Direção, Coordenação e Responsáveis de Área / Centro Operacional

A destacar que, do total dos 20 trabalhadores com funções de chefia, 11 (55%) são do sexo feminino e 9 (45%) do sexo masculino.

A totalidade dos 99 trabalhadores tem contratos efetivos, o que contribui para a desejável estabilidade dos trabalhadores e da empresa relativamente aos recursos humanos.

Verifica-se ainda a existência de um trabalhador com contrato a termo incerto, que visa suprimir as necessidades de trabalho resultantes de uma baixa prolongada, tendo-se optado por não recorrer a um prestador de serviços de trabalho temporário.

	2019	2018	2017
Efetivos	99	92	92
A termo	-	1	1
A termo incerto	1	-	-
	100	93	93

A idade média dos trabalhadores da SIMARSUL é de 43 anos, com 38% do total de trabalhadores, ou seja, 38 pessoas, situadas no escalão etário entre os 45 e os 54 anos e 34%, ou seja, 34, situadas no escalão etário entre os 35 e os 44 anos.

	2019	2018	2017
Idade média	43	44	43
Trabalhadores por estrutura etária			
idade < 25	2	2	2
idade entre 25 e 34	15	10	12
idade entre 35 e 44	34	36	37
idade entre 45 e 54	38	35	33
idade > 55	10	10	9
	99	93	93

A antiguidade média é de 11 anos, situando-se 74% do total de trabalhadores (73) na faixa entre os 11 e os 20 anos de antiguidade e 14% (14) com menos de 2 anos de antiguidade.

	2019	2018	2017
Antiguidade média	11	11	11
Trabalhadores por antiguidade			
antiguidade < 2	14	4	2
antiguidade entre 2 e 5	2	1	1
antiguidade entre 6 e 10	10	17	28
antiguidade entre 11 e 20	73	71	62
antiguidade > 20	-	-	-
	99	93	93

	2019	2018	2017
Trabalhadores por nível profissional			
Quadros superiores	30	29	29
Quadros médios	17	14	14
Não qualificados	52	50	50
	99	93	93

Cerca de 31% dos trabalhadores (31) detêm qualificações ao nível do ensino superior e 39% (39) detêm qualificações ao nível do ensino secundário.

	2019	2018	2017
Trabalhadores por nível habilitações			
Ensino Básico	29	29	28
Ensino Secundário	39	35	36
Ensino Superior	31	29	29
	99	93	93

No ano de 2019 foram realizadas 33 de ações de formação que deram origem a 1 233 horas de formação, número inferior ao de 2018.

Formação	2019	2018	2017
N.º de horas de formação	1 233	2 246	1 184
N.º de Formandos	78	67	48
N.º de Participantes	78	67	48

De realçar que nos dois últimos anos foram abrangidos em ações de formação 94 trabalhadores, correspondendo a uma média de cerca de 37 horas de formação por trabalhador.

A Taxa de Absentismo em 2019 foi de cerca de 9%, correspondente a 15.824 horas de ausência, de um total de 178.135 horas potenciais de trabalho.

Absentismo	2019	2018	2017
Taxa de Absentismo	8,88%	10,30%	7,70%
Horas de Absentismo	15 824	19 078	6 330

Ao longo do ano de 2019 ocorreram 14 acidentes de trabalho (menos 2 face a 2018), dos quais 10 deram origem a situações de baixa por acidente de trabalho (menos 4 face a 2018).

Acidentes de Trabalho	2019	2018	2017
Total de Acidentes de Trabalho	14	16	10
Acidentes de Trabalho com Baixa	10	14	6

Financeira

A SIMARSUL, por indicação do Revisor Oficial de Contas, aplicou igualmente o disposto na IFRIC 12 no que concerne ao rédito e gastos da construção.

Esta norma define que os Contratos de Concessão preveem que as empresas concessionárias prestam serviços de construção e operação de infraestruturas. Assim, deverá ser reconhecido o rendimento associado a cada uma das naturezas dos serviços, pelo que a SIMARSUL passará a reconhecer o rédito e gastos relacionados com a construção e modernização das suas infraestruturas, pois os serviços de operação das mesmas já eram reconhecidos. Desta forma, o rédito reconhecido concorrerá para o volume de negócios da empresa (numa rubrica de "Rendimentos de Construção de Ativos Concessionados"), sendo que os gastos totais associados, de idêntico montante, e portanto com impacto nulo no resultado líquido do exercício, serão registados da seguinte forma: as aquisições ao exterior numa conta específica de gastos em CMVMC (Gastos de Construção de Ativos Concessionados), e os gastos incorridos internamente considerados nas respetivas contas, consoante a natureza dos mesmos (CMVMC, FSE e Gastos Financeiros).

Em 2019 a SIMARSUL aplicou a nova norma IFRS 16 – Locações que requer que os locatários reconheçam todas as locações no balanço, um passivo por locação (exceto para os contratos de locação de curto prazo e de locação de ativos de valor reduzido), de forma a refletir o direito de uso do ativo por um período de tempo. A contabilização do locador permanece em grande parte inalterada.

Principais Indicadores

		2019	2018	2017
Volume de Negócios	milhões EUR	15,14	14,95	13,84
Volume de Efluente Faturado	milhões m3	27,340	28,067	26,926
Tarifa Média Saneamento	EUR	0,5536	0,5326	0,5140
Desvio Recuperação de Gastos (anual)	milhões EUR	1,52	2,92	4,54
Rend. Construção Ativos Concessionados	milhões EUR	0,50	1,28	0,59
Resultado Líquido do Exercício	milhões EUR	1,25	1,91	2,60
EBITDA (ajustado) ⁽¹⁾	milhões EUR	6,48	6,39	4,82
(1) O EBITDA ajustado resulta do EBITDA expurgado dos subsídios ao investimento e das provisões e ajustamentos.				
Endividamento	milhões EUR	79,63	82,96	86,08
Net Debt - Endividamento Líquido	milhões EUR	68,08	70,72	79,11
Net Debt to EBITDA (ajustado)	n.º	10,51	11,06	15,78
Ativo Total	milhões EUR	240,09	242,28	246,85
Capital Próprio	milhões EUR	65,87	64,62	62,72
Passivo Total	milhões EUR	174,22	177,65	184,14

Resultado Líquido

O resultado líquido de 2019 ascendeu a 1,25 milhões de euros, que corresponde à remuneração garantida ao capital acionista investido, pelo que já incorpora o valor do desvio de recuperação de gastos do exercício.

		2019	2018	2017
Rendimentos Totais	milhões EUR	19,55	21,29	20,60
Gastos Totais	milhões EUR	17,93	18,90	18,82
Imposto	milhões EUR	-0,37	-0,49	0,82
Resultado Líquido	milhões EUR	1,25	1,91	2,60

Recorda-se que, nos termos da concessão, os acionistas têm direito a uma remuneração garantida do capital investido previsto na legislação e nos termos definido no Contrato de Concessão, onde se estabelecem os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos em termos anuais, assegurando a integral recuperação dos gastos de investimento, operacionais, financeiros, impostos e também a adequada remuneração dos capitais próprios das concessionárias.

Assim, e anualmente, é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios de recuperação de gastos – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção a fazer ao rendimento das atividades reguladas, para que estes sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

Em 2019 o valor do desvio de recuperação de gastos apurado foi de 1,52 milhões de euros, sendo que o resultado gerado pelas operações (antes do efeito do desvio de recuperação de gastos) apresenta um valor total de 0,07 milhões de euros.

Rendimentos Totais

Os rendimentos totais ascenderam em 2019 a 19,55 milhões de euros.

		2019	2018	2017
Volume de Negócios	milhões EUR	17,16	19,14	18,97
Subsídios ao Investimento	milhões EUR	1,58	1,61	1,55
Reversão de Provisões e Ajustamentos	milhões EUR	0,002	0,109	0,002
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	milhões EUR	0,15	0,28	0,02
Juros e Rendimentos Similares	milhões EUR	0,65	0,15	0,06
Rendimentos Totais	milhões EUR	19,55	21,29	20,60

Volume de Negócios

O Volume de Negócios ascendeu a 17,16 milhões de euros em 2019.

		2019	2018	2017
Prestações de Serviços	milhões EUR	15,14	14,95	13,84
Rend. Construção Ativos Concessionados	milhões EUR	0,50	1,28	0,59
Desvio de Recuperação de Gastos	milhões EUR	1,52	2,92	4,54
Volume de Negócios	milhões EUR	17,16	19,14	18,97

O volume de negócios contempla, para além do valor relativo à prestação de serviços, as seguintes rubricas:

- Rendimentos da Construção dos Ativos Concessionados, que ascendem a 0,50 milhões de euros;
- Desvio de Recuperação de Gastos, o qual totalizou 1,52 milhões de euros.

Prestação de Serviços de Recolha e Tratamento de Efluentes

		2019	2018	2017
Prestação Serviços Recolha Efluentes	milhões EUR	15,14	14,95	13,84
Volume Efluente Faturado	milhões m³	27,340	28,067	26,926

Os rendimentos referentes à atividade de recolha, tratamento e rejeição de efluentes totalizaram 15,14 milhões de euros, em resultado dos 27,340 milhões de m³ faturados aos clientes.

Rendimentos de Construção de Ativos Concessionados

A SIMARSUL aplicou o disposto na IFRIC 12 no que concerne ao rédito e gastos da construção, o qual não era reconhecido pelas empresas agregadas. Começou assim a reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a construção e modernização das suas infraestruturas, não havendo contudo qualquer impacto no resultado líquido do exercício.

Para o ano de 2019 o valor apurado foi de 0,50 milhões de euros, correspondente ao aumento do DUI – Direito de Utilização de Infraestruturas.

Desvio de Recuperação de Gastos

Conforme já foi referido, os acionistas da SIMARSUL têm direito a uma remuneração garantida do capital investido.

Em termos de rendimentos do exercício, e a concorrer para o volume de negócios, foi reconhecido um desvio de recuperação de gastos de 1,52 milhões de euros em termos brutos.

Gastos Totais

		2019	2018	2017
CMVMC	milhões EUR	0,24	0,19	0,20
Gastos Construção Ativos Concessionados	milhões EUR	0,50	1,28	0,59
Fornecimentos e Serviços Externos ⁽¹⁾	milhões EUR	5,12	5,37	5,66
Gastos com Pessoal	milhões EUR	3,26	3,10	3,00
Depreciações	milhões EUR	5,39	5,42	5,23
Perdas por Imparidade	milhões EUR	0,002	0,109	0,002
Provisões	milhões EUR	-0,03	0,03	-
Outros Gastos Operacionais	milhões EUR	0,18	0,15	0,17
Juros e Gastos Similares	milhões EUR	3,26	3,36	3,96
Gastos Totais	milhões EUR	17,93	19,01	18,82
Imparidades	milhões EUR	0,002	0,109	0,002
Gastos Construção Ativos Concessionados	milhões EUR	0,50	1,28	0,59
Gastos Totais Ajustados	milhões EUR	17,43	17,62	18,22

(1) O valor dos FSE em 2019 reflete a aplicação da IFRS 16.

Os gastos totais ascenderam a 17,93 milhões de euros, os quais incluem 0,50 milhões de euros relativos a gastos de Construção de Ativos Concessionados.

Expurgando o efeito dos gastos de construção dos ativos concessionados e das perdas por imparidade, o total de gastos do exercício reduz cerca de 0,50 milhões de euros, ascendendo os gastos totais ajustados a cerca de 17,43 milhões de euros.

Nos quadros seguintes apresenta-se o detalhe de cada uma das rubricas que integram os gastos totais, para as quais será efetuada uma análise individual mais detalhada:

CMVMC

		2019	2018	2017
Reagentes	milhões EUR	0,24	0,19	0,20
CMVMC	milhões EUR	0,24	0,19	0,20

Gastos Construção dos Ativos Concessionados

Nos termos da IFRIC 12, os aumentos do DUI correspondentes às aquisições de bens e serviços, ascenderam em 2019 a 0,50 milhões de euros

Fornecimentos e Serviços Externos

		2019	2018	2017
Energia	milhões EUR	2,18	2,22	2,04
Manutenção	milhões EUR	0,71	0,52	0,87
Trabalhos Especializados	milhões EUR	1,53	1,76	1,79
Outros FSE	milhões EUR	0,70	0,87	0,97
Fornecimentos e Serviços Externos ⁽¹⁾	milhões EUR	5,12	5,37	5,66

(1) O valor dos FSE em 2019 reflete a aplicação da IFRS 16.

Os Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) ascenderam a 5,12 milhões de euros, representando os gastos com energia, no valor de 2,18 milhões de euros, a rubrica com maior peso em termos de FSE, sendo que as rubricas de manutenção e trabalhos especializados, com 0,71 milhões de euros e 1,53 milhões de euros, respetivamente, concorrem para que estas três contas representem cerca de 86% do total dos fornecimentos e serviços externos.

Verifica-se igualmente uma redução dos gastos com Outros FSE, fundamentalmente em resultado da aplicação às contas de 2019 da IFRS 16.

Gastos Com Órgãos Sociais e Pessoal Afeto à Concessão

		2019	2018	2017
Gastos com os Órgãos Sociais	milhões EUR	0,37	0,38	0,25
Gastos com o Pessoal afeto à Concessão	milhões EUR	2,89	2,71	2,76
Gastos com o Pessoal	milhões EUR	3,26	3,10	3,00

Os Gastos com Órgãos Sociais e o Pessoal afeto à Concessão ascendem a 3,26 milhões de euros.

Depreciações

A empresa adota o método da depleção (caudais) para o cálculo das amortizações do exercício, ou seja, reconhece as amortizações do investimento realizado e a quota-parte anual do investimento a realizar ao abrigo do contrato de concessão e das regras regulatórias, de acordo com o volume de caudais previsto para o prazo da concessão e os caudais reais do exercício.

Perdas por Imparidade

As perdas por imparidade foram revertidas em 0,002 milhões de euros em 2019, decorrente da falência de devedores diversos.

Margem Operacional

		2019	2018	2017
Volume de Negócios	milhões EUR	15,14	14,95	13,84
Outros Rendimentos Operacionais	milhões EUR	2,02	4,19	5,13
Rendimentos Operacionais	milhões EUR	17,16	19,14	18,97
Custo da Vendas	milhões EUR	0,24	0,19	0,20
Gastos Construção Ativos Concessionados	milhões EUR	0,50	1,28	0,59
Fornecimentos e Serviços Externos	milhões EUR	5,12	5,37	5,66
Gastos com o Pessoal	milhões EUR	3,26	3,10	3,00
Perdas de Imparidade	milhões EUR	-0,002	-0,109	-0,002
Provisões	milhões EUR	-0,03	0,03	-
Outros Gastos Operacionais	milhões EUR	0,18	0,15	0,17
Gastos Operacionais	milhões EUR	9,28	10,01	9,63
Depreciações e Imparidades de Ativos	milhões EUR	5,39	5,42	5,23
Cash Flow Operacional	milhões EUR	13,27	14,56	14,56
Desvio de Recuperação de Gastos	milhões EUR	1,52	2,92	4,54
Imparidades	milhões EUR	0,002	0,109	0,002
CF Operacional Ajustado	milhões EUR	11,75	11,53	10,02

O EBITDA totalizou 9,58 milhões de euros. Contudo, e atendendo a que os efeitos dos desvios de recuperação de gastos, crédito e gastos de construção de ativos concessionados e subsídios ao investimento concorrem para o apuramento desse indicador, não estando diretamente relacionados com a atividade operacional da Empresa, procedeu-se aos necessários ajustamentos, verificando-se assim um EBITDA de 6,48 milhões de euros.

		2019	2018	2017
Resultado Operacional	milhões EUR	4,22	5,61	5,68
Depreciações	milhões EUR	5,39	5,42	5,23
Perdas por Imparidade	milhões EUR	-0,002	-0,109	0,002
Provisões	milhões EUR	-0,03	-	-
EBITDA	milhões EUR	9,58	10,92	10,91
Desvio de Recuperação de Gastos	milhões EUR	1,52	2,92	4,54
IFRIC 12 (Rédito de Construção)	milhões EUR	0,50	1,28	0,59
IFRIC 12 (Gasto de Construção)	milhões EUR	-0,50	-1,28	-0,59
Subsídios ao Investimento	milhões EUR	1,58	1,61	1,55
EBITDA Ajustado	milhões EUR	6,48	6,39	4,82

A margem do EBITDA ajustado é de 42,80%.

		2019	2018	2017
EBITDA Ajustado	milhões EUR	6,48	6,39	4,82
Volume de Negócios Ajustado	milhões EUR	15,14	14,95	13,84
Margem EBITDA Ajustada	%	42,80%	42,75%	34,85%

Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios

Volume de negócios ajustado – exclui efeito DRG e Rédito da construção

Resultados Financeiros

		2019	2018	2017
Rendimentos Financeiros	milhões EUR	0,65	0,15	0,06
Gastos Financeiros	milhões EUR	3,26	3,36	3,96
Resultado Financeiro	milhões EUR	-2,60	-3,21	-3,90

Com um endividamento líquido da empresa em cerca de 68,08 milhões de euros, regista-se um indicador Net Debt to EBITDA de 10,51. Este indicador apresenta valores elevados, reflectindo a especificidade da SIMARSUL, que tem financiamentos significativos em virtude do forte período de investimentos a que teve de fazer face a antiga concessionária extinta.

		2019	2018	2017
Net Debt - Endividamento Líquido	milhões EUR	68,08	70,72	76,11
Net Debt to EBITDA (<i>ajustado</i>)	n.º	10,51	11,06	15,78

Posição Financeira

		2019	2018	2017
Ativo Não Corrente	milhões EUR	223,50	225,19	224,95
Ativo Corrente	milhões EUR	16,59	17,09	21,91
Total do Ativo	milhões EUR	240,09	242,28	246,85
Capital Próprio	milhões EUR	65,87	64,62	62,72
Passivo Não Corrente	milhões EUR	167,30	171,17	174,38
Passivo Corrente	milhões EUR	6,92	6,49	9,76
Total do Passivo	milhões EUR	174,22	177,65	184,14
Total do Capital Próprio e Passivo	milhões EUR	240,09	242,28	246,85

O total do ativo era, no final de 2019, de 240,09 milhões de euros.

O passivo não corrente apresenta um valor de 167,30 milhões de euros.

Endividamento

O endividamento em 2019, foi de 79,63 milhões de euros, resultante dos empréstimos que transitaram da cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, sendo composto na sua totalidade por empréstimos BEI contraídos pela extinta concessionária.

		2019	2018	2017
BEI ⁽¹⁾	milhões EUR	79,63	82,96	86,08
Endividamento Bruto	milhões EUR	79,63	82,96	86,08

(1) Inclui gastos com comissões a reconhecer

Verifica-se ainda que o valor líquido da exposição financeira reflete a recuperação de dívida ocorrida no ano de 2019

		2019	2018	2017
Endividamento	milhões EUR	79,63	82,96	86,08
Disponibilidades	milhões EUR	2,21	9,90	4,70
Fundo Reconstituição Capital Social e Outros	milhões EUR	2,34	2,34	2,28
Suprimento AdP	milhões EUR	7,00	-	3,00
Endividamento Líquido	milhões EUR	68,08	70,72	76,11

Dívidas de Clientes

Durante o ano de 2019 registou-se uma redução no saldo da dívida de clientes. A dívida vencida é de cerca de 3,27 milhões de euros. No que respeita à dívida total, a mesma ascende a 5,54 milhões de euros

		2019	2018	2017
Dívida Vencida	milhões EUR	3,27	4,82	5,68
Dívida Não Vencida	milhões EUR	2,27	1,42	3,66
	milhões EUR	5,54	6,24	9,34

Os valores não incluem imparidades nem valores de cobrança duvidosa.

Prazo Médio de Recebimentos

O prazo médio de recebimentos passou de 87 dias, em 2018 para 81 dias em 2019.

Investigação e Desenvolvimento / Inovação

A promoção da Inovação na empresa está sustentada na visão estratégica da SIMARSUL, promovendo a valorização dos trabalhadores e dos seus clientes e acionistas, sendo objetivo inovar nas várias vertentes, ou seja, nos seus serviços e nos seus processos de gestão interna.

A atividade da SIMARSUL assenta na conceção, construção, operação e manutenção de infraestruturas de cariz tecnológico, pelo que se torna importante, não só o acompanhamento dos desenvolvimentos tecnológicos associados ao tratamento de águas residuais, mas também a procura contínua de otimização da gestão operacional, a integração de novos sistemas de informação e a gestão de energia.

Existe assim uma aposta clara no envolvimento de todos os trabalhadores como potencial génese de criação de inovação, através da geração de ideias que posteriormente são analisadas e capitalizadas em benefício da eficácia e da eficiência da SIMARSUL.

A SIMARSUL manteve uma cooperação contínua com a comunidade científica, ao nível da promoção e acompanhamento de estágios e na divulgação dos respetivos trabalhos, bem como no estabelecimento de parcerias com centros de conhecimento, desde os níveis académicos base, representados por estabelecimentos de ensino técnico e profissional, até aos de excelência, representados pelas Universidades e Centros de Investigação.

Neste âmbito, foram acompanhadas e concluídas duas teses de mestrado integrado em Engenharia do Ambiente, da FCT-UNL, com a temática “Controlo da Formação de Sulfuretos no Subsistema Lagoa/Meco” e “Análise da capacidade de remoção de azoto amoniacal numa vala de oxidação – caso de Estudo da ETAR da Quinta do Conde”, tendo-se ainda dado continuidade ao acompanhamento da tese de doutoramento em Engenharia do Ambiente, no IST-UL, em que o objetivo principal do trabalho se traduz na compreensão dos mecanismos conducentes à libertação de gás em sistemas de drenagem de águas residuais, bem como na monitorização e compreensão dos processos de ventilação em redes de drenagem de águas residuais, com vista a controlar e reduzir os seus efeitos, em termos de odores e corrosão, e avaliar a produção de sulfuretos e gás sulfídrico no sistema de drenagem Lagoa/Meco.

Foi também acompanhada uma dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia de Energias Renováveis, da FCT-UNL, com o tema “Otimização do Mix de Produção Renovável em ETAR: Análise de Cenários na ETAR Barreiro/Moita e uma tese do ISEL, com o tema “Efeito da Utilização de Águas Residuais Tratadas com Condutividade Elevada na Rega de Plantas Aromáticas, Relva e Hortenses”.

Foram recebidos e acompanhados pelo Laboratório Interno da SIMARSUL três estágios curriculares, com duração de 700h cada um. Ainda no âmbito da atividade científica, a SIMARSUL esteve presente nas X Jornadas de Engenharia, promovidas pelo Grupo AdP em outubro, que foram dedicadas a uma década a perspetivar o futuro, com a apresentação de uma ideia inovadora ao “Prémio AdP 100% Inovação”, com a temática “SIMbiose Industrial – de resíduo a mais valia”, a qual saiu premiada na categoria Ideias.

O “Prémio 100% Inovação” é um concurso promovido pela Direção de Engenharia da AdP Serviços que tem por objetivo valorizar as iniciativas inovadoras no Grupo AdP, numa perspetiva de sustentabilidade, eficiência e melhoria contínua.

A ideia apresentada pela SIMARSUL assentou numa abordagem inovadora na resolução do problema do tratamento e gestão das lamas desidratadas produzidas em ETAR, consistindo na implementação de um sistema de afinação de lamas desidratadas que combina um sistema tradicional de tratamento por secagem solar com o aproveitamento do calor proveniente do efluente industrial que é recebido atualmente na ETAR para tratamento.

O fator diferenciador da ideia passa pelo conceito de simbiose industrial, uma vez que se consegue implementar uma troca de fluxos que permite, por um lado, ajudar a instalação industrial a reduzir a temperatura do seu efluente, deixando de causar impacto na instalação de tratamento e, por outro lado, é disponibilizada uma fonte de calor externa que permite otimizar o processo de desidratação de lamas conseguindo-se, assim, uma mais-valia operacional que se enquadra no conceito vigente de economia circular. Consegue-se, desta forma, uma colaboração entre empresas de diferentes setores, onde a troca de materiais e a partilha de energia residual, permite gerar vantagens competitivas para ambos os intervenientes.

A SIMARSUL participou também numa sessão de trabalho promovida pela AdP em junho, referente à Inovação no grupo, onde partilhou com as várias empresas do grupo, os principais projetos desenvolvidos nesta área, tendo sido analisadas as perspetivas futuras e hipóteses de sinergias nesta temática.

Em 2019, a SIMARSUL continuou a colaboração com os Projetos de Investigação e Desenvolvimento, nomeadamente o programa 4KET4Reuse-Interreg SUDOE e o Projeto CEMOWAS2.

Foi também neste âmbito, que a SIMARSUL se fez representar na Conferência Final do Projeto 4KET4Reuse, “REUTILIZACIÓN Y ECONOMÍA CIRCULAR: HACIA LA EFICIENCIA EN LA GESTIÓN INTEGRADA DE LOS RECURSOS HÍDRICOS EN EL SUR DE EUROPA”, que decorreu em Sevilha, no dia 30 de julho de 2019. A responsável do Laboratório da SIMARSUL integrou a mesa de debate sobre “Reutilización y Gestión Integrada de Recursos Hídricos en el Sur de Europa”.

O Projeto 4KET4Reuse, financiado pelo Programa de Cooperação Interreg SUDOE, aprovado pela Comissão Europeia, envolveu parceiros portugueses (FCT NOVA e Madan Parque), espanhóis (CENTA, CSIC, Nanoeletra), franceses (IRD) e contou com a SIMARSUL como parceiro associado em Portugal, tendo terminado em 2019. Este projeto teve como missão aportar novas tecnologias para eliminar contaminantes emergentes de efluentes de ETAR no espaço do Sudoeste da Europa e a sua promoção neste mercado, rompendo as barreiras entre a investigação académica e o setor da água. A participação da SIMARSUL neste projeto de cooperação transnacional contribui para o desenvolvimento tecnológico de um sistema baseado no processo eletrocinético. A investigação incidiu no desenvolvimento de tecnologias inovadoras para eliminação de contaminantes emergentes em efluente de ETAR, incluindo o processo eletrocinético, tendo em vista a reutilização de água para combate à problemática de escassez de água na zona SUD que, neste caso, engloba os 3 países do consórcio.

O Projeto CEMOWAS2: Gestão circular ecossistémica dos serviços de resíduos orgânicos e águas residuais (SOE2/P5/F0505) - Programa Interreg VB Sudoeste, é um novo desafio dentro do conceito de economia circular aplicado às competências das autoridades locais no que se refere aos serviços de gestão de resíduos orgânicos e dos produtos resultantes dos processos de tratamento de águas residuais: lamas e efluentes. Este novo modelo de gestão visa uma mudança de paradigma em que “o desperdício se converte num recurso”, o que permitirá reduzir o impacto no meio ambiente e favorecer o desenvolvimento de novos modelos económicos. O trabalho a desenvolver no CEMOWAS2 baseia-se na capitalização dos resultados obtidos no âmbito do 4KET4Reuse e pretende inovar através da junção de duas técnicas: processo eletrocinético acoplado a fitorremediação em ETAR.

Pretende-se assim validar tecnologias que permitam a eliminação de contaminantes emergentes em efluentes de ETAR, mantendo como principal enfoque as classes de contaminantes já em estudo no 4KETeReuse, tais como, algumas tipologias de fármacos.

No decurso de 2019, a SIMARSUL participou como Business Case num projeto de Investigação e Desenvolvimento a nível europeu, integrado no programa Horizonte 2020, dedicado à temática de Informação e Tecnologias de Comunicação (ICT – Information and Communication Technologies no original), como parte da iniciativa da Digitalização da Indústria Europeia, tendo entregue proposta à Call ICT-01-2019, relativa a Tecnologias de Computação e Métodos de Engenharia para Sistemas de Sistemas Ciberfísicos (*Cyber-physical Systems of Systems ou CPSoS, no original*), que tinha por objetivo estudar e desenvolver uma Abordagem de Engenharia Integrada para o Contínuo Conceção-Operação Minimizando Vulnerabilidades Holísticas dos Sistemas de Sistemas Ciber-físicos (*Integrated Engineering Approach for Design-Operation Continuum Minimizing Holistic Vulnerability of Cyber-physical Systems of Systems no original*), a qual não viria, no entanto, a ser admitida a financiamento.

A SIMARSUL participou também como empresa associada num projeto de Investigação e Desenvolvimento a nível europeu, integrado no programa INTERREG SUDOE 2019, com a Faculdade de Ciências e Tecnologia, dedicado à temática dos microplásticos, cuja proposta foi apresentada em outubro de 2019, denominado “*Proteção ambiental dos recursos hídricos da zona SUDOE: Aplicação da inovação para eliminar microplásticos - μ PlastFree*”, estando ainda a aguardar o resultado da candidatura.

A SIMARSUL, juntamente com outras empresas do Grupo AdP, integra o projeto internacional **Global Database of Microbes in Anaerobic Digesters**, com o objetivo de construção de uma base de dados global de microrganismos com recurso a técnicas de genotipagem baseadas em **PCR (Polymerase Chain Reaction)** das regiões altamente conservadas do **RNA** ribossomal 16S. Este estudo permitirá classificar e comparar a proximidade genética e consequentemente metabólica dos microrganismos presentes nos Digestores Anaeróbios de ETAR de diferentes pontos do mundo, com o objetivo de potenciar o desempenho desta etapa crítica para a eficiência energética das instalações.

Este projeto, liderado pela Universidade de Aalborg, da Dinamarca, conta com o parceiro nacional, Universidade do Minho, através do Centro de Engenharia Biológica, com o qual está a ser assegurada a articulação do Grupo AdP, sendo expectável que os resultados sejam divulgados no decurso de 2020.

A SIMARSUL encontra-se ainda a colaborar com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto no Projeto de Investigação AGRONAUT – Estudo do Impacte Agronómico da utilização de lamas de depuração através de uma perspetiva de exposição, programa FEDER, fornecendo amostras de lamas final de algumas ETAR selecionadas. O projeto AGRONAUT pretende contribuir para um melhor entendimento do potencial fertilizante da lama de depuração, bem como dos possíveis riscos associados à sua aplicação em campos agrícolas.

A SIMARSUL concluiu no final do ano, o Projeto de Telegestão, no âmbito do processo de reconfiguração e uniformização das suas plataformas tecnológicas, abrangendo a reformulação do seu atual Sistema de Telegestão com a integração das instalações ainda não monitorizadas/integradas, bem como a requalificação dos sistemas de supervisão e automação locais, por forma a responder às necessidades da atividade de exploração, de gestão de ativos e gestão da energia de todo o sistema de recolha, transporte, tratamento e rejeição final de águas residuais sob a sua concessão. Com a finalização do projeto irá agora ser dado seguimento à abertura do respetivo concurso para a implementação da telegestão.

Por forma a permitir a manutenção do Projeto ENVITEJO, desenvolvido em parceria com a APA/ARH Tejo, nomeadamente ao nível da monitorização da qualidade da água do estuário do Tejo, a SIMARSUL assegurou a monitorização ambiental da qualidade da água dos meios recetores, em parceria com a Águas do Tejo Atlântico.

No que respeita a patentes, e após ter sido concretizado em 2018 o pedido de averbamento do processo de patente e modelo de utilidade do SILICA - Sistema de limpeza automática de caleiras de decantadores circulares para a nova SIMARSUL, o qual foi publicado no Boletim da Propriedade Industrial, de 05/03/2018, aguarda-se o resultado do pedido de patente que se encontra ainda em exame no Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Pretende-se, em 2020, analisar novas ideias e/ou produtos que poderão reunir os requisitos necessários para serem devidamente desenvolvidas e patenteadas.

Eventos Posteriores ao Fecho

A Administração da SIMARSUL não tem conhecimento, em 5 de março de 2020, data da aprovação destas contas, de qualquer evento subsequente com impacto significativo nas contas apresentadas.

Cumprimento das Orientações Legais

Orientações Legais - 2019	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório	
	S	N	NA			
Objetivos de Gestão						#1
Eficiência de Gestão - Promover a eficiência da gestão na empresa, tendo em atenção o PRC, comparativamente ao ano de referência de 2017 em EVEF	X			13,3%	O indicador foi superado de acordo com as metas definidas	#1
Limite ao endividamento - Redução do stock da dívida	X			79,6	O indicador foi atingido de acordo com as metas definidas	#1
Dívida Comercial de devedores municipais - Não incremento do stock de dívida vencida municipal	X			64,9%	O indicador foi superado de acordo com as metas definidas	#1
Degradação da tesouraria de exploração - Não degradação da tesouraria da empresa atendendo à limitação de evolução do crescimento do endividamento e à degradação do PMR	X			89,7%	O indicador foi atingido de acordo com as metas definidas	#1
Rentabilidade - Promover a rentabilidade e sustentabilidade do investimento da empresa, medida em %, comparativamente ao ano de referência de 2017 em EVEF	X			133,2%	O indicador foi superado de acordo com as metas definidas	#1
Qualidade das Águas Residuais - Não deterioração da qualidade da água residual tratada no sistema multimunicipal, efetuando a avaliação nos termos do indicador da ERSAR, mesmo que esta entidade não tenha procedido à auditoria de qualidade das águas residuais	X			102,1%	O indicador foi superado de acordo com as metas definidas	#1
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia - Reorganização da entidade gestora (EG) de acordo com as medidas definidas na orientação estratégica específica 3.		X		Não Atingido	O indicador não foi atingido de acordo com as metas definidas	#1
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos - Reorganização da entidade gestora (EG) de acordo com as medidas definidas na orientação estratégica específica 5.		X		Não Atingido	O indicador não foi atingido de acordo com as metas definidas	#1
Indicador PEPE - Redução do consumo de energia elétrica	X			115,0%	O indicador foi superado de acordo com as metas definidas	#1
Grau de Cumprimento dos prazos de Reporte - Garantir o cumprimento dos prazos de reporte com atrasos de 0 dias		X		23	O indicador não foi atingido de acordo com as metas definidas	#1
Metas a atingir constantes no PAO 2019						#1
Princípios Financeiros de Referência	X			-	PAO 2019 aprovado em 5 de outubro de 2019	#1

Orientações Legais - 2019	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório	
	S	N	NA			
Investimento		X		502.860 EUR	PAO 2019 aprovado em 25 de outubro de 2019	#1
Endividamento	X			79.631.743 EUR	PAO 2019 aprovado em 25 de outubro de 2019	#1
EBITDA	X			9.580.528 EUR	PAO 2019 aprovado em 25 de outubro de 2019	#1
Plano de Redução de Gastos (PRC)	X			57,00%	PAO 2019 aprovado em 25 de outubro de 2019	#1
Gastos com Frota Automóvel						#1
N.º viaturas	X			42	PAO 2019 aprovado em 25 de outubro de 2019	#1
Gastos com viaturas		X		250.276 EUR	PAO 2019 aprovado em 25 de outubro de 2019	#1
Gastos com Pessoal	X			3.261.146 EUR	PAO 2019 aprovado em 25 de outubro de 2019	#1
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	X			-	Taxa média de financiamento 2019	#1
Gestão do Risco Financeiro	X			4,02%	-	#2
Limites de Crescimento do Endividamento	X			-	-	#3
Evolução do PMP a fornecedores	X			-	-	#4
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos (Arrears)			X	-	-	#4
Recomendações do Acionista na aprovação de contas			X	-		#5
Remunerações:						#6
Não atribuição de prémios de gestão	X			-	-	#6
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2019	X			11.790 EUR	Valor da reduções remuneratórias efetuadas em 2019	#6
Fiscalização - redução e reversões remuneratória vigentes em 2019	X			2.044 EUR	Valor da reduções remuneratórias efetuadas em 2019	#6
Auditor Externo - redução e reversões remuneratória vigentes em 2019			X	-	-	#6
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP						#7
Não utilização de cartões de crédito	X			-	A empresa não dispõe de cartões de crédito	#7
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X			-	A empresa não reembolsou qualquer despesa de representação pessoal	#7
Valor máximo de despesas associadas a comunicações	X			-	-	#7
Valor máximo de combustíveis e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X			-	-	#7

Orientações Legais - 2019	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório		
	S	N	NA				
Despesas não documentadas – n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e art.º 11.º do EGP							#8
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X			-	A empresa não procedeu a qualquer reembolso de despesas de representação pessoal	#8	
Promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres – n.º 2 da RCM n.º 18/2014							#9
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres			X	-	A empresa encontra-se em fase de definição do relatório	#9	
Prevenção da Corrupção – n.º I do artigo 46º do RJSPE							#10
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	X			-	-	#10	
Contratação Pública							#11
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X			-	-	#11	
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X	-	Não foram submetidos contratos a visto prévio do Tribunal de Contas	#11	
Auditorias do Tribunal de Contas							#11
Recomendações			X	-	Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas	#11	
Parque Automóvel							#12
Nº de viaturas	X			42	Valor a 31 de dezembro de 2019	#12	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	X			8.626.422 EUR	-	#13	
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)							#14
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	X			4.512.407 EUR	Saldo a 31 de dezembro de 2019	#14	
Disponibilidades e aplicações centralizadas na Banca Comercial	X			40.485 EUR	Saldo a 31 de dezembro de 2019	#14	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			X	-	-	#14	

#1 Objetivos de gestão (artigo 38. do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

Na Assembleia-Geral de 2 de agosto de 2017, foram fixados pelos acionistas um conjunto de Orientações Gerais e Específicas e Objetivos de Gestão, para o mandato 2017-2019. A determinação do grau de cumprimento dos objetivos e resultados definidos pelos acionistas na Assembleia-Geral da SIMARSUL, de 2 de agosto de 2017, é da responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco (também designada por AICR) da AdP SGPS, que, tendo procedido ao respetivo exercício de avaliação dos referidos indicadores, chegou aos valores que se apresentam no quadro seguinte.

	Modo de Avaliação			Resultado	Avaliação	Ponderação	"Ponderação Ajustada"	Atingimento
	Superado	Atingido	Não Atingido					
I. Indicadores Financeiros								
I.1. Eficiência de gestão	$\Delta \text{ PRC} \geq 3\%$	$0\% \leq \Delta \text{ PRC} < 3\%$	$\Delta \text{ PRC} < 0\%$	13,3%	Superado	12,5%	12,5%	0,4
I.2. Limite ao endividamento	Endividamento 2019 $\leq 72,9 \text{ M€}$	$72,9 \text{ M€} < \text{Endividamento 2019} \leq 80,1 \text{ M€}$	Endividamento 2019 $> 80,1 \text{ M€}$	79,6%	Atingido	12,5%	12,5%	0,3
I.3. Dívida comercial de devedores municipais	$\text{DCDMA} < 95\%$	$95\% \leq \text{DCDMA} \leq 105\%$	$\text{DCDMA} > 105\%$	64,9%	Superado	12,5%	12,5%	0,4
I.4. Degradação da tesouraria de exploração	$\text{DTE} \leq 85\%$	$85\% < \text{DTE} \leq 100\%$	$\text{DTE} > 100\%$	89,7%	Atingido	5,0%	5,0%	0,1
I.5. Rentabilidade	$\text{RCI 2019} > 110\%$ RCI 2017 EVEF	$95\% \text{ RCI 2017 EVEF} \leq \text{RCI 2019} < 110\% \text{ RCI 2017 EVEF}$	$\text{RCI 2019} < 95\% \text{ RCI 2017 EVEF}$	133,2%	Superado	12,5%	12,5%	0,4
2. Indicadores Ambientais								
2.1. Qualidade das águas residuais	$\text{AQAR} = 100\%$	$97,5\% \leq \text{AQAR} < 100\%$	$\text{AQAR} < 97,5\%$	102,1%	Superado	15,0%	15,0%	0,5
3. Indicadores de Eficiência e Sustentabilidade								
3.1. Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia	Certificado até 2018	Certificado em 2019	Não Certificado até 2019	Não Atingido	Não Atingido	5,0%	5,0%	0,1
3.2. Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos	Certificado até 2018	Certificado em 2019	Não Certificado até 2019	Não Atingido	Não Atingido	10,0%	10,0%	0,1
3.3. Indicador PEPE	$\text{RCEE 2019} < 95\%$ RCEE (Meta 2019)	$95\% \text{ RCEE (Meta 2019)} \leq \text{RCEE 2019} \leq 105\% \text{ RCEE (Meta 2019)}$	$\text{RCEE 2019} > 105\% \text{ RCEE (Meta 2019)}$	115,0%	Superado	10,0%	10,0%	0,3
4. Indicadores de Reporte								
4.1. Grau de cumprimento dos prazos de reporte	$\text{GCPR} < -1 \text{ dia}$	$-1 \text{ dia} \leq \text{GCPR} \leq 0 \text{ dias}$	$\text{GCPR} > 0 \text{ dias}$	23	Não Atingido	5,0%	5,0%	0,1
								2,4

Com base no resultado obtido no exercício de avaliação, conclui-se que o desempenho dos gestores da SIMARSUL, no ano de 2019, foi considerado como Adequado.

No que respeita ao cumprimento do PAO para 2019, encontra-se indicada no quadro anterior a respetiva execução.

#2 Gestão do Risco financeiro

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto do BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS iniciou em 2004 um processo de obtenção de financiamentos externos de longo prazo, tendo efetuado uma colocação privada de dívida em 2005 e três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, quer através da contratação de instrumentos financeiros derivados, quer mediante a escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permita fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o “rating” dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

No que se refere à SIMARSUL, esta apresenta uma estabilização da taxa média anual de financiamento ao longo dos seus 3 anos de atividade, conforme é possível ver pelos valores apresentados no quadro seguinte:

Anos	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	3 256 812,42	3 363 447,50	3 750 501,84
Taxa Média de Financiamento (%)	4,02%	4,02%	4,02%

#3 Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n. 1 do artigo 58. da Lei n. 71/2018 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2019), apurado nos termos da fórmula disposta no n. 4 do artigo 159. do Decreto-Lei n. 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019).

Passivo Renumerado	2019	2018	2017	Variação 19/18	
	Valores (€)			Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	79 631 742,54	82 955 622,69	86 081 002,84	3 323 880,15	4,01%
- do qual concedido pela DGTF	-	-	-	-	
Aumentos de Capital por dotação	-	-	-	-	
Aumentos de Capital por conversão créditos	-	-	-	-	
Novos investimentos	-				

A SIMARSUL e o Grupo AdP têm adotando uma posição conservadora, com especial atenção às características de longo prazo dos ativos, tendo vindo a privilegiar a obtenção de financiamentos de longo prazo, em detrimento dos de curto prazo, com particular ênfase no BEI.

A empresa tem vindo a apresentar uma redução do seu endividamento, de acordo com o plano de pagamento que se encontra contratualizado. Em 2019 o Grupo AdP procedeu à renegociação das taxas de juro dos empréstimos BEI, permitindo às empresas do grupo, nomeadamente à SIMARSUL, uma significativa redução dos valores das prestações a suportar nos próximos anos.

#4 Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n 34/2008, de 22 fevereiro; com a alteração introduzida pelo Despacho n. 9870/2009, de 13 abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no Decreto-Lei n. 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

O prazo médio de pagamentos a fornecedores em 2019 foi de 55 dias.

PMP	2019	2018	2017	Variação 19/18	
	Valores (€)			Valor	%
Prazo (dias)	55	58	66	-3	-5%

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição:

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	935 053	-	-	-	-
Aq. de Capital	-	-	-	-	-
Total	935 053	-	-	-	-

#5 Recomendações do acionista

Em 2019 não foram emitidas recomendações do acionista em sede de aprovação de contas.

Foi, no entanto, dado integral cumprimento às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

#6 Determinações sobre remunerações

Foram cumpridas todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado.

As reduções remuneratórias aplicadas foram as indicadas no quadro anteriormente apresentado, relativamente ao cumprimento das orientações legais.

Relativamente à restante informação aplicável, esta encontra-se publicada no Relatório do Governo Societário de 2019, a qual se transcreve:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, conforme previsto no artigo 15.º dos Estatutos da SIMARSUL. Compete ao presidente convocar as Assembleias Gerais, dirigi-las e praticar quaisquer atos previstos na lei, nos Estatutos ou em deliberação dos acionistas. O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo vice-presidente.

Em 13 de abril de 2017, foram eleitos os membros da Mesa da Assembleia Geral da sociedade, abaixo identificados para o mandato 2017-2019:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma ⁽¹⁾	Data
2017-2019	Presidente	Frederico Fernandes Pereira	AG	13/04/2017
2017-2019	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	AG	13/04/2017
2017-2019	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	AG	13/04/2017

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / despacho (D)

De acordo com o definido na Comissão de Vencimentos de 28 de maio de 2018, os membros da Mesa da Assembleia Geral não recebem qualquer retribuição.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º dos Estatutos da Sociedade, compete à Assembleia Geral eleger de entre os membros do Conselho de Administração o respetivo presidente, que dispõe de voto de qualidade, e o presidente do Conselho de Administração pode designar um vice-presidente, o qual o substitui nas suas faltas e impedimentos.

Por deliberação da Assembleia Geral de 13 de abril de 2017, foi eleito o Conselho de Administração para o triénio 2017 - 2019, composto por cinco membros, dois não executivos e três executivos (e de entre os quais se encontra o presidente executivo do Conselho de Administração).

A composição do Conselho de Administração da empresa, à data de 31 de dezembro de 2019 era a seguinte:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação			
			Forma ⁽¹⁾	Data	Entidade pagadora	(O/D) ⁽²⁾
2017-2019	Presidente Executivo	António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	AG	13/04/2017	SIMARSUL	D
2017-2019	Vogal Executivo	Isidro Durão Heitor	AG	13/04/2017	SIMARSUL	D
2017-2019	Vogal Executivo	João Afonso Almeida da Silva Luz	AG	13/04/2017	SIMARSUL	D
2017-2019	Vogal Não Executivo	Arménio de Figueiredo	AG	13/04/2017	EPAL	O
2017-2019	Vogal Não Executivo	Paula Alexandra Ferrão Pereira	AG	13/04/2017	SIMARSUL	D

Número estatutário mínimo e máximo - (número mínimo) / (número máximo)

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / despacho (D)

(2) O/D - Origem / Destino

Um dos membros do Conselho de Administração da SIMARSUL optou pela remuneração do local de origem, não recebendo assim qualquer remuneração por parte da sociedade, sendo o valor estabelecido pela Comissão de Vencimentos faturado pela AdP- Águas de Portugal SGPS S.A. à SIMARSUL, nos termos dos respetivos contratos de gestão.

O Conselho de Administração decidiu, na sua reunião de 17 de abril de 2017, constituir uma Comissão Executiva, composta pelos elementos executivos do Conselho de Administração e presidida pelo Presidente executivo do Conselho de Administração, e delegou nesta comissão a gestão corrente da sociedade, fixando os limites da mesma.

Apresenta-se seguidamente o quadro com os cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração em simultâneo com outras entidades, dentro e fora do grupo:

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime (Público Privado)
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	AdP SGPS, S.A.	Assessor do Conselho de Administração	Público
Isidro Durão Heitor	Assembleia Municipal do Barreiro	Membro	Público
João Afonso Almeida da Silva Luz	Assembleia Municipal de Setúbal	Membro	Público
Arménio de Figueiredo	EPAL, S.A.	Assessor do Conselho de Administração	Público
	Universidade de Aveiro	Membro cooptado do Conselho do Departamento de Ambiente e Ordenamento do Território	Público
	Ordem dos Engenheiros	Vogal do Conselho Diretivo da Região Sul (até 25 de março 2019)	Público
		Membro do Conselho de Admissão e Qualificação (desde 26 de março de 2019)	

Relativamente às remunerações auferidas, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da entidade, proveniente da entidade, incluindo remuneração fixa e variável, temos:

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de representação
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	S	B	4 864,34	1 945,73
Isidro Durão Heitor	S	B	3 891,47	1 556,59
João Afonso Almeida da Silva Luz	S	B	3 891,47	1 556,59
Arménio de Figueiredo	S	B	972,87	-
Paula Alexandra Ferrão Pereira	S	B	972,87	-

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2019 (€)		
	Fixa (*)	Variável	Bruta
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	86 779,94	-	86 779,94
Isidro Durão Heitor	69 423,86	-	69 423,86
João Afonso Almeida da Silva Luz	69 423,86	-	69 423,86
Arménio de Figueiredo	12 851,34	-	12 851,34
Paula Alexandra Ferrão Pereira	12 851,34	-	12 851,34
			251 330,34

Legenda: (*) Vencimento e despesas de representação (com redução remuneratória)

Membro do Órgão de Administração	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social	Benefícios Sociais (€)						
				Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros				
Nome	Diário	Encargo anual da entidade		Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Comunicações	Viaturas	Gastos com Deslocações	Encargo anual da entidade
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	7,14	1 861,65	Seg. Social	21 263,83	1 348,72	786,80	359,23	9 300,83	-	9 660,06
Isidro Durão Heitor	7,14	2 078,85	Seg. Social	17 170,21	1 629,40	1 151,85	416,36	7 991,26	-	8 407,62
João Afonso Almeida da Silva Luz	7,14	2 071,71	CGA/ADSE	17 170,21	2,34	1 840,36	430,69	8 418,51	-	8 849,20
Arménio de Figueiredo	-	-	Seg. Social	3 053,20	-	-	-	-	-	-
Paula Alexandra Ferrão Pereira	-	-	Seg. Social	3 053,20	-	-	-	-	-	-
		6 012,21		61 710,65	2 980,46	3 779,01	1 206,28	25 710,60	-	26 916,88

Durante o ano de 2019 foram pagos a empresas em relação de domínio ou de grupo (nomeadamente à AdP SGPS) os seguintes montantes, relativos a membros do Conselho de Administração da SIMARSUL:

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2019 (€)		
	Fixa (*)	Variável	Bruta
Arménio de Figueiredo	12 851,34	-	12 851,34
			12 851,34

Legenda: (*) Vencimento e despesas de representação (com redução remuneratória)

Membro do Órgão de Administração	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social	Benefícios Sociais (€)						
				Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros				
Nome	Diário	Encargo anual da entidade		Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Comunicações	Viaturas	Gastos com Deslocações	Encargo anual da entidade
Arménio de Figueiredo	-	-	Seg. Social	3 053,20	-	-	-	-	-	-
				3 053,20						

CONSELHO FISCAL

Por necessidade de dar início a um novo mandato do órgão de fiscalização, todos os membros do respetivo Conselho Fiscal renunciaram ao cargo em 1 de abril de 2019, tendo sido nomeados na mesma data, os elementos daquele órgão, para o mandato 2019/2021.

A composição dos Conselhos Fiscais, para os mandatos 2017 -2019 e 2019 - 2021, é a seguinte:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma ⁽¹⁾	Data
2017-2019	Presidente	Maria do Carmo Mendes	AG	13/04/2017 (a)
2017-2019	Vogal	João Carlos Alves Faim	AG	13/04/2017 (a)
2018-2019	Vogal	Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho	AG	10/12/2018 (a)
2017-2019	Vogal suplente	Patrícia Isabel Sousa Caldinha	AG	13/04/2017 (a)
2019-2021	Presidente	Maria do Carmo Mendes	AG	01/04/2019
2019-2021	Vogal	João Carlos Alves Faim	AG	01/04/2019
2019-2021	Vogal	Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho	AG	01/04/2019
2019-2021	Vogal suplente	Patrícia Isabel Sousa Caldinha	AG	01/04/2019

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [3] / [5]

Legenda:

(1): Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

(a): Renunciou ao cargo em 1 de abril de 2019

Relativamente às remunerações auferidas, de forma agregada e individual, pelos membros do Conselho Fiscal da entidade, temos:

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2019 (€)
	Bruta ^(*)
Maria do Carmo Mendes	18 114,74
João Carlos Alves Faim	13 585,74
Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho	14 439,17
Armando José de Sousa Resende ^(**)	-815,12
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	-
	45 324,53

Legenda:

(*) Vencimento e despesas de representação (com redução remuneratória)

(**) Vogal renunciou ao cargo em dezembro de 2018. Valores correspondem a acertos realizados nos primeiros meses de 2019.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas, nos termos da alínea b), do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, foi proposto pelo Conselho Fiscal da Sociedade à Assembleia Geral realizada em 1 de abril de 2019, tendo esta proposta sido aprovada por unanimidade.

Até aquela data, mantiveram-se em funções a SROC e os ROC nomeados em 13 de abril de 2017.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas na entidade	
		Nome	"N.º inscrição na OROC "	"N.º registo na CMVM"	Forma ⁽¹⁾	Data	Contratada	N.º de anos de funções exercidas no grupo	
2017-2019	SROC	Ernest & Young Audit & Associados - SROC, S.A.	71	20161480	AG	13/04/2017	Sim	10	2 (a)
2017-2019	ROC	Rui Manuel Cunha Vieira	1154	20160766	AG	13/04/2017	Sim	9	2 (a)
2017-2019	ROC Suplente	Rui Abel Serra Martins	1119	20160731	AG	13/04/2017	Sim	10	2 (a)
2019-2021	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda.	183	20161485	AG	01/04/2019	Sim	1	1
2019-2021	ROC	João Rui Fernandes Ramos	1333	20160943	AG	01/04/2019	Sim	1	1
2019-2021	ROC	Jorge Manuel Santos Costa	847	20160471	AG	01/04/2019	Sim	1	1
2019-2021	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	01/04/2019	Sim	1	1

Legenda: (1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

(a) Renunciou ao cargo em 1 de abril de 2019

O atual ROC iniciou a sua prestação de serviços à sociedade na data da sua eleição, na reunião de Assembleia Geral do dia 1 de abril de 2019.

Nome	Remuneração Anual 2019 (€)
	Bruta
Ernest & Young Audit & Associados - SROC, S.A.	4 326,00
PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda.	7 203,19
	11 529,19

No decorrer de 2019, a PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda. prestou à SIMARSUL o serviço adicional de análise e emissão de parecer sobre a revisão do Plano Atividades e Orçamento do ano 2019, para efeitos da sua aprovação.

AUDITOR EXTERNO

A Simarsul não dispôs em 2019 de Auditor Externo.

#7 Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro

Foi dado cumprimento integral ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À não utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa;
- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet;

	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal definido	Valor anual	Observações
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	80,00	359,23	
Isidro Durão Heitor	80,00	416,36	
João Afonso Almeida da Silva Luz	80,00	430,69	
Arménio de Figueiredo	-	-	
Paula Alexandra Ferrão Pereira	-	-	
		1 206,28	

- Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

	Gastos com Comunicações (€)			
	Plafond mensal definido	Combustível	Portagens	Total
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	486,43	3 303,14	225,23	3 528,37
Isidro Durão Heitor	389,15	1 602,81	599,29	2 202,10
João Afonso Almeida da Silva Luz	389,15	1 647,75	981,60	2 629,35
Arménio de Figueiredo	-	-	-	-
Paula Alexandra Ferrão Pereira	-	-	-	-
				8 359,82

#8 Aplicação do disposto no n. 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n. 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A SIMARSUL dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não aceitando despesas não documentadas ou confidenciais.

#9 Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n. 2 da Resolução do Conselho de Ministros n. 18/2014, de 7 de março;

De acordo com o referido no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros 18/2014, a empresa deverá promover, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

Sendo esta temática uma questão relevante para todas as empresas do Grupo AdP, a informação relativa à avaliação das diferenças salariais entre homens e mulheres, faz parte integrante do Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP, para o qual contribuem ativamente todas as empresas, assim como a SIMARSUL. Este documento encontra-se disponível para consulta em: <https://www.adp.pt/pt/comunicacao/publicacoes/?id=42>.

#10 Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme o disposto no n. 1 do artigo 46.º do RJSPE

Dando cumprimento ao previsto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a SIMARSUL procede à avaliação anual do PGRIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas, o risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da SIMARSUL e remetido à Unidade Técnica (UTAM).

#11 Contratação Pública

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Logística da AdP Serviços.

A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a “aprendizagem” do Grupo ao longo destes 10 anos em matéria de contratação pública.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de aquisição.

Não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros, pelo que não houve qualquer contrato sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas.

#12 Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP, incluindo a Simarsul, aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

Recorreu-se a este figurino, quando validada a aderência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim à AdP Serviços uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

#13 Medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 158.º do DLEO 2019, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos

A SIMARSUL, no cumprimento do PRC, reduziu o seu nível de EBITDA face ao ano anterior em cerca de 12%, tendo-se verificado a manutenção dos seus gastos operacionais e um aumento de cerca de 1% no seu volume de negócios.

A rubrica de FSE contribuiu favoravelmente para a redução de gastos operacionais, verificando-se uma redução de 5%, quando comparado com o exercício anterior.

Verificou-se uma ligeira diminuição do rácio GO/VN de 57,92% para 57,0%, fundamentalmente em resultado da aplicação do efeito da IFRS 16.

Verifica-se igualmente uma diminuição significativa (menos 38% face ao ano anterior) dos gastos com deslocações e estadas e com encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultorias (menos 63% face ao ano anterior).

Finalmente, verifica-se um aumento de cerca de 12% nos gastos associados à frota automóvel, fundamentalmente devido ao aumento dos gastos com combustíveis, em resultado do aumento destes.

PRC	2019 Exec.	2019 Orç.	2018 Exec.	2019/2018	
				Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	9 580 527,73	10 750 852,47	10 919 961,54	-1 339 433,81	-12%
(1) CMVMC	240 332,09	226 421,82	190 800,73	49 531,36	26%
(2) FSE	5 124 944,26	5 362 013,15	5 371 730,01	-246 785,75	-5%
(3) Gastos com o pessoal	3 261 145,53	3 273 794,93	3 096 952,14	164 193,39	5%
(3a) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	3 230 588,34	3 224 675,92	3 075 019,32	155 569,02	5%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	-	-	-	-	-
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2019	-	-	-	-	-
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro (d)	30 557,19	49 119,01	21 932,83	8 624,37	-
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	8 626 421,88	8 862 229,90	8 659 482,88	-33 061,00	0%
(5) Volume de negócios (VN) ^{b)}	15 135 324,16	15 299 734,21	14 949 712,21	185 611,95	1%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	57,00%	57,92%	57,92%	-0,93%	-2%
(i) Gastos com Deslocações (FSE)	3 543,89	5 195,58	5 724,61	-2 180,72	-38%
(ii) Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	627,61	10,85	475,10	152,51	32%
(iii) Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	250 275,58	222 496,08	222 492,01	27 783,57	12%
Total = (i) + (ii) + (iii)	254 447,08	227 702,51	228 691,72	25 755,36	11%
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	6 700,00	17 969,00	17 969,11	-11 269,11	-63%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	107	107	101	6	6%
N.º Órgãos Sociais (OS)	8	8	8	-	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	3	3	3	-	0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	96	96	90	6	7%
N.º Trabalhadores/N.º CD	32	32	30	2	7%
N.º de viaturas	42	42	42	-	0%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMCMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE 2019.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

d) Valores estimados

#14 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 141.º da LOE 2019 e artigo 115.º do DLEO 2019)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange um conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- Acompanhou as empresas na sua relação com Fundos Comunitários de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários e Fundos Nacionais (ex. Fundo Ambiental);

- Encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- Em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário, tendo sido assinada em 2019 uma nova linha de financiamento com o BEI de 200 milhões de euros a 25 anos destinada à compra de créditos municipais;
- Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS iniciou um processo de acesso aos mercados externos em 2003, concretizando uma colocação privada de dívida a 10 anos no Japão em 2005 e procedendo a três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e das parcerias na componente relativa ao investimento e ao fundo de manuseio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralmente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplicou os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

Banca Comercial *	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
BCP	3 945,70 €	3 773,64 €	3 480,72 €	3 393,48 €
Novo Banco	5 333,95 €	5 242,12 €	5 215,28 €	- €
BPI	8 834,71 €	5 688,48 €	8 056,62 €	11 469,21 €
Montepio Geral	16 469,90 €	16 258,50 €	16 194,53 €	16 183,25 €
CGD	5 172,46 €	5 040,10 €	5 027,62 €	5 030,74 €
Bankinter	4 676,88 €	4 622,76 €	4 541,58 €	4 408,90 €
IGCP	11 998 896,65 €	4 824 719,00 €	7 145 363,39 €	4 512 407,21 €
Total	12 043 330,25 €	4 865 344,60 €	7 187 879,74 €	4 552 892,79 €
Juros auferidos **	- €	- €	- €	- €

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2016) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

A SIMARSUL detém 99% das suas disponibilidades no IGCP e 1% na Banca Comercial.

#15 Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

Através do Relatório de Auditoria n.º 7/2017, de 27 de abril de 2017, tendo por incidência os ajustes diretos realizados pelas empresas do Grupo AdP no período compreendido entre 2012 e o 1.º semestre de 2014, foram realizadas as seguintes recomendações aos Conselhos de Administração:

- No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;
- Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais (incluindo acordos quadro periódicos, se necessários).

Tendo em vista o cumprimento das recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas foram implementadas medidas destinadas a garantir o cumprimento do regime previsto no Código dos Contratos Públicos e a monitorização da execução contratual, com especial relevo para a promoção de ações de formação, para a divulgação de esclarecimentos sobre a interpretação e a aplicação da legislação vigente e para o reforço dos mecanismos de controlo para assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de contratação pública.

Relatório dos Administradores Não Executivos sobre o desempenho dos Administradores Executivos

1. Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2019.

2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Sesimbra, 5 de março de 2020

Os Administradores Não Executivos

Arménio de Figueirero

Paula Alexandra Ferrão Pereira

PERSPECTIVAS FUTURAS

O Conselho de Administração continuará a desenvolver a sua atividade gestonária para o cumprimento do estabelecido no Contrato de Concessão assinado com o Estado Português, prosseguindo as orientações estratégicas e específicas que lhe são transmitidas, nomeadamente as aprovadas e determinadas em Assembleia Geral de Acionistas, bem como outras que lhe são pontualmente transmitidas.

Em particular, ciente das especificidades do Sistema e do contexto regional onde este se insere, também continuará a privilegiar o permanente contacto e o sã o relacionamento com os Municípios, seus acionistas e clientes, de forma próxima com as partes interessadas e em estreita colaboração com as indústrias locais, procurando encontrar sempre as melhores soluções para problemas e desafios comuns.

E, como já referido, continuará a atribuir particular importância à questão da recuperação da dívida total da empresa, por forma a garantir a indispensável liquidez e condições financeiras que permitam que a empresa possa prosseguir a sua missão.

O ano de 2020 ficará marcado pela prossecução de estratégias de gestão de eficiência energética e pelos trabalhos para a futura certificação da empresa na norma de Energia e na norma de Gestão de Ativos. Deverá começar a ser desenvolvido, também, o trabalho para a transição para a nova norma de gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (ISO 45001) a par da manutenção da certificação da SIMARSUL pelas normas de Gestão da Qualidade, Ambiente e da Segurança e Saúde no Trabalho.

Em paralelo, a empresa continuará empenhada em participar nos projetos de investigação e de inovação em que participa, a nível científico e académico, como a nível corporativo, nacional e europeu, destacando-se a análise de novas ideias e/ou produtos que poderão reunir os requisitos necessários para serem devidamente desenvolvidas e patenteados.

A nível global da empresa, será prosseguida a atitude de contínua otimização dos recursos da organização, com vista a melhorar a eficiência do seu desempenho, assim como uma política de sensibilização ambiental que promova a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

A empresa prosseguirá uma política de proximidade com as suas partes interessadas para, de forma articulada, promover a valorização da água residual tratada e a sua crescente reutilização em fins compatíveis.

A curto prazo permanecem, também, como grandes desafios a correção das afluências indevidas, tanto domésticas como industriais, que prejudicam o processo de tratamento e a conservação das infraestruturas, provocando um desgaste adicional e para os quais estão a ser preparadas, em concertação com os municípios, medidas de educação cívica e ambiental para identificação e correção de ocorrências.

Além do continuado contributo da empresa para a conservação e melhoria da condição do estuário do Tejo e das massas de água da região, constitui como outro grande desafio a renovação de um vasto parque de equipamentos capazes de responder às necessidades da reutilização de água residual tratada e da neutralidade carbónica.

Neste âmbito encontram-se previstos no plano de investimentos do primeiro quinquénio investimentos de reabilitação e melhoria em infraestruturas que permitirão melhorar a sua fiabilidade e que no plano da eficiência energética permitirão minimizar consumos de energia.

Por fim, a empresa reafirma que continuará a ser um parceiro empenhado na procura e concretização de soluções que conduzam a uma melhoria e proteção do ambiente na região. Destacam-se alguns objetivos setoriais, como se segue.

A **Direção Administrativa e Financeira** no âmbito das suas funções e responsabilidades, para além do natural envolvimento no suporte à Administração e às diversas áreas da empresa, terá um papel crucial na gestão do processo das compras e contratação pública da empresa, prevendo-se a sua operacionalização total em 2020.

Para a entrada em vigor da faturação eletrónica em abril de 2020 também será crucial o papel da DAF para assegurar o seu sucesso na SIMARSUL, conjuntamente com a entrada em funcionamento do sistema de gestão documental.

A **Direção de Infraestruturas** procurará desenvolver a monitorização e a gestão dos meios humanos internos e externos e dos meios técnicos necessários para dar a adequada resposta às necessidades do Sistema, incluindo a revisão, definição, priorização e execução de investimentos futuros, em articulação com as demais áreas e os acionistas da empresa e com a entidade reguladora do Setor.

Continuar-se-á a prosseguir o envolvimento de todos os colaboradores na estratégia definida e conducente ao cumprimento dos objetivos e metas definidos no âmbito do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, do Ambiente, da Segurança, da Responsabilidade Social, da Energia e dos Ativos da empresa.

A **Direção de Operação** continuará a identificar melhorias operacionais, cujas implementações promovam benefícios funcionais nas diversas etapas de tratamento com consequente redução dos custos.

Prosseguir-se-á, ainda, no desenvolvimento dos processos e das metodologias, com vista à melhoria contínua da qualidade do serviço, em articulação com as demais Direções e áreas da empresa.



A **Área de Sustentabilidade e Responsabilidade Social** irá contribuir para que a SIMARSUL adicione ao sistema de gestão as normas de Energia (NP EN ISO50001) e de Gestão de ativos (NP EN ISO55001) numa lógica de criação de valor económico pela melhoria do desempenho energético e pelo cabal conhecimento dos equipamentos e infraestruturas, assim como pelo valor social e pela consolidação das preocupações com a segurança e saúde dos trabalhadores e com as suas condições de trabalho aos diferentes níveis

No que diz respeito à Segurança e Saúde no Trabalho, irá ser dada uma especial atenção ao reforço da formação dos trabalhadores nos diversos aspetos das suas atividades, como sejam, trabalhos em altura e em espaços confinados, necessidade de recorrer a autorizações de trabalho para atividades de maior grau de risco, necessidade de reporte de incidentes de segurança, utilização de equipamentos de proteção individual e, ainda, a importância dos equipamentos de proteção coletiva.

Ainda no que diz respeito à Segurança e Saúde no trabalho, irá ser feito um levantamento exaustivo das condições de segurança de todas as infraestruturas e da sua conformidade para com os requisitos da legislação.

A **Área de Planeamento e Controlo de Gestão (PCG)** da SIMARSUL, em colaboração com a Administração da empresa, pretende maximizar o processo de reporte interno e externo, tornando-o mais eficiente, permitindo um maior nível de detalhe e precisão da informação prestada, não só às entidades externas, como também ao nível da informação de gestão disponibilizada ao Conselho de Administração, apresentando uma análise crítica sobre a informação produzida. Nesse sentido, pretende-se que venha a ser implementado um procedimento interno de reporte, contemplando os deveres e obrigações de informação de todas as áreas da empresa.

Faz parte dos grandes desafios do PCG para 2020 a revisão do Modelo de Orçamentação da empresa, com vista à maximização da eficiência do exercício orçamental e à correta adequação daquele modelo à realidade atual da empresa. De igual, está previsto o arranque da revisão do Modelo Analítico da SIMARSUL, de modo a permitir uma mais adequada afetação dos gastos e proveitos às diversas áreas da empresa, como também permitir a disponibilização de informação de gestão mais detalhada e mais precisa aos diferentes interlocutores da empresa, quer a nível interno, quer externo.

De igual modo o PCG continuará a desenvolver as suas atividades de reporte periódicas, quer para a AdP, quer para as restantes entidades externas, cumprindo com as orientações e legislação em vigor.

Esta área continuará a ser responsável pela gestão de todo o processo orçamental da empresa, continuando a ter um papel interventivo na elaboração dos PAO e OPT da empresa, bem como do acompanhamento da execução orçamental, em colaboração com a DAF, sendo igualmente responsável pela compilação de informação e elaboração dos Relatórios e Contas e Relatórios de Governo Societário da SIMARSUL..

Fazem também parte das responsabilidades futuras do PCG, a continuação da centralização da informação relativa a indicadores de desempenho da empresa, quer seja na sua vertente financeira, operacional ou de sustentabilidade, acompanhando eventuais desvios dos mesmos, nomeadamente ao nível orçamental, e assegurando o seu reporte atempado, com particular incidência nos Indicadores dos Objetivos de Gestão, nos Indicadores da Qualidade do Serviço da ERSAR e nos Indicadores de Sustentabilidade.

O PCG continuará a acompanhar o trabalho desenvolvido pelo Data Protection Officer, no que diz respeito ao projeto em curso e ao cumprimento das medidas de conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados em vigor.

Cabe também ao PCG continuar a colaboração ativa que tem tido com a DAF, e contribuir para a melhoria do sistema de controlo interno da SIMARSUL, colaborando com as restantes áreas da empresa, na uniformização e otimização de processos.

Sendo o **Apoio Jurídico** uma função de suporte da atividade da empresa, os seus objetivos estão dependentes das solicitações dos outros sectores e da estratégia e objetivos da SIMARSUL. No entanto, dependendo da publicação das respetivas declarações de utilidade públicas, prevê-se que em 2020 sejam disponibilizados todos os terrenos necessários às diversas empreitadas, bem como a promoção dos correspondentes registos prediais.

Será ainda previsível ter intervenções diretas no acompanhamento das ações que decorrem nos Tribunais, na IGAMAOT e na APA.

A atividade da **Comunicação e Educação Ambiental (CEA)** pautar-se-á pela prossecução dos processos de comunicação interna e externa, adequando-os ao desenvolvimento da atividade e objetivos da empresa, à divulgação da sua imagem institucional e das ações desenvolvidas, garantindo o entendimento e a adesão das populações ao projeto e, também, o desenvolvimento de uma política de sensibilização ambiental e de educação cívica para a sustentabilidade, em alinhamento com a estrutura acionista, as orientações estratégicas corporativas, e as estratégias nacionais de sensibilização ambiental e os desafios da empresa

Tendo em conta o contributo da empresa para o desenvolvimento sustentável da região, o CEA prosseguirá com ações de comunicação que integrem a implementação de uma estratégia de sustentabilidade e de responsabilidade social da empresa, de forma articulada com os seus acionistas, os seus trabalhadores e com a comunidade, continuando a privilegiar medidas de inclusão social e um relacionamento de proximidade e de sinergias com as partes interessadas e as empresas do Grupo que atuam na proximidade da área geográfica da SIMARSUL, tendo em vista o objetivo do bem comum das populações envolventes.

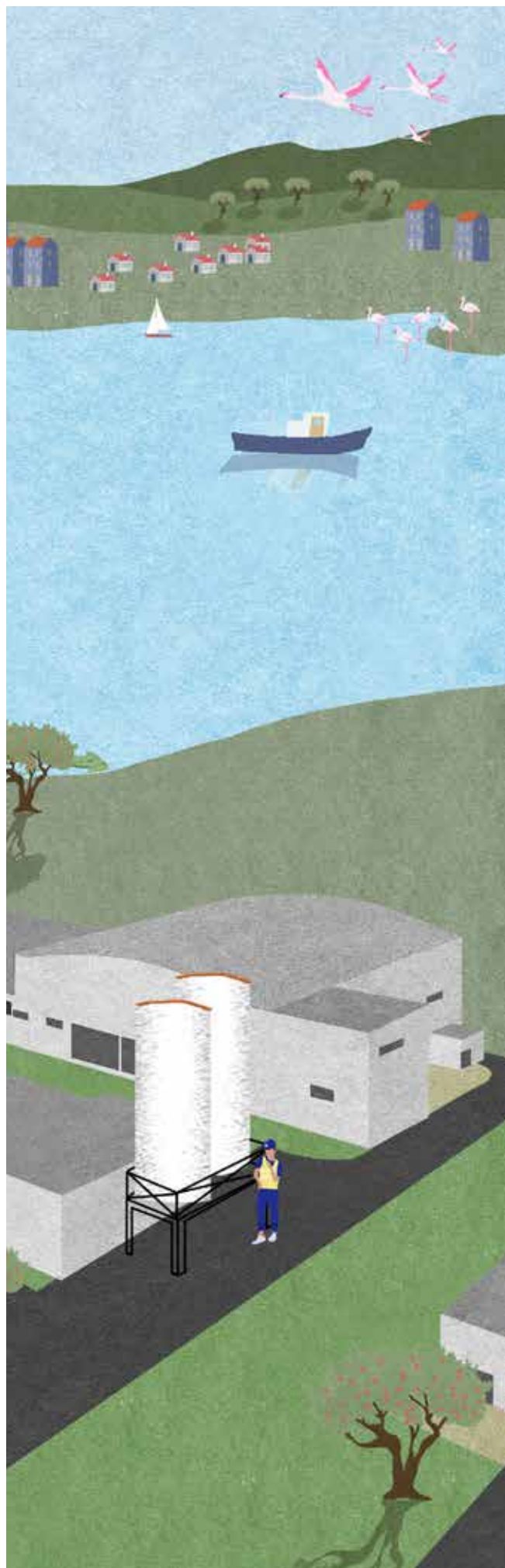
Em 2020 a função dos **Recursos Humanos** continuará a assegurar a manutenção do sistema de controlo da assiduidade na Empresa, bem como todo o processamento salarial dos seus trabalhadores.

Prosseguir-se-á no cumprimento das determinações legais para a medicina do trabalho e para a formação dos trabalhadores.

De igual modo, continuar-se-á a cumprir com as obrigações legais e os deveres de informação da empresa.

A função dos **Sistemas e Tecnologias de Informação (STI)** prosseguirá a sua atividade tendo em vista a melhoria contínua do seu desempenho, nomeadamente no que diz respeito aos tempos de resposta aos problemas informáticos (*Help-Desk*) e à resolução dos mesmos..

Em 2020 prevê-se continuar a renovação do parque Informático e instalar um *software* de backup automático.



Considerações Finais

Decorridos dois anos após o processo de reestruturação empresarial do Grupo Águas de Portugal e da consolidação do reinício da atividade da SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal S.A., o Conselho de Administração apresenta o presente Relatório e Contas da Sociedade relativo ao exercício em análise da atividade da SIMARSUL e entende renovar o seu profundo reconhecimento a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram, de forma empenhada e desinteressada, pese embora os desafios e as dificuldades ocorridas ao longo deste exercício, para o sucesso e desempenho da Empresa e para que pudessem ser alcançados os objetivos definidos e ultrapassados os desafios do exercício em apreço.

Assim, a todos quantos contribuíram para que a SIMARSUL cumpra a sua missão e objetivos de prestação de um serviço público de qualidade e a segurança dos serviços prestados no saneamento da Península de Setúbal é devido um agradecimento.

Aos membros dos restantes Órgãos Sociais, pelo acompanhamento da gestão da empresa e espírito de colaboração evidenciado nas suas atividades próprias.

À Tutela Governamental, pela sua permanente disponibilidade, interesse e empenho no acompanhamento das atividades da empresa e pelo clima de confiança mantido.

Aos Municípios e à AdP, pelo permanente e empenhado acompanhamento das atividades e evolução dos novos projetos do sistema multimunicipal e da SIMARSUL.

À entidade reguladora do setor, a ERSAR, à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, bem como aos diversos organismos e serviços da Administração Pública, que são igualmente merecedores de reconhecimento pela disponibilidade e interesse evidenciados nas relações mantidas.

O nosso agradecimento às seguradoras e instituições bancárias, assim como aos fornecedores e prestadores de serviços, pela eficiência das suas respostas às necessidades da empresa.

Aos utilizadores do sistema, o registo do nosso apreço pela compreensão, pelo diálogo e pela confiança demonstrados, sem esquecer a permanente cooperação que estabelecemos, sem a qual não teríamos alcançado os resultados e objetivos.

Por fim, aos trabalhadores da Empresa, pela dedicação, empenho, perseverança, competência, profissionalismo e sobretudo resiliência sempre evidenciados perante os desafios e dificuldades do ano em análise.

Sesimbra, 5 de março de 2020

O Conselho de Administração

António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura
Presidente Executivo

Isidro Durão Heitor
Vogal Executivo

João Afonso Almeida da Silva Luz
Vogal Executivo

Arménio de Figueiredo
Vogal Não Executivo

Paula Alexandra Ferrão Pereira
Vogal Não Executivo

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no artigo 30.º dos Estatutos da SIMARSUL, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2019, no montante de 1.245.184,40 euros (um milhão, duzentos e quarenta e cinco mil, cento e oitenta e quatro euros e quarenta cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- **2.259,22 euros** (sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta e nove euros e vinte e dois cêntimos) para constituição da **Reserva Legal**;
- **1.182.925,18 euros** (um milhão, cento e oitenta e dois mil, novecentos e vinte cinco euros e dezoito cêntimos) para **Resultados Transitados**.

Sesimbra, 5 de março de 2020

Anexo ao Relatório

Nos termos do n.º4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de acionistas à data de 31 de dezembro de 2019:

Acionistas	Nº de Ações Subscritas da Categoria A	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	12 750 000	12 750 000	51,00%
Alcochete	375 455	375 455	1,50%
Barreiro	2 274 305	2 274 305	9,10%
Moita	893 590	893 590	3,57%
Montijo	1 127 290	1 127 290	4,51%
Palmela	1 156 040	1 156 040	4,62%
Seixal	2 819 950	2 819 950	11,28%
Sesimbra	529 585	529 585	2,12%
Setúbal	3 073 785	3 073 785	12,30%
Total	25 000 000	25 000 000	100,00%

Nos termos do referido artigo do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que nenhum dos acionistas deixou de ser titular das referidas frações do capital, no decorrer de 2019.

Nos termos do n.º 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que nenhum dos membros dos órgãos da administração e fiscalização, são detentores de ações ou obrigações da empresa, diretamente ou por interposta pessoa

CONTAS DO EXERCÍCIO 2019



Contas Individuais

Demonstração da posição financeira (euros)

	Notas	31.12.2019 IFRS	31.12.2018 IFRS
ATIVOS NÃO CORRENTES			
Ativos Intangíveis	6	152 496 425	156 240 186
Ativos Fixos Tangíveis	6	35 334	34 879
Propriedades de Investimento	6		
Ativos sobre direito de uso	6	279 273	
Investimentos Financeiros	7	2 347 337	2 347 255
Impostos Diferidos Ativos	8	4 122 701	3 867 391
Clientes	10	-	-
Desvio Tarifário Ativo	22	64 217 387	62 698 150
Total dos Ativos não Correntes		223 498 456	225 187 862
ATIVOS CORRENTES			
Inventários	9	113 606	80 958
Clientes	10	5 541 995	6 239 690
Estado e Outros Entes Públicos	11	432 670	299 322
Outros Ativos Correntes	12	8 290 382	569 395
Caixa e seus Equivalentes	13	2 210 656	9 898 194
Total dos Ativos Correntes		16 589 309	17 087 559
Total do Ativo		240 087 765	242 275 421
Total do Ativo		240 087 765	242 275 421
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Social	14	25 000 000	25 000 000
Reservas e Outros Ajustamentos	14	491 495	396 225
Resultados Transitados	14	39 130 902	37 320 772
Resultado Líquido do Exercício		1 245 184	1 905 399
Total do Capital Próprio		65 867 581	64 622 397
PASSIVOS NÃO CORRENTES			
Provisões	37		30 053
Empréstimos	15	75 873 638	79 599 298
Passivos da locação	6	162 268	
Fornecedores	16	4 078 367	4 235 227
Impostos Diferidos Passivos	8	15 895 336	15 452 391
Acréscimos de Custos do Investimento Contratual	17	13 316 076	12 301 726
Subsídios ao Investimento	18	57 974 461	59 547 108
Total dos Passivos não Correntes		167 300 145	171 165 801
PASSIVOS CORRENTES			
Empréstimos	15	3 758 105	3 356 325
Passivos da locação	6	121 372	
Fornecedores	19	999 149	1 240 180
Outros Passivos Correntes	20	1 297 732	1 264 220
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	21	175 034	24 503
Estado e Outros Entes Públicos	11	568 646	601 995
Total dos Passivos Correntes		6 920 039	6 487 224
Total do Passivo		174 220 184	177 653 025
Total do Passivo e do Capital Próprio		240 087 765	242 275 421

Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral (euros)

	Notas	31.12.2019 IFRS	31.12.2018 IFRS
Prestações de Serviços	22	15 135 324	14 949 712
Rédito da Construção	22	502 860	1 277 618
Defice/superativo tarifário recup. custo	22	1 519 237	2 916 519
Custo das Vendas/Variação dos Inventários	23	-240 332	-190 801
Gastos da Construção	22	-502 860	-1 277 618
Fornecimentos e Serviços Externos	24	-5 124 944	-5 371 730
Gastos com Pessoal	25 e 26	-3 261 146	-3 096 952
Amortiz., Depreciações e Reversões do Exercício	27	-5 392 451	-5 420 365
Provisões e Reversões do Exercício	37	30 053	-30 053
Perdas por Imparidade e Reversões	10	1 839	108 724
Subsídios ao Investimento	18	1 583 015	1 612 423
Outros Gastos e Perdas Operacionais	28	-182 403	-146 809
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	29	151 776	277 652
Resultados Operacionais		4 219 968	5 608 321
Gastos Financeiros	30	-3 256 812	-3 363 448
Rendimentos Financeiros	31	654 260	150 206
Resultados Financeiros		-2 602 553	-3 213 241
Resultados Antes de Impostos		1 617 415	2 395 080
Imposto do Exercício	21	-184 595	-40 337
Imposto Diferido	8 e 21	-187 636	-449 344
Resultado Líquido do Exercício		1 245 184	1 905 399

	Notas	31.12.2019 IFRS	31.12.2018 IFRS
Resultado Líquido do Exercício	1 245 184	1 905 399	14 949 712
Rendimento Integral	1 245 184	1 905 399	1 905 399

Demonstração das variações do capital próprio (euros)

		Capital Social	Reserva Legal	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	TOTAL
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	IFRS	25 000 000	396 225	37 320 772	1 905 399	64 622 397
Aplicação do Res. Líquido do Exercício 2018		-	95 270	1 810 129	-1 905 399	-
Res. Líquido do Exercício 2019		-	-	-	1 245 184	1 245 184
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	IFRS	25 000 000	491 495	39 130 902	1 245 184	65 867 581

Demonstração dos Fluxos de Caixa (euros)

	31.12.2019	31.12.2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Clientes	16 011 734	19 474 332
Pagamentos a Fornecedores	-6 650 896	-6 963 638
Pagamentos ao Pessoal	-1 991 999	-1 986 945
Pagamentos/Recebimento de IRC	-19 465	-38 974
Outros Pagamentos/Recebimentos relativos à Atividade Operacional	315 643	221 793
Pagamentos Segurança Social	-773 837	-790 537
Pagamentos de Outros Impostos	-459 770	-461 454
	6 431 410	9 454 577
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Recebimentos de Investimentos Financeiros	47 500	47 500
Recebimentos de Ativos Fixos Tangíveis	1 000	138
Recebimentos de Ativos Intangíveis		
Recebimentos de Subsídios de Investimento	101 552	515 056
Pagamentos de Investimentos Financeiros		-67 079,00
Pagamentos de Ativos Fixos Tangíveis		
Pagamentos de Ativos Intangíveis		
Pagamentos de Ativos Fixos Tangíveis e intangíveis em curso	-760 602	-1 299 765
	-610 550	-804 150
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos de Empréstimos Obtidos		
Recebimentos de Realizações de Capital		
Recebimentos de Juros e Gastos Similares	373 445	15 487
Recebimentos de Suprimentos		3 000 000
Pagamentos de Empréstimos Obtidos	-3 356 325	-3 157 825
Pagamentos de Locações Financeiras	-411 142	
Pagamentos de Juros e Gastos Similares	-3 114 376	-3 309 601
Pagamentos de Suprimentos	-7 000 000	
	-13 508 398	-3 451 939
Variação de Caixa e seus Equivalentes	-7 687 538	5 198 488
Caixa e seus Equivalentes no Início do exercício	9 898 194	4 699 706
Caixa e seus Equivalentes no Fim do exercício (Nota 13)	2 210 656	9 898 194

Decomposição de caixa e seus equivalentes (euros)

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa	100	
Depósitos à Ordem (Nota 13)	2 210 556	9 898 194
Depósitos a Prazo (Nota 7)	2 342 337	2 342 255
	4 552 993	12 240 449
Descobertos Bancários		
	4 552 993	12 240 449

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Atividade Económica da Simarsul, S.A.

1.1. Introdução

A SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal S.A. (adiante designada também por SIMARSUL ou Empresa ou Sociedade) com um capital social de 25.000.000 euros, e sede social em Sesimbra, foi criada através do Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março, sendo responsável pela exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em regime de exclusivo e por um período de 30 anos.

Este sistema abrange a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, que cumpram o disposto no regulamento de exploração e serviço relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no sistema, os respetivos tratamento e rejeição, a qual deve ser realizada de forma regular, contínua e eficiente.

1.2. Atividade

A SIMARSUL tem como atividade principal o tratamento e a rejeição de efluentes.

O Sistema integra como utilizadores no saneamento de águas residuais sete municípios, a saber:

- Os municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra;
- O sistema integra como utilizador, no saneamento de efluentes, o município de Setúbal, a partir do dia seguinte à data da extinção do contrato de concessão celebrado pelo município, em 24 de novembro de 1997, para a exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho de Setúbal ou a partir da data em que, por modificação do mesmo contrato, seja possível ao município exercer integralmente os direitos e cumprir as obrigações decorrentes da qualidade de utilizador do sistema.

A atividade da SIMARSUL vigorará por um período de 30 anos, período definido para a concessão que termina no último dia civil do trigésimo ano, i.e., 31 de dezembro de 2046. A atividade é regulada pelo contrato de concessão outorgado entre o Estado Português e a SIMARSUL, à data de 17 de abril de 2017. Este contrato, previsto no decreto-lei da constituição da sociedade, integra um estudo de viabilidade económica e financeira que fixa um conjunto de pressupostos relevantes, entre os quais se destacam as regras e os valores definidos para as tarifas e o cálculo dos desvios de recuperação de gastos

De acordo com o contrato de concessão, o valor do desvio de recuperação de gastos a reconhecer anualmente fica sujeito a aprovação pela entidade reguladora do setor (ERSAR) até ao final de fevereiro do ano seguinte a que respeita.

1.3. Acionistas

A SIMARSUL é uma sociedade anónima de capitais públicos, com um Capital Social de 25.000.000 euros, integralmente realizado.

São acionistas da SIMARSUL:

Acionistas	Nº de Ações Subscritas da Categoria A	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	12 750 000	12 750 000	51,00%
Alcochete	375 455	375 455	1,50%
Barreiro	2 274 305	2 274 305	9,10%
Moita	893 590	893 590	3,57%
Montijo	1 127 290	1 127 290	4,51%
Palmela	1 156 040	1 156 040	4,62%
Seixal	2 819 950	2 819 950	11,28%
Sesimbra	529 585	529 585	2,12%
Setúbal	3 073 785	3 073 785	12,30%
Total	25 000 000	25 000 000	100,00%

1.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 5 de março de 2020. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Políticas Contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2019.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1. Bases de Apresentação

2.1.1. Introdução

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da SIMARSUL foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico, exceto no que respeita aos instrumentos financeiros derivados, os quais se encontram registados ao respetivo justo valor (valor de mercado). A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.2. Novas Normas e Alteração de Políticas

2.1.2.1. ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentada nos comparativos.

2.1.2.2. NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2019

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

IFRS 16 Locações

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e veio substituir a IAS 17 Locações, a IFRIC 4 Determinar se um Acordo contém uma Locação, a SIC 15 Locações Operacionais – Incentivos e a SIC 27 Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação.

A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação das locações e requer que os locatários contabilizem todas as locações nos respetivos balanços de acordo com um modelo único.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para os locatários - contratos de locação em que os ativos tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior).

Na data de início da locação, o locatário irá reconhecer o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

No âmbito da norma, os locatários passam a ter de remensurar o passivo da locação quando ocorrem certos eventos (como por exemplo, uma alteração no período da locação, uma alteração nos pagamentos da locação em consequência de uma alteração num indexante ou numa taxa usados para determinar esses pagamentos). Os locatários irão reconhecer o montante dessa remensuração no passivo da locação como um ajustamento ao ativo sob direito de uso.

A contabilização pelo locador de acordo com a IFRS 16 permanece substancialmente inalterada face à contabilização atualmente prevista na IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando o mesmo princípio de classificação da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locação: locações operacionais e financeiras.

A IFRS 16, que se aplica aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2019 requer dos locadores e dos locatários divulgações mais extensas do que as requeridas pela IAS 17.

Transição para a IFRS 16

A SIMARSUL adotou a IFRS 16 retrospectivamente com o efeito cumulativo na data de aplicação do IFRS 16 (1 de janeiro de 2019), em que o direito de uso do ativo da locação foi contabilizado pelo valor igual ao passivo da locação determinado no dia 1 de janeiro de 2019. Através deste expediente prático do **IFRS 16, os comparativos não foram reexpressos**. O Grupo AdP aplicou a norma a todos os contratos que foram anteriormente identificados como locações ao abrigo da IAS 17 e da IFRIC 4. Consequentemente, a SIMARSUL não aplicou a norma a contratos que não tenham anteriormente sido identificados como contendo uma locação.

A SIMARSUL decidiu aplicar as isenções previstas na norma para contratos de locação cujo período da locação termine nos próximos 12 meses desde a data de aplicação inicial, e para contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha pouco valor. A SIMARSUL tem contratos de locação para certos tipos de equipamentos administrativos (como, por exemplo, computadores pessoais, máquinas impressoras e fotocopiadoras) que a SIMARSUL considera terem pouco valor.

O impacto da adoção da IFRS 16 no dia 1 de janeiro de 2019 foi o seguinte:

IFRS 16 - Impacto na demonstração da Posição Financeira		01.01.2019
Aumento do ativo - Ativos sob direito de uso		399 733€
Aumento do passivo - Passivo da locação		399 733€

Na determinação do impacto com a transição para o IFRS 16 no dia 1 de janeiro de 2019, foram utilizados os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços foi tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 31 de dezembro de 2019, foram excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopadoras, bebedouros, reservatórios) foram excluídos do âmbito do IFRS 16.

Adicionalmente, a taxa de desconto utilizada na quantificação do passivo da locação em 1 de janeiro de 2019, foi determinada da seguinte forma:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, foi utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utilizou-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

O impacto com a transição para o IFRS 16 incide essencialmente sobre os contratos que até 31 de dezembro de 2018 eram contabilizados como locação operacional no âmbito do IAS 17 - contratos de aluguer de viaturas e prestação de serviços com manutenção, seguros e impostos.

PAGAMENTOS ANTECIPADOS COM COMPENSAÇÕES NEGATIVAS – ALTERAÇÕES À IFRS 9

De acordo com a IFRS 9, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral desde que os cash-flows implícitos sejam “apenas pagamento de capital e juro sobre o capital em dívida” (o critério SPPI) e o instrumento seja detido num modelo de negócios que permita essa classificação.

As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro passa o critério SPPI, independentemente do evento ou das circunstâncias que causam o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.

As bases de conclusão, para esta alteração clarificam que o término antecipado pode ser consequência de uma cláusula contratual ou de um evento que esteja fora do controlo das partes envolvidas no contrato, tais como uma alteração de leis ou regulamentos que levem ao término antecipado.

MODIFICAÇÃO OU A SUBSTITUIÇÃO DE UM PASSIVO FINANCEIRO QUE NÃO ORIGINA O DESRECONHECIMENTO DESSE PASSIVO.

Nas bases para a conclusão o IASB também clarifica que os requisitos da IFRS 9 para ajustamento do custo amortizado de um passivo financeiro, quando uma modificação (ou substituição) não resulta no seu desreconhecimento, são consistentes com os requisitos aplicados a uma modificação de um ativo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento.

Isto significa que o ganho ou a perda que resulte da modificação desse passivo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento, calculado descontando a alteração aos cash-flows associados a esse passivo à taxa de juro efetiva original, é imediatamente reconhecido na demonstração dos resultados.

O IASB fez este comentário nas bases para a conclusão relativa a esta alteração pois acredita que os requisitos atuais da IFRS 9 fornecem uma boa base para as entidades contabilizarem as modificações ou substituições de passivos financeiros e que nenhuma alteração formal à IFRS 9 é necessária no que respeita a este assunto.

Da aplicação desta alteração na norma não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da SIMARSUL.

MELHORIAS ANUAIS RELATIVAS AO CICLO 2015-2017 (EFETIVAS EM 1/1/2019)

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

- IFRS 3 Combinações de negócios – Interesse detido previamente numa operação conjunta
 - As alterações clarificam que, quando uma entidade obtém controlo de uma operação conjunta, deve aplicar os requisitos da combinação de negócios por fases, incluindo remensurar o interesse previamente detido nos ativos e passivos da operação conjunta para o seu justo valor.
 - Ao fazê-lo, o adquirente remensura o seu interesse previamente detido nessa operação conjunta.
 - Esta alteração é aplicável a combinações de negócios para as quais a data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.
- IFRS 11 Acordos conjuntos - Interesse detido previamente numa operação conjunta
 - Uma parte que participe, mas que não tenha controlo conjunto, numa operação conjunta pode obter o controlo conjunto de uma operação conjunta cuja atividade constitua um negócio tal como definido na IFRS 3. Esta alteração vem clarificar que o interesse previamente detido não deve ser remensurado.
 - Esta alteração é aplicável a transações nas quais a entidade obtenha o controlo conjunto que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.
- IAS 12 Imposto sobre o rendimento – consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital
 - Estas alterações vêm clarificar que as consequências ao nível de imposto sobre os dividendos estão associadas diretamente à transação ou evento passado que gerou resultados distribuíveis aos acionistas. Consequentemente, a entidade reconhece os impactos ao nível do imposto na demonstração dos resultados, em rendimento integral ou em outro instrumento de capital de acordo com a forma como a entidade reconheceu no passado essas transações ou eventos.
 - Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica pela primeira vez estas alterações, deve aplicar às consequências ao nível de imposto sobre os dividendos reconhecidos em ou após o início do período comparativo mais antigo.
- IAS 23 Custos de empréstimos – custos de empréstimos elegíveis para capitalização
 - A alteração veio clarificar que uma entidade trata como parte dos empréstimos globais qualquer empréstimo originalmente obtido para o desenvolvimento do ativo qualificável, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar esse ativo para o seu uso pretendido ou para venda estejam completas.
 - As alterações são aplicáveis aos custos de empréstimos incorridos em ou após o início do período de reporte em que a entidade adota estas alterações.
 - Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019

Da aplicação destas alterações nas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da SIMARSUL.

IFRIC 23 – INCERTEZA SOBRE DIFERENTES TRATAMENTOS DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em junho de 2017, o IASB emitiu a IFRIC 23 Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento (a Interpretação) que clarifica os requisitos de aplicação e de mensuração da IAS 12 Imposto sobre o rendimento quando existe incerteza quanto aos tratamentos a dar ao imposto sobre o rendimento.

A Interpretação endereça a contabilização do imposto sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais que envolvem incerteza e que afetam a aplicação da IAS 12. A Interpretação não se aplica a taxas ou impostos que não estejam no âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente requisitos referentes a juros ou multas associados com a incerteza de tratamentos de impostos.

A Interpretação endereça especificamente o seguinte:

- Se uma entidade considera as incertezas de tratamentos de impostos separadamente;
- Os pressupostos que uma entidade utiliza sobre o exame de tratamentos fiscais por parte das autoridades fiscais;
- Como uma entidade determina o lucro (prejuízo) fiscal, a base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas fiscais;
- Como uma entidade considera as alterações de factos e de circunstâncias.

Uma entidade tem de determinar se deve considerar a incerteza sobre cada tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos. A abordagem que deverá ser seguida é a que melhor permita prever o desfecho da incerteza. Da aplicação desta nova norma não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da SIMARSUL.

2.1.2.3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início, em ou após, 1 de janeiro de 2020 e que a SIMARSUL não adotou antecipadamente são as seguintes:

- *Já endossadas pela EU*

DEFINIÇÃO DE MATERIALIDADE – ALTERAÇÕES À IAS 1 E À IAS 8

O objetivo desta alteração foi o de tornar consistente a definição de “material” entre todas as normas em vigor e clarificar alguns aspetos relacionados com a sua definição. A nova definição prevê que “uma informação é material se da sua omissão, de um erro ou a da sua ocultação se possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras tomam com base nessas demonstrações financeiras, as quais fornecem informação financeira sobre uma determinada entidade que reporta”.

As alterações clarificam que a materialidade depende da natureza e magnitude da informação, ou de ambas. Uma entidade tem de avaliar se determinada informação, quer individualmente quer em combinações com outra informação, é material no contexto das demonstrações financeiras.

Ocultar informação

As alterações explicam que uma informação está oculta se é comunicada de uma forma que tem os mesmos efeitos que teria se a mesma estivesse omissa ou contivesse erros. Informação material pode estar oculta, por exemplo, se a informação relativa a um item material, a uma transação material ou outro evento material está dispersa ao longo das demonstrações financeiras, ou se está divulgada usando uma linguagem que é vaga e pouco clara. Informação material pode também estar oculta se itens dissimilares, transações dissimilares ou eventos dissimilares são agregados inapropriadamente, ou inversamente, se itens similares estão desagregados.

Novo nível de materialidade (“threshold”)

As alterações substituem a referência ao nível de materialidade “puder influenciar”, o qual sugere que qualquer influência potencial dos utilizadores tem de ser considerada, por “razoavelmente se espera que influencie” contida na definição de materialidade. Na definição alterada, é assim clarificada que a avaliação da materialidade tem de ter em conta apenas a influência razoavelmente esperada nas decisões económicas dos utilizadores primários das demonstrações financeiras.

Utilizadores primários das demonstrações financeiras

A definição atual refere “utilizadores” mas não especifica as suas características, cuja interpretação pode implicar que a entidade tenha de ter em consideração todos os utilizadores possíveis das demonstrações financeiras quando toma a decisão sobre a informação a divulgar. Consequentemente o IASB decidiu referir-se apenas aos utilizadores primários na nova definição para responder às preocupações de que o termo “utilizadores” possa ser interpretado de forma alargada.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020. Esta alteração tem de ser aplicada prospectivamente. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

A ESTRUTURA CONCEPTUAL PARA O REPORTE FINANCEIRO

A estrutura conceptual estabelece um conjunto abrangente de conceitos para:

- O reporte financeiro;
- A definição de normas;
- O desenvolvimento de princípios contabilísticos consistentes; e
- Apoiar no entendimento e interpretação de normas.

A estrutura conceptual revista inclui:

- Alguns conceitos novos;
- Definições e critérios revistos para o reconhecimento de ativos e passivos;
- Clarificações sobre conceitos importantes.

Esta estrutura está organizada como segue:

- Capítulo 1 – O objetivo do reporte financeiro
- Capítulo 2 – Características qualitativas de uma informação financeira útil
- Capítulo 3 – Demonstrações financeiras e a entidade que reporta
- Capítulo 4 – Os elementos das demonstrações financeiras
- Capítulo 5 – Reconhecimento e desreconhecimento
- Capítulo 6 – Mensuração
- Capítulo 7 – Apresentação e divulgação
- Capítulo 8 – Conceitos de capital e de manutenção de capital.

A estrutura conceptual para o reporte financeiro revista não é uma norma e nenhum dos seus conceitos prevalece sobre os conceitos presentes em normas ou outros requisitos de alguma das normas. É aplicável às entidades que desenvolvam os seus princípios contabilísticos com base na estrutura conceptual para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020.

- *Ainda não endossadas pela UE*

REFORMA DAS TAXAS DE JURO DE REFERÊNCIA – ALTERAÇÕES À IFRS 9, IAS 39 E IFRS 7

Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.

IFRS 17 CONTRATOS DE SEGURO

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.

Em novembro de 2018 o IASB decidiu propor a alteração da data de entrada em vigor da norma para exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022. O IASB está igualmente a tentar alterar a norma para considerar as preocupações e os desafios da implementação da norma que têm sido levantados pelas partes interessadas.

DEFINIÇÃO DE ATIVIDADE EMPRESARIAL – ALTERAÇÕES À IFRS 3

Esta alteração veio clarificar os requisitos mínimos para que se considere uma atividade empresarial, remove a avaliação se os participantes de mercado têm capacidade de substituir os elementos em falta, adiciona uma orientação para que se consiga avaliar se um processo adquirido é substantivo, restringe as definições de atividade empresarial e de output e introduz um teste opcional de justo valor da atividade empresarial.

Esta alteração é efetiva para transações que sejam consideradas concentrações de atividades empresariais ou compras de ativos para as quais a data de aquisição ocorreu em ou após o início do primeiro período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2020. Estas alterações aplicam-se prospectivamente. Consequentemente as entidades não têm de avaliar as aquisições que tenham ocorrido antes dessa data. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

Esta alteração terá impacto igualmente em outras normas (por exemplo, quando a empresa-mãe perde o controlo da subsidiária e aplicou antecipadamente a alteração à IFRS 10 e IAS 28 que respeita à venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto).

2.2. Atividade Regulada

2.2.1. Introdução

A SIMARSUL desenvolve a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente.

Ainda assim, o Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março, que criou a SIMARSUL, estabeleceu as tarifas a aplicar aos utilizadores no período tarifário (2017 a 2026).

Por via do contrato de concessão, a entidade reguladora, passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do desvio de recuperação de gastos que a SIMARSUL pode registar nas suas contas anuais. Este facto confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária.

A SIMARSUL está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

2.2.2. Enquadramento – Atividade Concessionada

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a SIMARSUL presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto na IFRIC 15 – Rédito de Contratos com Clientes. Se a SIMARSUL prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IFRS 15.

Adicionalmente, no âmbito do IFRIC 12, a infraestrutura não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou

moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Concessão	Prazo	Período	Remuneração acionista	
			Taxa	Incidência ⁽¹⁾
Concessão	30 anos	2017-2046	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal

(1) A remuneração OT 10 anos + 3% incide sobre o capital social. Adicionalmente sobre os dividendos em dívida incide remuneração equivalente à OT 10 anos.

2.2.3. Classificação da Infraestrutura

Atendendo à tipologia do contrato de concessão da SIMARSUL, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a SIMARSUL como concessionária de saneamento de águas residuais da península de Setúbal classifica as infraestruturas do sistema que explora como Ativos Intangíveis – Direito de Utilização de Infraestruturas (DUI).

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetados ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.2.4. Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira, tendo como base os caudais (água e efluentes) faturados nesse exercício e os caudais a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Contrato de Concessão - Investimento	Prazo do Contrato de Concessão	Caudais (EVEF não submetido)	Taxa média Amortização 2019
268 473 602,44 euros	30 anos	1.091.510.283 m ³	2,64%

2.2.5. Acréscimos de Gastos para Investimentos Contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso da SIMARSUL, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Salienta-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente. Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.2.6. Desvios de Recuperação de Gastos

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: (i) à diferença existente, à data da extinção da sociedade concessionária extinta em 2015, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) à diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da concessão, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão. A SIMARSUL regista nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal, registando, em simultâneo com a celebração do contrato de concessão, os desvios de recuperação de gastos determinados à data da extinção da sociedade concessionária do sistema agregado nos termos do presente Decreto-Lei, incluindo a remuneração acionista em dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de concessão, com base nas respetivas contas individuais da sociedade.

Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção da sociedade concessionária do sistema agregado em 2015 e os gerados na vigência da concessão até ao termo do segundo período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios de recuperação de gastos – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2.2.7. Valor Residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, aprovados ou impostos pelo Concedente, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão dar lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Os investimentos que se encontrem nessas condições são classificados como ativos financeiros não correntes (valor a receber, mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva).

2.2.8. Rédito – Serviços de Construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.3. Ativos Intangíveis e Tangíveis

2.3.1. Direitos de Utilização de Infraestruturas

Ver nota 2.2.3. e 2.2.4

2.3.2. Ativos Tangíveis

Ver nota 2.2.3. e 2.2.4

2.4. Ativos e Passivos Financeiros

As compras e vendas destes investimentos são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação. No momento inicial, os investimentos são registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os gastos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos não são reconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da SIMARSUL quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou (ii) a SIMARSUL tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos.

2.4.1. Classificação de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da SIMARSUL são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do modelo de negócio de gestão do ativo financeiro e das características dos cash-flows contratuais inerentes ao ativo financeiro. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A SIMARSUL classifica os seus ativos financeiros nas categorias definidas no IFRS 9, sendo apenas aplicável à SIMARSUL a categoria “Custo amortizado”.

“CUSTO AMORTIZADO”

Correspondem a ativos financeiros não derivados (empréstimos e contas a receber), com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: (i) ativos originados do decurso normal das atividades operacionais e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e (ii) investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, se qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor recuperável.

São registadas perdas por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a SIMARSUL não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade

são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Na avaliação das perdas por imparidade dos ativos financeiros relacionados com contas a receber de clientes, a Empresa tem em consideração a experiência com perdas de crédito históricas, fatores prospectivos específicos dos devedores e da envolvente económica, assim como a existência de eventuais colaterais que possam ser abatidos à dívida, nomeadamente o Desvio de Recuperação de Gastos.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.4.2. Classificação de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Outros passivos não correntes”, “Fornecedores” e “Outros passivos correntes”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A SIMARSUL apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos (bancários e obrigacionistas) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a SIMARSUL liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a SIMARSUL adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

2.5. Clientes e Outras Contas a Receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pelos serviços prestados pela SIMARSUL, no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

2.6. Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.7. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até seis meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica “Empréstimos”, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.8. Imparidade

2.8.1. Imparidade de Ativos Financeiros

A Empresa analisa a cada data da Demonstração da Posição Financeira se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

CLIENTES, DEVEDORES E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

São registados ajustamentos para perdas por imparidade, quando existem indicadores objetivos que a SIMARSUL não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) incumprimento há mais de 6 meses; (iii) dificuldades financeiras do devedor; (iv) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de Demonstração da Posição Financeira destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas.

As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a SIMARSUL não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

2.8.2. Mparidade de Ativos Não Financeiros

Os ativos da SIMARSUL são analisados à data de cada Demonstração da Posição Financeira por forma a detetar indícios de eventuais perdas por imparidade. Se esses indícios existirem, o valor recuperável do ativos é avaliado.

Para o goodwill e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data da Demonstração da Posição Financeira, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexo ao contrato de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector. Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da SIMARSUL.

Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a SIMARSUL efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

DETERMINAÇÃO DA QUANTIA RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes

de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

REVERSÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. Uma perda por imparidade reconhecida relativa a Goodwill não é revertida. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.9. Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.10. Subsídios para Investimento

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a SIMARSUL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

2.11. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a SIMARSUL divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um efluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de efluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da Demonstração da Posição Financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Ativos contingentes são potenciais ativos da SIMARSUL que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A SIMARSUL procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da SIMARSUL. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A SIMARSUL procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

2.12. Imposto sobre Rendimento

A SIMARSUL como empresa residente em Portugal encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de imposto aplicáveis.

A SIMARSUL é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados consolidados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a SIMARSUL seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.13. Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da SIMARSUL. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a SIMARSUL avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela SIMARSUL, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

2.13.1. Prestação de Serviços

ATIVIDADE REGULADA - SERVIÇOS EM “ALTA” – SANEAMENTO

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

ATIVIDADE NÃO REGULADA

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do aluguer se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

2.13.2. Rédito Regulatório e Relacionado com Atividade Concessionada

Ver notas 2.2.6. desvios de recuperação de gastos e 2.2.8 rédito dos serviços de construção

2.13.3. Contratos de Construção

O rédito dos contratos de construção corresponde ao incremento do exercício do direito de utilização de infraestrutura tal como referido na nota 2.2.8.

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção.

Nesta circunstância são considerados como rédito dos serviços de construção o incremento do exercício do direito de utilização de infraestrutura e, como gasto dos serviços de construção o valor incorporado por terceiros nesta atividade.

2.13.4. Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a SIMARSUL reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os cash-flows futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

2.14. Gastos e Perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

2.15. Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Demonstração da Posição Financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Demonstração da Posição Financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

3.1. Fatores de Risco

As atividades da SIMARSUL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas.

A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2. Riscos de Mercado

3.2.1. Risco de Taxa de Juro

O risco da taxa de juro da SIMARSUL advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem-na ao risco do justo valor associado à taxa de juro.

Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão, e consequentemente o desvio de recuperação de gastos.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade dos encargos financeiros da SIMARSUL.

	31.12.2019	31.12.2018
Juros Suportados Real	3 256 812	3 363 448
Juros Suportados Tx Média + 1%	4 066 886	4 200 045
Juros Suportados Tx Média - 1%	2 446 739	2 526 850

3.2.2. Risco de Taxa de Câmbio

A exposição ao risco de câmbio da SIMARSUL é residual.

3.2.3. Risco do Preço das Matérias-Primas (Energia e Combustíveis)

Os gastos anuais da SIMARSUL em energia e combustíveis, cerca de 2.26 milhões de euros, representam aproximadamente 44% do total de fornecimentos e serviços externos (5.12 milhões de euros). O Grupo através da AdP Serviços negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

3.3. Risco de Liquidez e de Capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da SIMARSUL pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis, geridas centralmente pela AdP SGPS, SA, complementares à linha de apoio de tesouraria de que dispõe junto do acionista maioritário. A Empresa efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais, de elevada notação de crédito, que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da SIMARSUL por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	3 758 105	19 959 836	55 913 802
Fornecedores e Outros Passivos	2 296 881	-	-

A Empresa, não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, e apesar de não estarem a ser atualmente utilizados, a SIMARSUL, entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por isso expectável a sua exigibilidade imediata.

O objetivo da SIMARSUL em relação à gestão de capital, num conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o gasto de capital.

O intuito da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações da Empresa, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da SIMARSUL é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, SA (exceção feita aos empréstimos ao investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do gasto médio de capital.

	31.12.2019	31.12.2018
Empréstimos não Correntes	75 873 638	79 599 298
Empréstimos Correntes	3 758 105	3 356 325
Disponibilidades	-2 210 656	-9 898 194
Dívida	77 421 087	73 057 429
Subsídios ao Investimento	57 974 461	59 547 108
Total do Capital Próprio	65 867 581	64 622 397
Total do Capital (Subsídios + Total Capital Próprio)	123 842 042	124 169 504
Dívida/Total do Capital	0,63	0,59

O modelo de financiamento da Empresa assenta tipicamente em dois tipos: o financiamento bancário remunerado, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

3.4. Risco de Crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A SIMARSUL está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

3.4.1. Contraparte de Exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (saneamento). Este risco é, em teoria, reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - Municípios). No entanto, apesar da situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos diminuiu (ver nota 10 - Clientes) face aos valores provenientes das empresas agregadas. Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O Grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. Os Conselhos de Administração da SIMARSUL e da AdP SGPS encontram-se em permanência a avaliar a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais o acionamento do mecanismo associado ao Privilégio Creditório, o qual incide sobre as dívidas correntes, bem como o estabelecimento de acordos de pagamento.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da SIMARSUL continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade, para além dos que se encontram registados.

3.4.2.. Contraparte de Depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da SIMARSUL ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2019, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Activos Financeiros Bancários	31.12.2019
Depósitos à Ordem	2 210 556
Depósitos Prazo ⁽¹⁾	2 342 337
Caixa	100
	4 552 993

(1) Valor correspondente ao antigo Fundo de Reconstituição do Capital Social aplicado no IGCP

Rating	31.12.2019
BCP	Baa3
Novo Banco	Caa1
BPI	Baa1
Montepio Geral	B3
CGD	Baa3
Bankinter	Baa1
IGCP	Baa3

Fonte - Moody's

Activos Financeiros Bancários	Rating	31.12.2019
BCP	Baa3	3 393
Novo Banco	Caa1	0
BPI	Baa1	11 469
Montepio Geral	B3	16 183
CGD	Baa3	5 031
Bankinter	Baa1	4 409
IGCP	Baa3	2 170 070
Depósitos à Ordem		2 210 556
BCP	Baa3	
Novo Banco	Caa1	
BPI	Baa1	
Montepio Geral	B3	
CGD	Baa3	
Bankinter	Baa1	
IGCP	Baa3	2 342 337
Depósitos a Prazo		2 342 337

Nota: notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2020

Face a 2018, a SIMARSUL considera que não houve qualquer aumento significativo do risco de crédito.

3.5. Risco de Exploração

3.5.1. Risco de Catástrofe

A empresa está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

3.5.2. Risco Regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela Empresa. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

4. Estimativas e Julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da SIMARSUL são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1. Provisões

A SIMARSUL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A SIMARSUL é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de efluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2. Ativos Tangíveis e Intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação/amortização é essencial para determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se maioritariamente de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão). De salientar que as estimativas de caudais a tratar/abastecer está sujeita a revisões periódicas, com base em nova informação disponível, a qual está a ser analisada no âmbito do processo de reestruturação do setor.

Na determinação do investimento contratual a SIMARSUL utiliza para efeitos de base de depreciações o valor dos investimentos contratuais previstos nos contratos de concessão e/ou EVEF's (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos

posteriormente ao regulador, os quais estão sujeito a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras da SIMARSUL.

4.3. Imparidades

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da SIMARSUL, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o gasto de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à SIMARSUL. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da SIMARSUL, os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da empresa, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das demonstrações financeiras da SIMARSUL não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Para além das já refletidas nas demonstrações financeiras, se por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte do Conselho de Administração da SIMARSUL.

4.4. Acréscimos de Gastos para Investimentos Contratuais

O acréscimo de gastos para investimentos contratuais, o qual, conforme divulgado na nota 2.3.5 é calculado com base no método da depleção, depende significativamente de estimativas de investimentos a realizar até ao final da concessão, estando as mesmas suportadas pela melhor estimativa da SIMARSUL, a qual se encontra consubstanciada no EVEF anexo ao contrato de concessão de 17 de abril de 2017.

4.5. Estimativa de Impostos e Impostos Diferidos

A SIMARSUL entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto atual e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta: a data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e as estratégias de planeamento fiscal futuro.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

4.6. Desvio de Recuperação de Gastos

O Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') é calculado nos termos do DL 34/2017 de 24 de março, e do contrato de concessão que estipulam, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração, o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos.

De acordo com o contrato de concessão, o cálculo do DRG não deve incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR') ('Critérios de Eficiência Produtiva').

Nos termos dos respetivos Contratos de Concessão, as concessionárias devem enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro.

A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinado com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

Foi já recebida a decisão final da ERSAR relativa à aprovação do DRG de 2019, a qual aprova integralmente o desvio proposto pela empresa (que corresponde ao desvio reconhecido nas demonstrações financeiras).

5. Instrumentos Financeiros Por Categoria

Os instrumentos financeiros constantes na Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2019 estão classificados pelas seguintes categorias:

	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total da demonstração de posição financeira a 31.12.2019
Ativos intangíveis	-	-	-	152 496 425	152 496 425
Ativos Fixos Tangíveis	-	-	-	35 334	35 334
Ativos sobre direito de uso	279 273	-	279 273	-	279 273
Investimentos financeiros	2 347 337	-	2 347 337	-	2 347 337
Impostos diferidos ativos	-	-	-	4 122 701	4 122 701
Desvio Tarifário Ativo	-	-	-	64 217 387	64 217 387
Inventários	-	-	-	113 606	113 606
Clientes	5 541 995	-	5 541 995	-	5 541 995
Outras contas a receber	-	-	-	432 670	432 670
Outros ativos correntes	8 290 382	-	8 290 382	-	8 290 382
Caixa e seus equivalentes	-	-	-	2 210 656	2 210 656
Total do Ativo	16 458 986	-	16 458 986	223 628 779	240 087 765
Empréstimos não correntes	-	75 873 638	75 873 638	-	75 873 638
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	4 240 635	4 240 635	-	4 240 635
Impostos diferidos passivos	-	-	-	15 895 336	15 895 336
Acréscimos custos inv. contratual	-	-	-	13 316 076	13 316 076
Subsídios ao investimento	-	-	-	57 974 461	57 974 461
Empréstimos correntes	-	3 758 105	3 758 105	-	3 758 105
Fornecedores	-	999 149	999 149	-	999 149
Outros passivos correntes	-	1 419 105	1 419 105	-	1 419 105
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	175 034	175 034
Outras contas a pagar	-	-	-	568 646	568 646
Total do Passivo	-	86 290 631	86 290 631	87 929 553	174 220 184

6. Ativos Intangíveis e Tangíveis

6.1. Ativos Intangíveis

	31.12.2019	31.12.2018
Direitos de Utilização de Infra-Estruturas (DUI)	152 496 425	156 240 186
	152 496 425	156 240 186

No final de 2019 os ativos intangíveis líquidos ascendiam a 152,5 milhões de euros.

6.1.1. DUI – Movimentos do Período

Valor Bruto	31.12.2018	Aumentos	Abates	Alienaç.	Reclass.	Transfer	31.12.2019
DUI	209 270 153	104 585	-1 505	-	-	2 055 831	211 429 063
DUI em Curso	1 947 830	397 799	-	-	-	-2 055 831	289 798
	211 217 982	502 384	-1 505	-	-	-	211 718 861
Amortizações Acumuladas	31.12.2018	Aumentos	Abates	Alienaç.	Reclass.	Transfer	31.12.2019
DUI	-54 977 797	-4 140 096	-	-	-	-104 544	-59 222 437
	-54 977 797	-4 140 096	-	-	-	-104 544	-59 222 437
	156 240 186	-3 637 712	-1 505	-	-	-104 544	152 496 425

O montante de cerca de 0,16 milhões de euros, registado em transferências para amortizações acumuladas de Direitos de Utilização de Infraestruturas, corresponde ao valor das amortizações dos bens passados a firme durante o exercício de 2019, reconhecido anteriormente na rubrica de acréscimos de gastos de investimentos contratual.

Em 2019 passaram de imobilizado em curso para firme cerca de 2 milhões de euros, sendo que no final de 2019 estava em curso um montante de investimento de cerca de 0,3 milhões de euros.

6.2. Ativos Tangíveis

	31.12.2019	31.12.2018
Outros Tangíveis	35 334	34 879
	35 334	34 879

6.2.1. Movimentos do Exercício

Valor Bruto	31.12.2018	Aumentos	Abates	Alienaç.	Reclass.	Transfer	31.12.2019
Ativos Tangíveis - Outros	35 703	4 329	-2 349	-	-	-	37 684
	35 703	4 329	-2 349	-	-	-	37 684
Amortizações Acumuladas	31.12.2018	Aumentos	Abates	Alienaç.	Reclass.	Transfer	31.12.2019
Ativos Tangíveis - Outros	-824	-1 526	-	-	-	-	-2 350
	-824	-1 526	-	-	-	-	-2 350
Valor Líquido	34 879	2 803	-2 349	-	-	-	35 334

6.3. Ativos Sob Direito de Uso e Passivos da Locação

6.3.1. Ativos sob Direito de Uso

Ativos sob direito de uso que em 31.12.2018 estavam classificados como locações operacionais (IAS 17)	01.01.2019		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Edifícios e outras construções			-
Equipamento de transporte	399 733		399 733
Outros equipamentos			-
	399 733	-	399 733
	399 733	-	399 733

Exercícios de 2019			
Aumentos do exercício no valor bruto	Amortizações do exercício	Abates e diminuições do exercício no valor bruto	Abates e diminuições do exercício nas amortizações
11 409	(131 910)		
11 409	(131 910)	-	-
11 409	(131 910)	-	-

31.12.2019			
Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	
-	-	-	
411 142	(131 910)	279 233	
-	-	-	
411 142	(131 910)	279 233	
411 142	(131 910)	279 233	

6.3.2. Passivos da Locação

Capital em dívida do ativo sobre direito de uso	Corrente	Não Corrente	Total
Equipamento de transporte	121 372	162 268	283 641
			283 641

7. Investimentos Financeiros

Capital em dívida do ativo sobre direito de uso	Corrente	Total
Deposito a Prazo	2 342 337	2 42 255
Equipamento de transporte	5 000	5 000
	2 347 337	2 347 255

O valor de depósito a prazo corresponde ao antigo Fundo de Reconstituição de Capital, que de acordo com o Contrato de Concessão da antiga SIMARSUL, a sociedade estava obrigada a entregar em cada ano, a instituição autorizada, o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para criação de um Fundo.

Na salvaguarda dos interesses dos utilizadores, uma vez que era incorporada na tarifa a margem de remuneração do capital social investido, os rendimentos do fundo seriam em cada ano deduzidos aos gastos e encargos, pelo que a empresa poderia, a todo o tempo, utilizá-lo.

Contudo, nos termos do previsto no Decreto-lei n.º 34/2017, de 24 de março, no artigo 28.º, a nova SIMARSUL para além de estar dispensada de manter qualquer fundo de reconstituição do capital social, pode ainda dispor na sua atividade dos valores acumulados no fundo constituído pela anterior sociedade extinta, designadamente para a redução do seu endividamento.

A data de término do depósito a prazo no IGCP é 15.02.2024.

O valor de investimento financeiro corresponde à participação na associação S.Energia.

8. Impostos Diferidos

A SIMARSUL procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos que são maioritariamente resultantes dos acréscimos de gastos para investimentos contratuais, das diferenças das depreciações e subsídios dos investimentos realizados reconhecidos contabilisticamente face aos dedutíveis fiscalmente, dos desvios de recuperação de gastos acumulados reconhecidos pela primeira vez na empresa, e dos desvios de recuperação de gastos do período.

IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS

	01.01.2019	Efeito taxa	Adições	Diminuições	Transfer.	31.12.2019
Efeito IFRC 12 (Transição) - Investimento amortização firme	-	-				-
Efeito IFRC 12 (Transição) - Investimento subsídio firme	555 948	-	-	-	-	555 948
Efeito IFRC 12 (Transição) - Investimento amortização futuro	-821 772	-	-	1 274 064	-	-2 095 837
Efeito IFRC 12 (Transição) - Investimento Subsídio futuro	1 459 141	-	-	52 112	-	1 407 028
Efeito IFRC 12 Exercício - Amort IFRC 12 vs Fiscal	1 092 431	-	-	-	-	1 092 431
Efeito IFRC 12 Exercício - Investimento futuro	13 538 288	-	1 170 494	-	-	14 708 782
Efeito IFRIC Exercício - Subsídio. IFRIC 12 vs Fiscal	1 364 372	-	606 977	-	-	1 971 349
Efeito IFRS 16 - Passivos da Locação	-	-	683 414	-	-	683 414
Base de incidência (imposto diferido ativo)	17 188 407	-	2 460 885	1 326 176	-	18 323 115
Taxa IRC	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%
Derrama municipal	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
Derrama estadual	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%
Imposto diferido ativo	3 867 391	-	553 699	298 390	-	4 122 701

Para mensuração dos impostos diferidos no final de 2019 foi aplicada a taxa de imposto efetiva que corresponde a uma taxa de IRC de 21%, acrescida da derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável. Não foi aplicada a taxa de Derrama Estadual de 3% ou 5% uma vez que a sociedade não apurou lucro tributável superior a 1,5M de euros.

IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	01.01.2019	Efeito taxa	Adições	Diminuições	Transfer.	31.12.2019
Efeito IFRC 12 (Transição) - Investimento amortização futuro	6 429 819	-	-	229 636	-	6 200 182
Efeito IFRC 12 (Transição) - Investimento Subsídio futuro	-442 522	-	-	-	-	-442 522
Efeito IFRC 12 Exercício - Subsídio futuro	2 261	-	-	-	-	2 261
Desvio de recuperação de gastos	62 698 150	-	1 519 237	-	-	64 217 387
Efeito IFRS 16 - Ativos sob Direito de Uso	-	-	679 045	-	-	679 045
Base de incidência (imposto diferido passivo)	68 687 708	-	2 198 282	229 636	-	70 656 354
Taxa IRC	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%
Derrama municipal	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
Derrama estadual	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%
Imposto diferido passivo	15 454 734	-	494 614	51 668	-	15 897 680

Até 31 de dezembro de 2009 a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias estava adstrita às instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) na Diretriz Contabilística n.º 4/91, de 19 de dezembro, tendo sido aprovado pelas Autoridades Fiscais, a pedido da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., um entendimento que deu relevância em sede de IRC às instruções emanadas pela CNC na referida Diretriz Contabilística n.º 4/91.

A partir de 1 de janeiro de 2010, com a revogação da Diretriz Contabilística n.º 4/91, pelo n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias passou a ser efetuada supletivamente (uma vez que do SNC não resultou nenhuma norma contabilística sobre os contratos de concessão) pela IFRIC 12, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 254/2009 da Comissão, de 25 de março de 2009.

Em termos gerais, a adoção da política contabilística emanada pela IFRIC 12, para efeitos de IRC, implicou para as empresas agregadas o desreconhecimento do montante das despesas capitalizáveis relativas ao investimento a realizar por via dos resultados transitados e o registo de uma provisão, conforme requerido na IFRIC 12, para as obrigações não regulares de manutenção e reparação de infraestruturas a efetuar no futuro, não sendo esta provisão aceite para efeitos fiscais, por não se encontrar prevista no artigo 39º do Código do IRC.

Este entendimento levou a que as empresas agregadas tivessem procedido a ajustamentos com efeitos retroativos, desde o início da concessão, desconsiderando, por via de resultados transitados, as amortizações acumuladas dos investimentos a realizar, bem como a diferença entre as amortizações calculadas pelo prazo de concessão e pela aplicação do método de depleção e correspondente subsídio, aceites fiscalmente até à data da transição, gerando um encargo fiscal. As alterações contabilísticas que resultaram da adoção da IFRIC 12 deverão ser consideradas para efeitos fiscais retrospectivamente, desde o início de concessão, devendo a agora a SIMARSUL aplicar o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção da IFRIC 12, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. Contudo, a AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A., entendeu que este procedimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, foi entregue uma exposição junto dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão (agora até 2045), uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem pôr em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais. Desta forma, o valor apresentado pela SIMARSUL respeita ao valor de imposto que deverá ser pago até ao final da Concessão.

9. Inventários

O valor em inventários inclui um conjunto de produtos utilizados para a gestão da atividade corrente, sendo a sua decomposição apresentada no quadro abaixo:

	31.12.2019	31.12.2018
Peças de Manutenção	29 317	-
Matérias Subsidiárias	84 290	80 958
	113 606	80 958

1. Até 31 de dezembro de 2018 os inventários relacionados com peças de manutenção estavam classificados na rubrica “Outros ativos correntes – Gastos a reconhecer – material de aplicação geral e outros” (Nota 12) Outros Ativos Correntes. Em 31 de dezembro de 2019 os inventários relacionados com peças de manutenção totalizam 29.317 euros.
2. Em 2019, os inventários relacionados com peças de manutenção passaram a ser classificados na rubrica “Inventários”.

10. Clientes

A faturação aos clientes ao longo do ano de 2019 ultrapassou os 15,14 milhões de euros e os recebimentos totalizaram cerca de 16 milhões de euros.

Atendendo ao prazo de prescrição (2 anos) a SIMARSUL tem vindo a desencadear os mecanismos legais que asseguram a recuperabilidade dos valores em causa.

	31.12.2019	31.12.2018
Clientes Municípios	5 369 736	6 074 795
Clientes Outros	172 054	164 691
Clientes Empresas Subsidiárias	204	204
	5 541 995	6 239 690

Em termos de dívida verificou-se, durante o ano de 2019, um esforço da SIMARSUL e dos Municípios, no sentido da sua regularização, o que se traduziu num decréscimo de 0,70 milhões de euros relativamente à dívida de 2018.

10.1. Clientes – Municípios

	31.12.2019	31.12.2018
Clientes Municípios	2 372 719	1 999 396
Clientes Municípios TRH e/ou TGR	65 956	38 752
Clientes Municípios Injunções	2 504 555	3 605 292
Clientes Municípios Juros de Mora	426 506	431 353
Clientes Municípios Acordos	-	1
	5 369 736	6 074 795

A SIMARSUL tem vindo a desenvolver esforços no sentido de resolver junto dos utilizadores/clientes a situação das dívidas vencidas, procurando estabelecer, em primeiro lugar, acordos de pagamento da dívida, tendo, contudo, em municípios em que tal não foi possível, procedido à abertura de processos de injunção no passado.

10.2. Clientes – Municípios – Total da Dívida (Corrente e Não Corrente)

	31.12.2019	31.12.2018
Clientes Municípios não Correntes	-	-
Clientes Municípios Correntes	5 369 736	6 074 795
	5 369 736	6 074 795

10.3. Clientes – Municípios – Total da Dívida Por Vencimento

Os valores em dívida há mais de 2 anos estão integralmente cobertos por injunções.

O quadro seguinte detalha a dívida total por utilizador municipal e por data de vencimento:

	Vencido até 2017	Vencido até 2018	Vencido até 2019	Total vencido	Não vencido	Total
Município Alcochete	-	2 925 692		2 925 692	64 901	2 990 594
Município Barreiro	-	-	-	-	197 576	197 576
Município Moita	-	-	290 891	290 891	315 514	606 406
Município Montijo	-	-		-	210 609	210 609
Município Palmela	-	-		-	328 756	328 756
Município Seixal	-	-		-	733 484	733 484
Município Sesimbra	-	-		-	302 311	302 311
	-	2 925 692	290 891	3 216 584	2 153 152	5 369 736

10.4. Clientes – Municípios – Ações/Injunções

No ano corrente não foram interpostas quaisquer injunções para cobrança de dívidas de clientes.

10.5. Clientes – Municípios – Perdas Por Imparidade e Reversões do Exercício

No decorrer de 2019, foi efetuada a reversão de perdas de imparidade relativa a outros devedores, para os quais havia sido reconhecida a respetiva imparidade.

	31.12.2019	31.12.2018
Reversões de Perdas por Imparidade	1 839	108 724
	1 839	108 724

11. Estado e Outros Entes Públicos

Os valores dos ativos e passivos relacionados com o Estado e Outros Entes Públicos são os abaixo apresentados:

	31.12.2019	31.12.2018
IVA a Receber	432 670	290 666
Outras Contribuições	-	8 655
EOEP Ativo	432 670	299 322
Retenções - Segurança Social	58 646	57 599
Outras Contribuições	510 001	544 396
EOEP Passivo	568 646	601 995
	-135 976	-302 674

Ao nível do Estado e outros entes públicos destacam-se, nos valores a receber (ativos), o IVA, no montante global de 0,4 milhões de euros e nos valores a pagar, as outras contribuições a liquidar no valor de 0,5 milhões de euros.

12. Outros Ativos Correntes

	31.12.2019	31.12.2018
QREN	86 778	191 805
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	3 061
Outros Devedores	5 103	3 791
Acréscimos de Rendimentos e Gastos Diferidos	1 198 501	370 738
Empréstimo Casa Mãe	7 000 000	-
	8 290 382	569 395

A rubrica Outros Ativos Correntes ascendia, a 31 de dezembro de 2019, a 8,29 milhões de euros, dos quais 7 milhões de euros relativos ao empréstimo existente à empresa mãe, AdP SGPS.

13. Caixa e Bancos

As rubricas de disponibilidades em balanço são as seguintes:

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa	100	0
Depósitos à Ordem	2 210 556	9 898 194
	2 210 656	9 898 194

Verifica-se uma diminuição significativa face ao período homólogo, em resultado, principalmente, do empréstimo de curto prazo à empresa-mãe AdP SGPS no montante de 7 milhões de euros, constante em Outros Ativos Correntes.

14. Capital

O capital social da SIMARSUL, à data de 31 de dezembro de 2019, era constituído por 25.000.000 ações e encontrava-se distribuído da seguinte forma:

		Capital Subscrito 31.12.2019	Capital Realizado 31.12.2019
AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	12 750 000	12 750 000
Município Alcochete	1,50%	375 455	375 455
Município Barreiro	9,10%	2 274 305	2 274 305
Município Moita	3,57%	893 590	893 590
Município Montijo	4,51%	1 127 290	1 127 290
Município Palmela	4,62%	1 156 040	1 156 040
Município Seixal	11,28%	2 819 950	2 819 950
Município Sesimbra	2,12%	529 585	529 585
Município Setúbal	12,30%	3 073 785	3 073 785
	100%	25 000 000	25 000 000

14.1. Resultado por Ação

	31.12.2019	31.12.2018
Resultado Líquido	1 245 184	1 905 399
Número Médio de Ações (1,00Eur/cada)	25 000 000	25 000 000
Resultado por ação	0,05	0,08

O resultado por ação em 2019 foi de 0,05 euros.

14.2. Movimentos do Exercício

	31.12.2018	Afect. Res. Líquido	Ajustamentos	Res. Líquido	31.12.2019
Capital	25 000 000	-	-	-	25 000 000
Reservas e Outros Ajustamentos	396 225	95 270	-	-	491 495
Resultados Transitados	37 320 772	1 810 129	-	-	39 130 902
Resultado Líquido do Exercício	1 905 399	-1 905 399	-	1 245 184	1 245 184
	64 622 397	-	-	1 245 184	65 867 581

Os movimentos do período refletem a aplicação dos resultados de 2018 (1.905.399 euros) de acordo com a deliberação da Assembleia Geral de acionistas.

15. Empréstimos

A decomposição dos empréstimos da SIMARSUL é a seguinte:

	31.12.2019	31.12.2018
Empréstimos Bancários BEI	75 873 638	79 599 298
Não Correntes	75 873 638	79 599 298
Empréstimos Bancários BEI	3 758 105	3 356 325
Correntes	3 758 105	3 356 325
Total de Empréstimos	79 631 743	82 955 623

A redução do valor total de empréstimos face aos valores verificados em 31 de dezembro de 2018 é resultado da amortização dos empréstimos prevista contratualmente.

15.1. Empréstimos por Intervalos de Maturidade

	31.12.2019	31.12.2018
Até 1 ano	3 758 105	3 356 325
De 1 a 2 anos	4 395 120	3 758 105
De 2 a 3 anos	4 900 365	4 395 120
De 3 a 4 anos	5 141 000	4 900 365
De 4 a 5 anos	5 523 351	5 141 000
Superior a 5 anos	55 913 802	61 404 708
	79 631 743	82 955 623

15.2. Empréstimos por Tipo de Taxa de Juro

Taxa de Juro Variável	31.12.2019	31.12.2018
	-	-
Taxa de Juro Fixa	31.12.2019	31.12.2018
Até 1 anos	3 758 105	3 356 325
De 1 a 2 anos	4 395 120	3 758 105
De 2 a 3 anos	4 900 365	4 395 120
Superior a 3 anos	66 578 153	71 446 073
	79 631 743	82 955 623
	79 631 743	82 955 623

15.3. Linhas de Crédito Contratadas e Não Utilizadas

	31.12.2019	31.12.2018
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	1 000 000	1 000 000
	1 000 000	1 000 000

15.4. Justo Valor dos Financiamentos

As taxas de juro associadas aos financiamentos são similares às taxas de juro de mercado, pelo que o valor apresentado nas demonstrações financeiras, respeitantes às rubricas de empréstimos, não difere de forma significativa daqueles que resultariam da aplicação do justo valor; pelo cálculo com a taxa de 2,35% recomendada pelo Grupo AdP, estima-se em 64,6 milhões de euros o justo valor dos financiamentos detidos pela SIMARSUL à data de 31 de dezembro de 2019.

	Valor contabilist. 31.12.2019	Valor contabilist. 31.12.2018	Justo valor 31.12.2019	Justo valor 31.12.2018
Empréstimos Bancários BEI	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
	79 631 743	82 955 623	64 599 282	66 787 872

16. Fornecedores e Outros Passivos Não Correntes

	31.12.2019	31.12.2018
Dívida ao Município Alcochete	148 880	154 606
Dívida ao Município Barreiro	147 917	153 606
Dívida ao Município Moita	151 538	157 367
Dívida ao Município Montijo	303 907	315 596
Dívida ao Município Palmela	718 174	745 796
Dívida ao Município Seixal	1 462 533	1 518 784
Dívida ao Município Sesimbra	1 145 416	1 189 471
	4 078 366	4 235 227

Os valores registados em fornecedores e outros passivos não correntes respeitam a montantes a liquidar aos municípios cujas infraestruturas forma integradas no sistema multimunicipal.

17. Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual

Os acréscimos de gastos para investimento contratual estão relacionados com as amortizações de investimentos futuros e são apresentados de acordo com o quadro abaixo:

	31.12.2019	31.12.2018
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	13 316 076	12 301 726
	13 316 076	12 301 726

As amortizações do exercício são calculadas em função das quantidades faturadas no ano (m3) face às previstas faturar até final da concessão.

17.1. Movimentos do Exercício

	31.12.2018	Aumentos	Abates	Aumentos	Diminuições	31.12.2019
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	12 301 726			1 170 494	156 143	13 316 076
	12 301 726	-	-	1 170 494	156 143	13 316 076

18. Subsídios ao Investimento

	31.12.2019	31.12.2018
Fundo de Coesão	55 180 207	56 677 153
Integração de Património	2 794 254	2 869 955
	57 974 461	59 547 107

O valor registado diz respeito a rendimentos diferidos pelo reconhecimento do direito a subsídios do Fundo de Coesão e à integração de património de infraestruturas municipais.

O reconhecimento do subsídio é feito pela aplicação do critério definido ao abrigo dos contratos de concessão e das regras regulatórias, isto é, pela aplicação da taxa de depleção das suas atividades.

A empresa adota a mesma metodologia das amortizações para o reconhecimento dos subsídios.

18.1. Movimentos do Exercício

	31.12.2018	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2019
Fundo de Coesão	56 677 153	-1 507 314	-	10 368	55 180 207
Integração de Património	2 869 955	-75 701	-		2 794 254
	59 547 107	-1 583 015	-	10 368	57 974 461

19. Fornecedores Correntes

A evolução das dívidas a fornecedores correntes apresenta-se da seguinte forma:

	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores de Investimentos	30 629	113 788
Fornecedores Gerais	968 520	1 126 392
	999 149	1 240 180

O valor que se encontra registado em fornecedores de investimento diz respeito, na sua maioria, ao montante a liquidar aos municípios, no curto prazo (até um ano), cujas infraestruturas foram integradas.

20. Outros Passivos Correntes

	31.12.2019	31.12.2018
Acréscimos com Férias e Subsídio de Férias	368 999	341 702
Empresas do Grupo	-	-
Outros Acréscimos e Diferimentos	687 078	616 222
Outros Credores	241 656	306 296
	1 297 732	1 264 220

A 31 de dezembro de 2019 a conta de Outros Acréscimos e Diferimentos engloba valores referentes a juros a pagar ao BEI (cerca de 242 mil euros), à especialização de gastos de eletricidade (cerca de 203 mil euros) e a especializações de gastos de 2019 cujos suportes foram emitidos em 2020 (cerca de 240 mil euros).

21. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto estimado pode ser apresentado de acordo com o seguinte quadro:

	31.12.2019	31.12.2018
Estimativa de Imposto a Pagar	184 595	40 337
Retenções de Terceiros	0	-23 235
Pagamentos por conta	-3 597	
	180 998	17 102

O imposto do exercício, a reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto, os prejuízos fiscais e o diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo período da concessão são apresentados nos pontos seguintes.

21.1. Imposto do Exercício

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto Corrente	184 595	40 337
Imposto Diferido	187 636	449 344
	372 231	489 681

21.2. Reconciliação entre base Contabilística e base Fiscal

	31.12.2019	31.12.2018
Resultado Antes de Impostos	1 617 415	2 395 080
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,50%	22,50%
Imposto sobre o lucro à taxa nominal		
Variação Patrimonial		
Variação Patrimonial negativa	-52 112	-52 112
Variação Patrimonial positiva	229 636	229 636
	-	-
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais	1 170 494	1 243 160
Donativos	0	0
Multas, coimas e juros compensatórios	3 300	0
Amortizações para além dos limites fiscalmente aceites	0	0
Amortizações de investimentos contratuais futuros	0	0
Dedução de amortizações de investimentos contratuais	0	0
Subsídios ao investimento	0	0
Correções relativas a exercícios anteriores	7 006	30 912
Outros (Inclui Desvio de Recuperação de Gastos)	-1 778 851	-3 384 580
	-1 768 545	-3 353 668
Lucro tributável	1 196 889	462 095
Dedução prejuízos fiscais	-492 780	
Matéria coletável	704 108	
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,0%	21,0%
Imposto calculado	147 863	97 040
Tributação autónoma	11 832	25 603
Derrama Municipal (1,5%)	17 953	6 931
Derrama Estadual	0	0
Insuficiência estimativa impostos	6 947	
Utilização de perdas fiscais	0	-67 928
Efeito do aumento/reversão de impostos diferidos	187 636	449 344
	224 368	413 950
Imposto sobre o rendimento	372 231	510 990

21.3. Prejuízos Fiscais

No exercício de 2019 a SIMARSUL não apresentou prejuízos fiscais.

22. Prestação de Serviços

O Volume de Negócios ascendeu a 17,2 milhões de euros, contemplando o reconhecimento do Desvio de recuperação de gastos, no total de 1,52 milhões de euros. Expurgando esse efeito e o da IFRIC 12, o referido Volume de Negócios regista um valor de 15,14 milhões de euros, em resultado dos 27,34 milhões de m3 faturados aos clientes.

22.1. Prestação de Serviços

	31.12.2019	31.12.2018
Prestação de Serviços a Municípios	15 135 324	14 949 712
Rédito da Construção	502 860	1 277 618
Desvio de Recuperação de Gastos	1 519 237	2 916 519
	17 157 421	19 143 850

A prestação de serviços ascendeu a 17,2 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 1,99 milhões de euros face ao valor de 2018 (19,1 milhões de euros).

Esta diminuição resulta sobretudo do:

- Registo dos Rendimentos da Construção dos Ativos Concessionados, de 0,5 milhões de euros (inferiores em 0,8 milhões de euros face ao valor de 2018);
- Aumento da prestação de serviços que ascendeu a 15,1 milhões de euros, o que representa um aumento de 0,2 milhões de euros face ao valor de 2018,

O efeito das duas variações acima identificadas é acentuado pela redução do desvio de recuperação de gastos passando de 2,9 milhões de euros para 1,5 milhões de euros.

22.2. Rédito de Serviços de Construção de Ativos Concessionados

A SIMARSUL aplicou o disposto na IFRIC 12 no que concerne ao rédito e gastos da construção. É reconhecido assim o rédito e os gastos relacionados com a construção e modernização das suas infraestruturas, não havendo contudo qualquer impacto em resultados.

Para o ano de 2019, o valor apurado foi de 502.860 euros, correspondente aos aumentos do DUI – Direito de Utilização de Infraestruturas.

22.3. Desvio de Recuperação de Gastos

A SIMARSUL evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios de recuperação de gastos (DRG).

Considera-se DRG, de acordo com o contrato de concessão:

- a) A diferença existente, à data da extinção das concessionárias dos sistemas extintos, entre os resultados líquidos da concessionária adveniente da exploração e gestão do sistema e o valor a que a concessionária tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido;
- b) A diferença verificada, anualmente, até ao termo do primeiro subperíodo do terceiro período tarifário entre o resultado líquido

obtido pela concessionária adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas estipuladas nos termos do contrato de concessão.

O DRG pode ter natureza deficitária, quando se verificar insuficiência de resultados líquidos ou natureza superavitária quando se verificar excesso de resultados líquidos.

O DR existente à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados e os gerados na vigência da concessão até ao termo do segundo período quinquenal devem ser recuperados até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

À data de 31 de dezembro de 2019 a SIMARSUL apresenta no ativo um DRG (de natureza deficitária) no montante 64.217.387 euros.

23. Gasto das Vendas e dos Serviços de Construção de Ativos Concessionados

A rubrica do custo das matérias consumidas teve o seguinte valor:

	31.12.2019	31.12.2018
CMVMC - Matérias Subsidiárias	240 332	190 801
	240 332	190 801
Variação da Produção		
	240 332	190 801

Refira-se ainda que o valor do CMVMC apresentado, no montante de cerca de 240 mil euros não contempla o efeito do reconhecimento da IFRIC 12, no montante de 502.860 mil euros.

24. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimento e serviços externos apresenta a seguinte decomposição:

	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhos Especializados	1 532 718	1 759 061
Conservação e Reparação	714 105	523 157
Energia	2 177 139	2 217 202
Combustíveis	84 426	70 387
Rendas	74 693	219 282
Seguros	1 10 815	118 147
Outros FSE's	424 042	448 136
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	7 006	16 358
	5 124 944	5 371 730
	5 124 944	5 371 730

A rubrica de energia representa cerca de 42% do peso total dos fornecimentos e serviços, sendo a componente mais representativa. A rubrica de trabalhos especializados tem um peso de cerca de 30% do total desta rubrica.

25. Gastos com Órgãos Sociais

	31.12.2019	31.12.2018
Remunerações	2 166 645	2 041 760
Encargos Sociais sobre Remunerações	484 162	454 741
Outros Gastos com Pessoal	236 580	217 248
	2 887 387	2 713 749

26. Gastos com o Pessoal Afetos à Concessão

	31.12.2019	31.12.2018
Remunerações	2 166 645	2 041 760
Encargos Sociais sobre Remunerações	484 162	454 741
Outros Gastos com Pessoal	236 580	217 248
	2 887 387	2 713 749

26.1. Quadro de Pessoal

Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2019	31.12.2018
Órgãos Sociais	8	8
Trabalhadores Efetivos e Outros	96	93
	104	101

Número de colaboradores a 31 de Dezembro	31.12.2019	31.12.2018
Órgãos Sociais	8	8
Trabalhadores Efetivos e Outros	99	93
	107	101

27. Depreciações, Amortizações e Reversões do Exercício

A amortização dos Direito de Utilização de Infraestruturas é calculada em função da taxa de depleção e dos investimentos previstos.

	31.12.2019	31.12.2018
Amortizações de Ativos Intangíveis	4 090 047	4 177 205
Amortização de Ativos sobre Direito de Utilização	131 910	
Acréscimos de Custos do Investimento Contratual (Nota 17.1)	1 170 494	1 243 160
	5 392 451	5 420 365

28. Outros Gastos Operacionais

A rubrica de gastos operacionais tem a seguinte desagregação:

	31.12.2019	31.12.2018
Impostos	108 134	110 164
Donativos	5 900	6 000
Outros Gastos Operacionais	68 369	14 812
Correções Relativas a Exercícios Anteriores		15 833
	182 403	146 809

Os impostos e taxas representam a quase totalidade da rubrica em análise, e respeitam sobretudo às taxas de regulação a pagar à ERSAR.

29. Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais

Os outros rendimentos e ganhos operacionais são decompostos da seguinte forma:

	31.12.2019	31.12.2018
Rendimentos Suplementares	69 731	228 166
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	82 046	49 486
	151 776	277 652

A principal rubrica que representa o valor de referência desta nota comporta essencialmente valores referentes a venda de energia.

30. Gastos Financeiros

	31.12.2019	31.12.2018
Juros Suportados	2 680 772	2 845 474
Comissões Bancárias	2 832	3 803
Juros de Atualização de Dívida de Clientes		
Outros Gastos Financeiros	573 208	514 171
	3 256 812	3 363 448

Os gastos financeiros totalizam em 2019 um montante de 3,2 milhões de euros. Registou-se uma ligeira diminuição nos gastos financeiros em 2019 quando comparado com o ano de 2018.

31. Rendimentos Financeiros

	31.12.2019	31.12.2018
Juros de Atualização de Dívida de Clientes		
Juros Bancários	63 334	63 334
Juros de Mora	558 609	53 356
Outros Juros	32 317	33 517
	654 260	150 206

Os rendimentos financeiros ascenderam a 0,6 milhões de euros. Os juros de mora relativos a dívidas de clientes foram de 0,5 milhões de euros.

O aumento dos rendimentos financeiros deveu-se sobretudo à faturação dos juros de mora a clientes municipais, e empréstimo efetuado a AdP SGPS ao longo do ano.

32. Transações com Entidades Relacionadas

As transações com os Municípios acionistas da SIMARSUL resultam da atividade normal da empresa (serviços de saneamento). As transações com outras empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à SIMARSUL.

	31.12.2019 Rendimentos	31.12.2019 Gastos	31.12.2018 Rendimentos	31.12.2018 Gastos
ADP SGPS	32 317	775 582	28 866	-
ADP Serviços, S.A.	-	215 005	-	-
ADP Energias, S.A.	1 250	1 333	-	-
Águas do Vale do Tejo	-	3 672	-	-
Município Alcochete	630 113	8 255	823 517	14 553
Município Barreiro	2 195 139	16 586	1 765 286	21 506
Município Moita	1 579 334	5 088	1 654 482	4 958
Município Montijo	1 967 608	13 947	1 953 752	9 015
Município Palmela	1 722 828	21 535	1 775 411	20 593
Município Seixal	4 502 930	38 231	4 754 654	34 952
Município Sesimbra	1 635 047	43 583	1 636 250	47 021
	14 266 566	1 142 816	14 392 218	152 598

	31.12.2019 Ativos	31.12.2019 Passivos	31.12.2018 Ativos	31.12.2018 Passivos
ADP SGPS	7 015 931		8 811	30 102
ADP Serviços, S.A.	-	3 788	-	87 202
ADP Energias, S.A.	-		-	1 258
Águas do Vale do Tejo	182	518	182	110
Município Alcochete	2 990 594	161 544	4 740 322	165 019
Município Barreiro	197 576	162 077	179 400	164 872
Município Moita	606 406	164 587	538 905	168 077
Município Montijo	210 609	300 893	155 275	307 801
Município Palmela	328 756	716 758	331 864	732 710
Município Seixal	733 484	1 589 904	-	1 624 136
Município Sesimbra	302 311	1 243 115	129 030	1 270 050
	12 385 849	4 343 184	6 083 787	4 551 337

33. Compromissos

A Empresa possui os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira perfazem cerca de 268 milhões de euros, dos quais cerca de 210 milhões de euros já se encontram realizados.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado um conjunto de contratos, constando do quadro seguinte os valores superiores a 100 mil euros:

Estudos, Projectos e Outros Fornecimentos	Entidade	Valor Contrato de Adjudicação	Data de Adjudicação	Valor já facturado p/c/ de adjudicação 2019	Responsabilidades c/empreitadas e Projectos n/relevadas no Balanço
PROJETOS					
Elaboração do Projeto de Execução do Sistema de Telegestão da SIMARSUL	AQUASIS-Sistemas de Informação, S.A.	63 869 €	01/10/2018	47 717 €	16 152 €
Projeto de execução de reabilitação no âmbito do período de garantias da empreitada de conceção-construção da ETAR Barreiro/Moita e Sistema Drenagem Barreiro/Moita - Lote I	TPF, S.A.	17 500 €	16/10/2019	1 750 €	15 750 €
Projeto de Execução de Reabilitação da EE Santa Marta de Corroios	Engidro	19 960 €	12/03/2019	7 984 €	11 976 €
Elaboração de Projetos Base e Assessoria Técnica de sistemas de correção do fator de potência	Alferpac	6 720 €	19/12/2019	0 €	6 720 €
Aquisição de Serviços para a Revisão e Elaboração de Projetos de Saneamento da Área da Península, Lote 1 - Península Este	CTGA	37 500 €	23/01/2019	0 €	37 500 €
Aquisição de Serviços para a Revisão e Elaboração de Projetos de Saneamento da Área da Península, Lote 2 - Península Oeste	CTGA	39 000 €	23/01/2019	0 €	39 000 €
Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudos e Projetos de Saneamento	Consulgal/Sisaqua	130 000 €	04/09/2019	0 €	130 000 €
SERVIÇOS					
Prestação de Serviços de Apoio a processos de expropriações e servidões na Península de Setúbal	MUNICIPIA	19 995 €	29/01/2019	5 242 €	14 753 €
Aquisição de serviços de telemática para a gestão de mobilidade elétrica	CEIIA	4 424 €	15/01/2019	0 €	4 424 €
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão de Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico de Empreitadas na Península de Setúbal"	RIOBOCO	154 781 €	02/11/2017	52 660 €	102 121 €
EMPREITADAS					
Empreitada de Execução do Intercetor de Alfirim Norte	Submerci	173 285 €	23/10/2019	0 €	173 285 €
Empreitada de Conceção-Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Canha	Ambiágua/Alberto Couto Alves	882 408 €	07/12/2016	873 008 €	9 400 €
Empreitada de Ampliação e Beneficiação da ETAR da Quinta da Bomba (2ª Fase)	SMAS de Almada	3 039 000 €	01/07/2014	1 992 662 €	1 046 338 €

34. Ativos e Passivos Contingentes

34.1. Garantias Prestadas

Entidade	Obrigações Garantidas	Montante Garantido	Data
BPI	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	8 913	07/11/2007
Montepio Geral	Indemnizações relativas a expropriações	21 956	01/09/2009
Bankinter	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	3 450	24/10/2018
		34 319	

34.2. Processos Judiciais

A SIMARSUL, com referência à data de 31 de dezembro de 2019, tinha as seguintes reclamações e ações judiciais em curso:

- **PROC. N.º 800/13.1BEALM** - processo de injunção cujo requerido é o Município de Alcochete, reclamando-se o pagamento de dívida no montante de € 67.082,91. Em 13 de Junho de 2013 foi aposta fórmula executória na injunção. Na ausência de pagamento, em 29 de Agosto de 2013 foi interposta a Execução para Pagamento de Quantia Certa, tendo o Município de Alcochete sido condenado. Uma vez que persistiu no não pagamento, foi requerido o pagamento ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Uma vez que foi notificada da insuficiência da dotação inscrita à ordem do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, requereu o prosseguimento da execução, nos termos do art.º 172º n.º 8 do CPTA, indicando-se como bens a participação do Município de Alcochete nos impostos do Estado, para pagamento da quantia de 89.716,92€. No final de Dezembro de 2018, o Município pagou a fatura 3170380825, no valor de 63.246,48€. Em 29 de março de 2019 o Município pagou as notas de débito de 3836,43€. Considerando juros de mora, permanece em dívida a quantia de 34.062,09€, valor requerido ao Tribunal em 30 de Maio de 2019.
- **PROC. N.º 952/13.0BEALM** - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (TAFa), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de € 138.327,50. Por sentença de 10 de Julho de 2017, o Município de Alcochete foi condenado a pagar à SIMARSUL a quantia de 134.236,18€, acrescendo juros de mora, à taxa comercial em vigor, à quantia de 126.492,90€, desde a data da citação até efetivo e integral pagamento. Réu recorreu para Tribunal Central Administrativo do Sul, aguardando-se a prolação de acórdão. No final de Dezembro de 2018, o Município pagou as faturas 3170380870, no valor de 63.246,48€ e 3170380890, no valor de 63.246,42€.
- **PROC. N.º 415/15.0BEALM** - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 68.204,02€. **PROC. N.º 1851/15.7BEALM** - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (TAFa), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 474.829,58€. Os dois processos foram apensados no **Proc. N.º 415/15.0BEALM**. No final de Dezembro de 2018, o Município pagou a fatura 3170380854, no valor de 63.246,48€, referente ao proc. n.º 415/15.0BEALM. Em 6 de Fevereiro, relativamente ao proc. n.º 415/15.0BEALM o Tribunal considerou-se incompetente para apreciar o mérito da causa. Em 11 de Março a SIMARSUL apresentou recurso daquela decisão.
- **PROC. N.º 1438/15.4BEALM** - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (TAFa), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 239.679,21€. O Município de Alcochete foi condenado a pagar à SIMARSUL a quantia de 239.679,21€. O Réu recorreu para Tribunal Central Administrativo do Sul, aguardando-se a prolação de acórdão.
- **PROC. N.º 57/16.2BEALM** - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 900.304,82€. **PROC. N.º 1142/16.6BEALM** - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (TAFa), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 755.529,74€. **PROC. N.º 946/17.7BEALM** - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (TAFa), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 145.998,71€. Em 10 de Janeiro de 2018, relativamente ao **Proc. 946/17.7BEALM**, a SIMARSUL tomou conhecimento do pagamento de 109.870,58€ (obrigações legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de Julho). Permanece em dívida a quantia de 36.118,13€, acrescidas dos juros de mora vincendos. Os três processos foram apensados no proc. N.º 57/16.2BEALM.
- **PROC. N.º 947/17.5BEALM** - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (TAFa), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 1.123.264,43€. Em 10 de Janeiro de 2018, a SIMARSUL tomou conhecimento do pagamento de 634.489,11€ (obrigações legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de Julho). Permanece em dívida a quantia de 488.775,32€, acrescidas dos juros de mora vincendos.
- **PROC. N.º CO/000988/18.5CGI** – relativamente à monitorização das emissões gasosas da ETAR do Seixal, sendo imputadas à SIMARSUL três contraordenações graves às quais poderá caber uma coima de € 5.000 a € 44.800, em caso de dolo, e de € 2.500,00 a € 22.400,00, em caso de negligência. A SIMARSUL apresentou a sua defesa em 29 Agosto 2018.
- **PROC. N.º CO/001159/18.6CGI** – relativamente à monitorização das emissões gasosas da ETAR Barreiro/Moita, sendo imputada à SIMARSUL uma contraordenação grave à qual poderá caber uma coima de € 5.000 a € 44.800, em caso de dolo, e de € 2.500,00 a € 22.400,00, em caso de negligência. A SIMARSUL apresentou a sua defesa em 28 Setembro 2018.

- **PROC. N.º 57/17.5BEALM** – ação de processo comum interposta por Florido Bragadeste Ferreira & Filhos, Lda contra a LVT, S.A. reclamando uma indemnização por danos em viatura acidentada em coletor, no valor de 7.615,41€. A LVT requereu a intervenção principal provocada da AIG, uma vez que transferiu para esta a responsabilidade civil extracontratual. A SIMARSUL sucedeu à LVT, nos termos do art.º 33º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de Março. O julgamento já se realizou em 24 de Janeiro de 2019, aguardando-se a prolação da sentença.
- **PROC. N.º 1121/18.9BEALM** - ação de processo comum interposta pelo Município de Alcochete reclamando o equilíbrio económico-financeiro da concessão. A SIMARSUL contestou em 26 de Abril de 2019.
- **PROC. N.º 961/19.6BEALM** – providência cautelar interposta pela Aquino Construções, S.A. com vista à suspensão da eficácia do ato administrativo que decretou o acionamento de garantia bancária, no valor de **14.287,00€**. **A SIMARSUL apresentou contestação em 27 de Dezembro de 2019.**
- **PROCESSO n.º 243/19.3BELSB** – ação administrativa interposta contra a SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A., para impugnação de ato administrativo de aplicação de sanção contratual pela empresa SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A., no âmbito da execução do contrato de “Fornecimento, Ligação e Colocação em Serviço de Postos de Carregamento para Veículos Elétricos” celebrado com a empresa EFACEC ELECTRIC MOBILITY, S.A., no dia 21 de dezembro de 2017, e pedido de indemnização no valor de €15.195,00 (quinze mil, cento e noventa e cinco euros); Ação a correr termos no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa; o valor da ação é €35.336,69 (trinta e cinco mil trezentos e trinta e seis euros e sessenta e nove cêntimos); Foi apresentada resposta à exceção deduzida pela empresa SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (30/04/2019) e pronúncia das partes sobre apensação de processos (04/11/2019).

Os processos interpostos contra os clientes (injunções) estão identificados na nota 10 – Clientes.

Tanto quanto é do conhecimento da Empresa, os valores registados na rubrica de Provisões apresentada na Nota 37 são adequados aos riscos financeiros emergentes dos litígios judiciais enunciados e de outros conhecidos que envolvem a SIMARSUL.

35. Informações Exigidas por Diplomas Legais

Art.º 66º-A do Código das Sociedades Comerciais

Em 2019 foram pagos pela sociedade SIMARSUL, S.A., à sociedade de revisores oficiais de contas, os seguintes valores, referentes à revisão legal das contas anuais e a outros serviços que não relacionados com revisão ou auditoria:

Remuneração paga à SROC (inclui contas individuais e consolidadas)		
Valor dos serviços de revisão de contas	11 529	90%
Despesas inerentes à revisão de contas	299	2%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	0%
Valor de outros serviços que não os das alíneas anteriores	1 000	8%
Total pago pela entidade à SROC	12 828	100%

Art. 324 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade SIMARSUL, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art. 397 do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade SIMARSUL, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art. 21 do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da empresa SIMARSUL ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2019, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

36. Rendimento Garantido

A remuneração adequada dos capitais próprios da SIMARSUL corresponde à aplicação, ao capital social realizado, titulado por ações de categoria A e B da sociedade, e à reserva legal, desde as datas da sua realização e constituição, respetivamente, ainda que no âmbito das concessionárias extintas, de uma taxa de remuneração contratual correspondente à rentabilidade média diária das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 anos ou outra equivalente que venha a substituir por acordo escrito entre o Concedente e a Concessionária, acrescida de três pontos percentuais.

	31.12.2019	31.12.2018
Capital Social Realizado	25 000 000	25 000 000
Reserva Legal a 01 de Janeiro 2019	396 225	266 343
Reforço da Reserva Legal	95 270	129 882
Remuneração em Dívida	39 130 902	37 320 772
Base de Incidência	64 527 127	62 587 115
Taxa de Juro OT	0,75%	1,84%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
Remuneração Accionista do Ano	1 245 184	1 905 399

Em 2019 o valor da remuneração garantida apurada foi de 1.245.184 euros.

A sua liquidação deverá ocorrer, nos termos do Contrato de Concessão, sob a forma de dividendos, quando a tal houver lugar.

37. Provisões

Em 2019 a SIMARSUL procedeu a reversão de provisões constituídas em 2018 no âmbito de processos ambientais.

	31.12.2019	31.12.2018
Provisões para Processos Judiciais	-	30 053
Provisões para Acidentes de Trabalho	-	-
	-	30 053
Reversões de Provisões para Processos Judiciais	30 053	-
Reversões de Provisões para Acidentes de Trabalho	-	-
	-30 053	30 053

38. Informação sobre Matérias Ambientais

Em 31 de dezembro de 2019 não se encontram reconhecidas nem divulgadas quaisquer contingências ambientais, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem, a esta data, contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

A Administração confirma igualmente que não foram despendidos quaisquer montantes quer para prevenir; quer para reparar qualquer dano de carácter ambiental.

39. Eventos Subsequentes

A Administração da SIMARSUL, não tem conhecimento, em 5 de março de 2020, data da aprovação destas contas, de qualquer evento subsequente com impacto significativo nas contas apresentadas.

Sesimbra, 5 de março de 2020

O Contabilista Certificado

Rui Miguel Grilo Ramos
Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura
Presidente Executivo

Isidro Durão Heitor
Vogal Executivo

João Afonso Almeida da Silva Luz
Vogal Executivo

Arménio de Figueiredo
Vogal Não Executivo

Paula Alexandra Ferrão Pereira
Vogal Não Executivo

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO e PARECER do CONSELHO FISCAL
Sobre os DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
da SIMARSUL-SANEAMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, S.A.

RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade SIMARSUL-Saneamento da Península de Setúbal, S.A (SIMARSUL), apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2019.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Sociedade e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões, tendo contado com a presença de membros do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emitiu o Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2020, o qual não se encontra ainda aprovado pela Tutela.
5. Em observância do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do Estado, designadamente do cumprimento das orientações legais relativas às remunerações vigentes em 2019, as quais se encontram convenientemente divulgadas no Relatório e Contas e Relatório do Governo Societário.
6. Em 02 de agosto de 2017, foram aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, as orientações estratégicas e objetivos e indicadores de Gestão para o mandato 2017/2019.
7. A análise destes indicadores é efetuada no Relatório de Gestão, sendo que, no que respeita aos objetivos de gestão, estes foram globalmente cumpridos. Este Indicador teve a aprovação da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco da Águas de Portugal, que lhe atribuiu a classificação de 2.4.
8. Decorrente da sua análise e no âmbito da competência na avaliação do desempenho dos membros do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal da SIMARSUL, concluiu que nada chegou ao seu conhecimento que o levasse a concluir que o grau de execução dos objetivos fixados e se os mesmos foram atingidos, não é adequado à correta avaliação de desempenho do Conselho de Administração.

9. Adicionalmente, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a análise apresentada no Relatório de Gestão sobre o cumprimento das obrigações legais não esteja correta.
10. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas emitida, nos termos da legislação em vigor, pelo Revisor Oficial de Contas, sem reservas e sem ênfases e obteve deste, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.
11. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Demonstração da Posição Financeira, Demonstração do Rendimento Integral, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas às Demonstrações Financeiras) e os restantes documentos de prestação de contas são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade.
12. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Sociedade.

PARECER

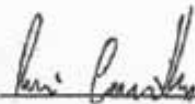
Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da SIMARSUL-Saneamento da Península de Setúbal, S.A. aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais do Exercício de 2019.
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

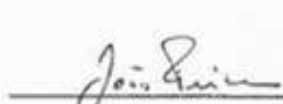
Seixal, 10 de março de 2020



Marta do Carmo Reis Silva Mendes
(Presidente)



Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho
(Vogal)



João Carlos Alves Faim
(Vogal)

0:



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Simarsul – Saneamento da Península de Setúbal, S.A., que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 240.087.765 euros e um total de capital próprio de 65.867.581 euros, incluindo um resultado líquido de 1.245.184 euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Simarsul – Saneamento da Península de Setúbal, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1009-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Unidade Fiscalizadora e Fiscalizadora - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda - entidade que presta serviços de auditoria e de fiscalização financeira e de gestão.

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

10 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.

RELATÓRIO SOBRE OBJETIVOS DE GESTÃO DE 2019

1. INTRODUÇÃO

Executámos os procedimentos abaixo enumerados com o objetivo de verificar a conformidade da proposta de Objetivos de Gestão do Conselho de Administração da SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados no Relatório de Gestão com os requisitos estabelecidos na Assembleia Geral de 2 de agosto de 2017.

2. RESPONSABILIDADE

É da responsabilidade do Conselho de Administração da SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A., a preparação do Relatório de Gestão, com os Objetivos de Gestão para o ano 2019 que evidencie os valores atingidos em cada um dos indicadores estabelecidos, bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno adequado. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório com base no trabalho efetuado.

3. ÂMBITO

O trabalho foi desenvolvido com o objetivo de validar os procedimentos de recolha e o cômputo do valor das variáveis utilizadas no cálculo das Metas e dos Objetivos de Gestão tendo incluído, nomeadamente:

- a) Confirmação da concordância dos indicadores de gestão e dos objetivos estabelecidos e aprovados na Assembleia Geral de 2 de agosto de 2017;
- b) Análise da documentação de suporte da informação utilizada no cálculo das metas e dos valores atingidos em cada um dos indicadores estabelecidos, com exceção do referido no ponto 4. Limitações;

- c) Confirmação dos cálculos efetuados relativamente aos valores atingidos em cada um dos indicadores, tendo por base os critérios estabelecidos, a metodologia definida na referida Assembleia Geral e a documentação referida na alínea anterior;
- d) Confirmação dos cálculos efetuados relativamente ao valor atingido anual, resultante da soma dos resultados atingidos para cada indicador, conforme metodologia definida em Assembleia Geral.

4. LIMITAÇÕES

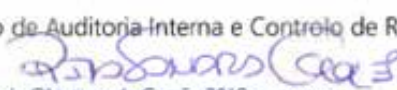
Nos indicadores abaixo indicados, a sua complexidade, ausência de informação suporte, dimensão dos dados em análise, ou tempo de disponibilização da documentação, limitaram a existência de uma validação integral do respetivo cálculo e dos resultados obtidos, identificando-se para cada um o trabalho realizado:

- a) No indicador da **Qualidade das Águas Residuais**, foi validada a aplicação da fórmula de cálculo definida e verificada, por amostragem (para um mês e algumas ETAR), a correção dos valores das variáveis que contribuem para o cálculo do indicador;
- b) Não foi efetuada a validação do indicador **PEPE**, sendo o valor apresentado o disponibilizado pela AdP Energias no documento "Cálculo do indicador PEPE (RCEE)" de 21 de fevereiro de 2020.

5. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado, e considerando as limitações anteriormente referidas, não foram globalmente identificados factos ou situações significativas que nos levem a concluir que os valores atingidos em cada um dos indicadores estabelecidos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, contidos no Relatório de Gestão apresentado pela SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A. não estejam em conformidade com os requisitos definidos para a sua elaboração.

Lisboa, 02 de março de 2020

 Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco

Relatório de Objetivos de Gestão 2019 (RAI2020.004)

OBJETIVOS DE GESTÃO DE 2019 – SIMARSUL – SANEAMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, S.A.

INDICADORES		META ⁽¹⁾	MODO DE AVALIAÇÃO ⁽¹⁾	VALOR ATINGIDO	AVALIAÇÃO ⁽²⁾ / (3)
1.	Eficiência de Gestão (PRC)	Promover a eficiência da gestão na empresa, tendo em atenção o PRC, comparativamente ao ano de referência de 2017 em EVEF.	$\Delta \text{PRC} < 0\%$ Não Atingido $0\% \leq \Delta \text{PRC} < 3\%$ Atingido $\Delta \text{PRC} \geq 3\%$ Superado	13,3 %	Superado
2.	Límite ao Endividamento	Redução do stock da dívida	Endividamento 2019 > 80,1 M€ Não Atingido $72,9 \text{ M€} < \text{Endividamento 2019} \leq 80,1 \text{ M€}$ Atingido Endividamento 2019 $\leq 72,9 \text{ M€}$ Superado	79,6 M€	Atingido
3.	Dívida Comercial de devedores municipais	Não incremento do stock de dívida vencida municipal	DCDMA > 105% Não atingido $95\% \leq \text{DCDMA} \leq 105\%$ Atingido DCDMA < 95% Superado	64,9 %	Superado
4.	Degradação da tesouraria de exploração	Não degradação da tesouraria da empresa atendendo à limitação de evolução do crescimento do endividamento e à degradação do PMR	DTE > 100% Não atingido $85\% < \text{DTE} \leq 100\%$ Atingido DTE $\leq 85\%$ Superado	89,7 %	Atingido
5.	Rentabilidade do Capital Investido	Promover a rentabilidade e sustentabilidade do investimento da empresa, medida em %, comparativamente ao ano de referência de 2017 em EVEF.	RCI (Ano N) < 95% RCI 2017 EVEF Não Atingido $95\% \text{ RCI 2017 EVEF} \leq \text{RCI (Ano N)} \leq 110\% \text{ RCI 2017 EVEF}$ Atingido RCI (Ano N) > 110% RCI 2017 EVEF Superado	133,2%	Superado

OBJETIVOS DE GESTÃO DE 2019 – SIMARSUL – SANEAMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, S.A. (CONTINUAÇÃO)

INDICADORES		META ⁽¹⁾	MODO DE AVALIAÇÃO ⁽¹⁾	VALOR ATINGIDO	AValiação ⁽²⁾ / (3)
6.	Qualidade das Águas Residuais	Não deterioração da qualidade da água residual tratada no sistema multimunicipal, efetuando a avaliação nos termos do indicador da ERSAR, mesmo que esta entidade não tenha procedido à auditoria de qualidade das águas residuais	AQAR < 97,5% Não Atingido 97,5% ≤ AQAR ≤ 100% Atingido AQAR > 100% Superado	102,1 %	Superado
7.	Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia	Reorganização da entidade gestora (EG) de acordo com as medidas definidas na orientação estratégica específica 3.	IC < 50% Não Atingido 50% ≤ IC ≤ 90% Atingido IC > 90% Superado	0 %	Não Atingido
8.	Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos	Reorganização da entidade gestora (EG) de acordo com as medidas definidas na orientação estratégica específica 5.	Não Certificada até 2019 Não Atingido Certificada até 2019 Atingido Certificada até 2018 Superado	Não Certificado	Não Atingido
9.	PEPE	Redução do consumo de energia elétrica	RCEE (Ano N) < 95% Não Atingido 105% > RCEE (Ano N) ≥ 95% Atingido RCEE (Ano N) ≥ 105% Superado	115,0%	Superado
10.	Grau de Cumprimento dos prazos de Reporte	Garantir o cumprimento dos prazos de reporte com atrasos de 0 dias	GCPR > 0 dias Não Atingido -1 dia ≤ GCPR ≤ 0 dias Atingido GCPR < -1 dia Superado	23	Não Atingido

NOTAS:

- (1) Conforme fixado na reunião da Assembleia Geral de 2 de agosto de 2017.
- (2) Quando um indicador não for avaliado, a sua ponderação é repartida de forma proporcional pelos restantes indicadores.
- (3) Modo de avaliação:

Não atingido	1
Atingido	2
Superado	3

AValiação DOS GESTORES:

Desadequado	$<1,8$
Adequado	$1,8 \leq \text{Avaliação} < 2,5$
Superado	$\geq 2,5$

Avaliação Global de Desempenho: 2,4 (Adequado)

